

Orgs. | Luiz Henrique Magnani | Gustavo Henrique Rückert



LINGUAGEM E AUTISMO

CONVERSAS TRANSDISCIPLINARES

**LINGUAGEM E AUTISMO:
CONVERSAS TRANSDISCIPLINARES**

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

LUIZ HENRIQUE MAGNANI
GUSTAVO HENRIQUE RÜCKERT
ORGANIZADORES

LINGUAGEM E AUTISMO:
CONVERSAS TRANSDICCIPLINARES



Catu, BA

2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
https://www.editorabordogrena.com
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Edição: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Anderson de Almeida Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

L755

Linguagem e autismo : [Recurso eletrônico] : conversas transdisciplinares / Organizadores Gustavo Henrique Rückert; Luiz Henrique Magnani. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

2105kb, 139fls. il: color

Livro eletrônico
Modo de acesso: Word Wide Web <www.editorabordogrena.com>
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-68-0 (e-book)

1. Linguagem. 2. Autismo. 3. Educação. I. Título.

CDD 376
CDU 36

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	8
<i>Organizadores</i>	
IN OUR LANGUAGE: UM MANIFESTO POÉTICO E POLÍTICO DE AMANDA BAGGS	14
<i>Gustavo Henrique Rückert</i>	
GUERRA AO AUTISMO: DISCURSO NORMATIVO DA LEI Nº 12.764/2012 E VIOLÊNCIA CONTRA AUTISTAS	30
<i>Luana Adriano Araújo</i>	
LINGUAGEM E AUTISMO: O ESTUDO DA LITERATURA ESCRITA POR AUTISTAS	50
<i>Marina Bialer</i>	
A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE AUTISMO INTERSECCIONADO COM POLÍTICA: UMA ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NO YOUTUBE	65
<i>Ricardo Augusto de Souza Oliveira</i>	
A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO: REFLEXÕES A PARTIR DO BRINCAR E DA AMIZADE	81
<i>Camila Valle Coelho e Luana de Melo Ribas</i>	
NARRATIVAS MULTIMODAIS NO PROCESSO DE (CO)CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: EM CENA UM ESTUDANTE AUTISTA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	100
<i>Alex Bezerra Leitão</i>	
CAMUFLAR, AUTISTAR, TRADUZIR E OS DESAFIOS DE ENUNCIAR-SE AUTISTA	117
<i>Luiz Henrique Magnani</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	135
SOBRE OS ORGANIZADORES	137

APRESENTAÇÃO

A LINGUAGEM EM MOVIMENTO

Pode beirar ao clichê afirmar que a temática do autismo tem ganhado considerável visibilidade nos últimos tempos. Há inclusive um conjunto de proposições que circulam para tentar explicar o aumento no número de diagnósticos. Nesse contexto, há desde hipóteses e defesas um pouco mais fundamentadas até outras que não passam de meras invenções por muitas vezes repetidas. Para quem tais discussões não são novas é bem possível que já tenha ouvido desatinos como a associação entre vacinação e autismo ou a ideia de que certos tipos de dieta causam ou pioram a condição. Infelizmente, esses e muitos outros mitos ainda persistem no imaginário coletivo, embora já sejam objetos de crítica e de contestação.

Algumas das explicações mais fundamentadas, por sua vez, giram em torno de uma mudança no entendimento do que é autismo, em critérios diagnósticos mais apurados, na capacidade de articulação das pessoas autistas que, com sua vivência e testemunho, acabam se contrapondo publicamente a uma visão estreita e restrita aos limites biomédicos. E é nesse contexto mais amplo em que a presente obra se insere. Trata-se de um cenário que, portanto, pode e deve ser visto como parte intrínseca da concepção e da organização da presente obra.

Não é um acaso que nossa relação pessoal com o autismo comece de forma tardia - sendo, em ambos os casos, uma pauta que nos chega durante a vida adulta, ainda que como fruto de buscas e inquietações vindas desde muito cedo. Essa trajetória inclui infâncias e adolescências mais ou menos conturbadas, em que éramos muitas vezes entendidos como desinteressados, apagados, distantes, isolados, muito sérios, bravos, irritados, frescos, grossos, tortos, preguiçosos, esquisitos, com manias estranhas, entre outros. Inclui também uma vida adulta de difícil inserção profissional e social, em que não raro estivemos suscetíveis a sermos tachados de desmotivados, cansados, rebeldes, inconvenientes, antipáticos, pouco sociais, bem como tantas mais rotulações. Se boa parte desses comportamentos e hábitos mal compreendidos socialmente podem hoje se associar ao autismo, até há pouco tempo não havia a nosso alcance essa possibilidade de explicação.

Para cada um de nós, o diagnóstico teve um amplo sentido de libertação. No lugar de nos cobrarmos por supostas falhas individuais nas regras e nas formas de socialização, passamos a perceber que era a sociedade que falhava em não abarcar a diversidade de corpos e formas de estar no mundo. Passamos a perceber que o modo como agíamos era parte do que somos, parte do que nos constituía. Isso nos possibilitou a busca por suporte respeitoso e qualificado, como também a interlocução e o diálogo com a comunidade autista. Assim, passamos a entender que aquilo que era visto como desvios nossos em práticas de sociabilidade não era algo que poderia nem deveria ser corrigido em prol de uma injustificável normatividade. Diferentemente, eram características a serem compreendidas e respeitadas, por constituírem parte significativa de nossa identidade.

Uma questão, ainda assim, não se encaixava: a linguagem. Tradicionalmente, os documentos da área da saúde têm na linguagem um elemento central para abordar o autismo. E ela tende a ser descrita como elemento em falta, desviante, com menor eficiência, eficácia, sentido, logicidade - em última análise, a linguagem autista está sempre em déficit para os manuais que embasam o diagnóstico. No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), por exemplo, entende-se que, no caso do autismo:

Muitos indivíduos têm déficits de linguagem, as quais variam de ausência total da fala, passando por atrasos na linguagem, compreensão reduzida da fala, fala em eco até linguagem explicitamente literal ou afetada. Mesmo quando habilidades linguísticas formais (p. ex., vocabulário, gramática) estão intactas, o uso da linguagem para comunicação social recíproca está prejudicado no transtorno do espectro autista. (DSM V, 97)

Luiz Henrique já era doutor em Letras quando diagnosticado; Gustavo, doutor em Literatura - ambos professores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professores, pesquisadores, autores justamente na área da linguagem, não nos reconhecíamos como deficitários. E isso não era apenas um entendimento pessoal. Afinal, as bancas avaliadoras pelas quais cada um passou nessa trajetória profissional - em ocasiões como mestrado, doutorado e concurso público para ingresso na universidade - certificavam nossa propriedade enquanto especialistas na área de linguagem.

Ademais, nosso trabalho na docência é um trabalho de formação de professores. Atuando em licenciaturas, atualmente certificamos especialistas com futura atuação na área da linguagem. Talvez ainda valha a curiosidade de que ambos chegaram a compor simultaneamente a equipe de produção de questões de vestibular da área da linguagem e de correção de redações nessa mesma universidade. É certo que a linguagem é uma pauta tão ampla e complexa que é difícil estabelecer essa dicotomia entre especialistas e supostos deficitários. Porém, não deixa de ser significativo esse contraste percebido.

Além do que, como profissionais da área, estranhávamos demasiado tanto alguns desses critérios diagnósticos quanto outras proposições correntes sobre pessoas autistas como “incapacidade para compreender linguagem figurada”, “ausência de coerência central”, “dificuldade de compreensão contextual”, “falta de sentido”, “repetição mecânica”, entre outros. Que concepção de linguagem subjaz esses entendimentos senão uma concepção arcaica, baseada na teoria da comunicação jakobsiana, que isolava elementos como emissor, receptor e mensagem, entendendo esta como algo que é enviado de um a outro? Cada vez mais ficava explícito para nós o quanto algumas questões de autismo ligadas à parte da linguagem tinham por pressuposto – ainda que de modo difuso – certo mito da transparência comunicacional, em que pessoas partilhariam de um mesmo código fixo que, em si, seria universal e transparente. E que conflitos nesse processo seriam resultantes não da própria complexidade da linguagem ou da interação social, mas da falha individual em operar esse alegado sistema transparente e universal.

Diante dessa questão, entendemos que, como pesquisadores de áreas da linguagem e autistas, temos um compromisso que é ao mesmo tempo científico e político, o de pesquisar mais a fundo a linguagem de pessoas no espectro. Isso significa, necessária e urgentemente, pensá-la de forma transdisciplinar. A própria percepção de que os debates mais atualizados ligados a áreas de linguagem parecem não chegar, por exemplo, nas áreas da saúde, como apresentamos, é um argumento a favor dessa ideia. A linguagem autista é um acontecimento complexo, envolve formas divergentes do padrão hegemônico de se relacionar consigo, com o outro, com os objetos, com o mundo. A linguagem autista é heterogênea e não pode ser fechada em uma simples e definitiva conceituação, e a situação só se agrava quando tal concepção não está dialogando com pressupostos atualizados da área. Há

autistas que se comunicam oralmente, há autistas que se comunicam por escrito, há autistas que se comunicam com recursos de comunicação alternativa, há autistas com linguagem corporal muito desenvolvida, há autistas pouco afeitos à linguagem corporal, há autistas com dislexia, há autistas com hiperlexia, há autistas cantores, atores, escritores, desenhistas, ou professores, como nós. Tudo isso em uma combinação indeterminada e infundável de fatores.

A busca por compreender a linguagem autista a partir de uma perspectiva complexa e transdisciplinar nos levou à criação do projeto de pesquisa *Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica*, institucionalizado na UFVJM. O projeto reúne pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e do exterior, com formações acadêmicas que perpassam áreas como Letras, Artes, Comunicação, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Educação e Direito, com interesse em pesquisar conjuntamente linguagem e autismo. A maior parte dos integrantes do projeto no momento da escrita desta apresentação são, inclusive, autistas. Desde sua criação, em 2020, o grupo promoveu reuniões, encontros, debates, fomentou comunicações em congressos, palestras e cursos de formação em escolas e prefeituras, publicação de artigos científicos sobre o assunto.

Nossa ação mais recente foi a organização de *Linguagem e autismo: conversas transdisciplinares*. *Linguagem e autismo* é um livro, uma coletânea de artigos resultantes de estudos sobre o tema que nos inquieta, mas não só. É ele também linguagem em ação, linguagem em movimento. É uma obra cuja concepção, proposta, organização e curadoria foi realizada por pessoas autistas que, atualmente, estão inseridas e em articulação com redes de conversas da coletividade autista. Como resultado, a obra apresenta um conjunto de artigos que podem ser compreendidos como atos de comunicação complexos que estão em articulação com estudos, discursos e contextos acadêmicos variados, bem como com a própria proposta aqui apresentada. Dessa maneira, podemos entender que o livro é, em si, uma composição complexa em que pesquisadores autistas e não autistas, com as mais diferentes trajetórias acadêmicas, apresentam ao público seus trabalhos de análise crítica, criativa, científica, engajada com o compromisso ético de respeito às pessoas autistas e seus direitos.

Nesse sentido, é com alegria que apresentamos os estudos que nos foram enviados e compõem este livro. São estudos diversos, que partem de distintas concepções teóricas de linguagem, mas que em sua pluralidade permitem fazer esse contraponto à redução da linguagem autista a um elemento deficitário ao apresentar a questão de um modo um pouco mais complexo, crítico e informado por diferentes áreas de conhecimento.

Na abertura dos trabalhos, Gustavo Henrique Rückert, em “In our language: um manifesto poético e político de Amanda Baggs”, revisita um clássico entre a comunidade autista, o vídeo-performance *In my language*, da ativista autista Amanda Baggs. Considerando aspectos poéticos e políticos da obra, o autor atenta para esta enquanto um manifesto sobre a diferença linguística na contemporaneidade. Luana Adriano Araújo, na sequência, adentra a problemática atual da guerra ao autismo. Em artigo intitulado “Guerra ao autismo: discurso normativo da Lei Nº 12.764/2012 e violência contra autistas”, a pesquisadora realiza uma análise biopolítica do processo legislativo que precedeu a referida lei, com ênfase nos estudos de campo de casos de violência contra autistas. Marina Bialer, por sua vez, em “Linguagem e autismo: o estudo da literatura escrita por autistas”, realiza uma investigação psicanalítica de textos autobiográficos de importantes autores autistas como Birger Sellin, Tito Mukhopadhyay, Amy Sequenzia e Ido Kedar. Seu estudo aponta para a importância do questionamento de perspectivas consagradas pelas áreas comportamental e psicanalítica sobre o autismo.

Ricardo Augusto de Souza Oliveira, pesquisador e comunicador autista, assina “A produção de conteúdo de autismo interseccionado com política: uma análise de comentários no Youtube”. No texto em questão, Oliveira analisa a intersecção das temáticas do autismo e da política nas reações públicas recebidas por meio de comentários aos vídeos do canal *Autismo Pensante*. Já Camila Valle Coelho e Luana de Melo Ribas direcionam suas pesquisas para as crianças autistas em “A comunicação e a linguagem da criança com autismo: reflexões a partir do brincar e da amizade”. Amparadas nos estudos linguísticos de Vigotski, refletem sobre a importância do brincar e da amizade na socialização dessas crianças.

Na sequência dos estudos, o professor e pesquisador Alex Bezerra Leitão, em “Narrativas multimodais no processo de (co)construção de sentidos: em cena um estudante autista no âmbito da educação inclusiva”, analisa como

os sentidos são (co)construídos textualmente por meio de narrativas multimodais. Para isso, toma como elemento de análise os textos produzidos por um aluno autista em aulas de português como língua materna. Por fim, em “Camuflar, autistar, traduzir e os desafios de enunciar-se autista”, Luiz Henrique Magnani analisa contextos em que autistas enunciam sobre si e sobre o autismo, contrapondo-se à retórica do déficit como forma de interação na ontologia do termo. Os textos analisados no artigo perpassam campanhas da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA), o livro *Camaleônicos*, da jornalista autista Selma Silva, e reflexões do escritor autista Ido Kedar.

Devido ao escasso material que se debruce sobre a problemática da linguagem e do autismo a partir de uma perspectiva transdisciplinar, que considere a linguagem autista em sua complexidade, e não pelos estereótipos da redução, consideramos os artigos que seguem como contribuições importantes para o contexto brasileiro. Se sua elaboração e enunciação no presente livro são uma atitude científica e política fundamental aos nossos tempos, não diferente é a sua leitura. Por isso, despedimo-nos convidando os leitores a lerem os trabalhos; a inserirem-se como sujeitos dessas conversas, para em debate com autores autistas e não autistas, linguistas, críticos literários, comunicadores, psicólogos, psicanalistas, educadores e juristas, conceber a linguagem autista em sua produtividade, em sua capacidade infindável de *ser mais*.

Luiz Henrique Magnani (UFVJM)

Gustavo Henrique Rückert (UFVJM)

CAPÍTULO 1

IN OUR LANGUAGE: UM MANIFESTO POÉTICO E POLÍTICO DE AMANDA BAGGS

Gustavo Henrique Rückert

Pode a pessoa autista se comunicar? Essa provocativa questão foi levantada pelo colega pesquisador e autista Luiz Henrique Magnani por ocasião de sua intervenção no Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em 2020. Com uma releitura do clássico *Pode o subalterno falar?*, da teórica cultural indiana Gayatri Spivak (2010), a pergunta tensiona não a simples capacidade enunciativa de autistas, e sim a capacidade oitiva daqueles que tradicionalmente descrevem o autismo: psiquiatras, neurologistas, psicólogos, pediatras, fonoaudiólogos, professores, entre outros profissionais. Tensiona, consequentemente, algo de cunho ainda mais elementar: o que é *falar* em nossa sociedade?

Desde as pesquisas pioneiras de Kanner, Asperger e Sukhareva até os dias atuais, passando por DSM e SID, a linguagem autista foi classificada em termos como ausente, evasiva, vazia, aprisionada, difícil, incapaz, incompreensível, ininteligível, arbitrária, circular, rígida, mecânica, tensa, automatizada, impertinente, inconstante, sem sentido, sem sentimento, sem metáfora, sem naturalidade, sem noção, sem contexto, sem intencionalidade, sem progressão lógica, sem teoria da mente, sem inconsciente, sem eu, sem outro... Em suma, um vasto repertório (perdoem-me se o autor é autista e gosta de listas extensas) daquilo que poderíamos definir como uma *taxonomia da ausência* (Cf. BAGGS, 2010; YERGEAU, 2017; RODAS, 2018).

Ironicamente (sim, um autista também pode ler o contrário do que algo convencionalmente significa), a *taxonomia da ausência* ampara-se em uma crença fundamentalmente metafísica, embora aplicada e legitimada no espaço clínico, institucional e disciplinar (Cf. FOUCAULT 1994, 2010). A presença de um *logos* (ideia, razão, essência, espírito) na voz remonta a Platão e é chamada pelo filósofo da linguagem Jacques Derrida (1981) de *metafísica da*

presença. É a suposta ausência dessa racionalidade transcendente em suas vozes que fez mulheres, escravos e estrangeiros proibidos do exercício democrático na Grécia Antiga: o diálogo em praça pública. É por esse motivo que o ocidente sacraliza a *phoné* (enquanto expressão pura e verdadeira do *logos*) em detrimento de outros sistemas de linguagem, como a escrita e, principalmente, aqueles relacionados mais diretamente ao corpo. Nesse sentido, atribuir a um outro a ausência do *logos* é construir para si a sua presença metafísica. Isso explica a autoridade do modelo biomédico, ao mesmo passo que a *potência perturbadora* (RODAS, 2018) do discurso autista.

Recentemente, um número cada vez mais crescente de obras autobiográficas escritas por autistas tem ganhado espaço no mercado editorial. Este, no entanto, muitas vezes privilegia enredos de superação para satisfazer o capacitismo¹ implícito na *taxonomia da ausência*. Poucos desses textos ameaçam a lógica ocidental da *metafísica da presença*, por consequência. É nos espaços periféricos das mídias digitais, das editoras independentes e de produções manuais como *fanzines* que essa potência perturbadora deixa seu traço e faz-se marca. Nesse sentido, poucos textos são tão provocativos quanto *In my language*², *performance* autoral registrada em vídeo por Amanda Baggs em 2007³. Mel Baggs (como era usualmente conhecida⁴) foi ativista e autista estadunidense. Na minha percepção, que será explicada a seguir, foi também poeta.

¹ “[...] categoria [...] materializada através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se pessoas com deficiência.” (MELLO, 2014, p. 53-54)

² A versão original está disponível na plataforma YouTube em: https://www.youtube.com/watch?v=JnylM1hI2jc&ab_channel=silentmiaow. Publicação em 2007. Acesso em 21 abr 2021.

³ Há uma versão em português disponibilizada na plataforma YouTube. A tradutora é a artista e ativista autista brasileira Amanda Paschoal. Todas as citações do vídeo em língua portuguesa serão feitas de acordo com a sua tradução. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNTjoLhwKtk&ct=1s>. Publicação em 2016. Acesso em 21 abr 2021.

⁴ Manterei a opção por indeterminadores de gênero para respeitar a identificação de Baggs como não binária.

POESIA, CORPO E TRADUÇÃO

Entre as características linguísticas de Amanda Baggs, está aquilo que a *taxonomia da ausência* nomeou *não verbal* ou *não oralizado* (embora produza linguagem verbal, no caso a escrita; e oralize, ou seja, emita sons vocais com sentido). A *ausência* do verbo e da voz é construída cultural e politicamente em substituição à *diferença* do verbo e da voz. E essa é uma questão fundamental de *In my language*, já que sua composição está baseada na expectativa capacitista da falta de fala e da ausência de racionalidade.

Com um total de 8 minutos e 36 segundos, o vídeo é dividido em duas partes. Uma primeira, do início até os 3 minutos e 13 segundos, traz a manifestação de Baggs naquilo que mais adiante vai ser definido como “sua língua” ou “língua nativa”. Há aqui um transbordamento interacional do corpo protagonista, que vocaliza, entona, ritmo, movimenta, toca, texturiza, cheira, interage, sente o mundo a sua volta. A gravação foi realizada em sua habitação. O foco da câmera está nos objetos de seu cotidiano (água, janela, vidro, vento, teclado de computador, arame, trinque de porta, maçaneta de guarda roupa, papéis, livro, entre outros). Assim, o espectador tem um recorte de imagem semelhante ao enfoque que o olhar de Baggs dá às coisas, bem como à interação de seu corpo com elas. Os ditos “objetos”, na sua percepção autística, são mais do que isso, são outros corpos em permanente contato consigo.

Ocorre, todavia, que nossa sociedade logocêntrica tende a ver as diferenças neurodiversas e linguísticas como falta, conforme exposto na primeira parte deste texto. Aos olhos normativos, não há sentido, lógica, pensamento ou comunicação na primeira parte do vídeo. Aí que entra sua segunda parte, trazendo uma ruptura com a expectativa capacitista dos 3 minutos e 13 segundos até o final. Sob o título “Uma tradução”, escrito na tela, essa parte apresenta um discurso de Baggs em sua língua adicional, aquilo que vem a ser nomeado como “a língua de vocês”, projetado em áudio a partir de recursos de comunicação alternativa.

Logo de início, ao introduzir a proposta de tradução, a voz autoral explica que não há uma simbologia em sua linguagem a ser explicada pela *metafísica da presença* de uma racionalidade neurotípica. Por isso, trata-se de uma tradução, e não de uma decodificação ou substituição. Há ainda a menção

àquilo que nos *Disabilities studies* chama-se *embodiement* (CSORDAS, 1994), ou seja, sua linguagem é “corporificada”:

Nesta parte do vídeo a água não simboliza nada. Eu estou apenas interagindo com a água, e a água está interagindo comigo. Longe de ser sem propósito, o jeito que eu me movimento é uma resposta automática ao que está ao meu redor. Ironicamente, o jeito que me movimento quando interajo com tudo ao meu redor é descrito como “estar em um mundo só meu”. (BAGGS, 2007, 3:39-4:12)

A cena mencionada apresenta a interação das mãos de Baggs com a água a escorrer de uma torneira. Para a *taxonomia da ausência*, são movimentos repetitivos vazios de sentidos que poderiam ser descritos como estereótipias. Mas é importante perceber a leveza dos movimentos das mãos, a qual responde à fluidez líquida e à sua circularidade no percurso de escoamento pelo ralo. Da mesma forma, em outras cenas, suas mãos tremulam *com* a bandeira e as folhas das árvores ao vento, balançam para cima e para baixo *com* a mola, circulam *com* a maçaneta do armário, vibram *com* o teclado. Os objetos não são algo a dominar ou imitar, e sim corpos com os quais comunicar, afinal, para elu, “a água [também] está interagindo comigo” (BAGGS, 2007, 3:58). Não à toa, Elizabeth Fein (2018) entende a linguagem autista como um “modo de engajamento”. A corporalidade autista, ao contrário do que a *taxonomia da ausência* consagrou (inclusive no próprio nome *autismo*) é uma corporalidade



que percebe, valoriza, comunica e interage o tempo todo com as coisas ignoradas pelo pragmatismo e pelo produtivismo da linguagem normativa, cada vez mais dinâmica, veloz, objetiva (em uma inversão, nós autistas poderíamos dizer que a linguagem padrão é sem alma, e que os corpos típicos não

fixam seu olhar nas coisas). (*Fotograma 1: Baggs dialoga com a água*).

Para Ralph Savarese, pesquisador, crítico literário e poeta, apesar de a sociedade considerar contraditórios os campos autismo e poesia, essa

corporalidade da linguagem autista é uma característica, antes de mais nada, poética. Em *What some autistics can teach us about poetry: a neurocosmopolitan approach*, Savarese (2015) explica que o texto poético se fundamenta na criação e na ruptura de padrões de linguagem. Repetição, circularidade, prazer pelo aspecto sonoro das palavras e de suas combinações são algumas das características da musicalidade poética. Há nesse exercício algo de interação, movimento, prazer e controle de expectativas. O pesquisador aponta que há uma maior aptidão de autistas para a musicalidade poética, bem como para a sinestesia; da mesma forma que há em neurotípicos uma maior aptidão à questão semântica do poema. Por isso, defende em seus estudos a poesia como espaço de tradução, de interação cultural possível à neurodiversidade humana.

Apesar de a linguagem autista possuir uma série de características poéticas devido ao seu embodiment, Julia Rodas (2018), pesquisadora das relações entre literatura e estudos da deficiência, alerta para o fato de que geralmente ela não é assim vista e valorizada. Em *Autistic disturbances: theorizing autism poetics from the DSM to Robinson Crusoe*, analisa, em alguns clássicos da literatura de língua inglesa, diversas características estilísticas presentes na linguagem autista, de forma a elaborar uma espécie de *poética autista*. A retomada compulsiva de um tema (*ricochete*), as listas e enumerações (*descrições*), as explicações enciclopédicas (*apóstrofe*), a quebra de expectativas semânticas (*invenção*) e a fala que transborda em picos de euforia (*ejaculação*) são algumas das características dessa poética para a autora (RODAS, 2018, p. 6-8), a qual é valorizada na literatura e alvo de preconceito na fala cotidiana da pessoa neurodivergente ou *neuroqueer*, conforme sua definição.

Todas as características mencionadas por Savarese e Rodas podem ser observadas, em maior ou menor medida, nas duas partes que compõem *In my language*. Na primeira delas, naquilo que a *taxonomia da ausência* denominaria estereotípias, Baggs vocaliza com estrutura temporal e entonação, formando recortes ou frases sonoras, as quais criam padrões. A sensibilidade para perceber a corporalidade de elementos como a água, o vento e o teclado leva ao prazer motor da interação e da reiteração, também compondo padrões rítmicos ao longo da expressão, que transborda não apenas o comedimento linguístico, como a própria noção de corpo individualizado. E o exercício de corporalizar a linguagem em ritmo por meio de padrões que se repetem e se alternam,

buscando o prazer sensorial, é justamente o que chamamos poesia (SAVARESE, 2015).

A segunda parte, a seção em tradução de *In my language*, claramente é endereçada a interlocutores que reproduzem a perspectiva da falta sobre a linguagem autista. Há a quebra de expectativas semânticas ao se retomar a lista de interações corporais da parte anterior e didaticamente explicar o que seriam pela perspectiva de um corpo neurodivergente. E subverter a perspectiva capacitista da linguagem enquanto falta é também mostrar que esse corpo *deficiente, desabilitado, abjeto*, é um corpo que pensa, algo perturbador a uma sociedade logocêntrica. Em um trecho dessa explicação, o protagonista reflete:

O meu jeito natural de pensar [...] é tão diferente dos padrões da sociedade [...] que até há pessoas que não consideram como forma de pensamento, mas é uma maneira de pensar com certeza. Entretanto, os pensamentos das pessoas como nós só são levados a sério se nós aprendermos a sua linguagem. (BAGGS, 2007, 4:37-4:55)

Daí a necessidade de tradução. Transitar entre duas formas de pensar é o deslocamento encontrado para produzir a perturbação necessária à compreensão de mundo vigente. Para o crítico cultural indiano Homi Bhabha (2013), a arte de nosso tempo pode ser compreendida, sobretudo, como uma arte de fronteira. Para o pensador pós-colonial, a fronteira não é entendida como um limite espacial que separa, e sim como uma zona de disseminação de diferentes temporalidades. Fronteira é assim um *entre-lugar* formado pelos sujeitos que transitam entre culturas, por isso sujeitos que traduzem.

Claro que Bhabha (2013) pensa a fronteira em relação à zona de hibridez formada na disseminação de modernidade europeia e sociedades tradicionais; cristianismo e hinduísmo; língua inglesa e língua hindi; globalização e tradição; zona de hibridez essa que caracteriza os sujeitos pós-coloniais da Índia contemporânea. Contudo, resguardadas as diferenças contextuais, o empréstimo conceitual é produtivo, pois Baggs, como artista de fronteira, transita entre a suposta eficiência dos corpos aptos à produção e a deficiência; a suposta racionalidade e o pensamento neurodivergente; a língua inglesa e suas mãos; as plataformas digitais de livre acesso e sua casa; para, com um corpo em tradução, deixar um traço que rasura os lugares fixos do mundo

capacitista que ordena e valida os sujeitos conforme sua adaptabilidade à exploração de mão-de-obra pelo capital.

DA POÉTICA À POLÍTICA, DO VALE À MONTANHA

Ao buscar traduzir o pensamento de seu corpo para a *phoné*, tensionando a exclusividade da fala neurotípica, a arte de Baggs pode ser definida como uma arte fundamentalmente política. Para o crítico literário Terry Eagleton (2006, p. 294), “política é a maneira pela qual organizamos conjuntamente nossa vida social e as relações de poder que isso implica”. Dada a imposição social de uma *taxonomia da falta* aos sujeitos autistas, a simples fala neurodivergente é, por si só, uma forma de agência política. E, como toda atividade social, extremamente exaustiva para autistas.

No seu artigo *Up in the clouds and down in the valley: my richness and yours*, Amanda Baggs (2010) utiliza de uma brilhante analogia para explicar seu processo de tradução. Para ela, a linguagem neurotípica é uma montanha, de acesso difícil e, em alguns casos, restrito. É necessário, portanto, um dispêndio de energia enorme para participar desse processo excludente e comunicar com a sociedade a partir de um padrão hegemônico de fala. Por isso, quando o processo de tradução ocorre e Baggs sobe as montanhas para falar aos neurotípicos, o que ocorre é um estranhamento.

Quando escalo os penhascos da linguagem, as pessoas reagem de maneira estranha. Elas vivem há tanto tempo em uma montanha que esquecem que o vale de onde vim existe. Elas chamam esse vale de "não montanha" e o proclamam seco, árido e sem cor, porque é como ele se parece à distância. (BAGGS, 2010, n.p., tradução minha)

De acordo com Bhabha (2013), o processo de hibridez decorrente das zonas de fronteira não pode ser visto como harmônico, pois é sempre conflituoso, contraditório, agonístico. É dessa ordem a tradução realizada por Baggs. Como artista comprometida com os sujeitos subalternos em uma relação desigual de poder, vai às montanhas na segunda sessão de *In my language* não para confraternizar, e sim para reclamar à sociedade sua maneira binária e violenta de atribuir racionalidade. É como se dissesse, “você estão espantados ao me ver dominar sua língua? Pois eu não, sei da minha

racionalidade e capacidade de deslocamento entre culturas – e sei também o quanto isso custa ao meu corpo. Venho aqui, no entanto, para reclamar o fato de sempre eu precisar escalar a montanha e nunca vocês descerem ao vale para existir diálogo”.

De acordo com a escritora autista australiana Donna Williams (1994, p. 117),

Aqueles que vivem primariamente pelo sistema de interpretação vivem, efetivamente, no mesmo mundo físico que aqueles que são primariamente seres sensoriais... No entanto, eles se movem em diferentes mundos ou "culturas" sensoriais e perceptivas e sociais. Assim como cada um pode ser "bilíngue" em termos de "língua", cada um poderia ser "multicultural", capaz de se mover entre mundos culturais conforme necessário e ser capaz de interpretar para aqueles mais proficientes em um sistema do que no outro.

Ao transitar entre línguas como exercício político de tradução, Baggs coloca em questão a própria ontologia do vale, representado pela língua padrão (dos montanhese) como mera ausência de montanha. A primeira parte de *In my language* é a vivência do vale. Da montanha, não se verá nada interessante ali. Mas para quem habita o vale, há uma pluralidade de experiências inigualável em outro ambiente.

Eu sei, é claro, que o vale em que vivo é qualquer coisa menos desolado, qualquer coisa menos uma montanha sem montanha. Ele tem todos os tipos de árvores, muitas das quais não podem crescer na montanha. Eu mergulho nos riachos, e o cheiro das rochas é vívido. Eu rolo no chão, e o cheiro da terra é escuro e satisfatório. Cada experiência é como um novo arco-íris para todos os sentidos, e cada coisa se encaixa em um padrão tal que posso perceber tudo ao seu redor. (BAGGS, 2010, n.p., tradução minha)

Percebe-se não apenas a satisfação de uma vida plena no vale, como também a sua incompatibilidade conforme os moldes montanhosos. É a tradução como tarefa sempre incompleta de recriação textual em uma língua outra. Muitos falam em nome dos autistas para descrever sua experiência linguística e cognitiva. No entanto, pouco se escuta os autistas refletirem sobre isso, pois a eles é imposta a *não fala* por meio da *taxonomia da ausência*. O que

Baggs faz aqui é justamente incorporar a língua de um outro dominante para subverter a imagem de si. Ao evidenciar linguagem, comunicação, interação, sensibilidade, percepção e raciocínio em seu corpo quando este não utiliza palavras, Baggs aponta o autismo de forma despatologizada, transbordante, desviante, em diferença; jamais em déficit, falta ou ausência.

Na primeira parte do vídeo, quando o protagonista olha, toca, acaricia, movimentando, cheira os objetos em suas corporalidades, está re-conhecendo as coisas. Se uma criança neurotípica repete o nome dos objetos e os aponta cada vez que os vê, para associar sua materialidade sonora e visual a um conceito que vai sendo formado, e permanecerá associado em sua mente à ontologia da coisa, o que fazemos não é diferente. Re-conhecer um cheiro, uma cor, uma textura, uma forma, uma maneira de movimentar é como nomear um objeto.

A linguista e psicóloga Laura Sterponi (2018, p. 222) argumenta que

[...] as práticas denotacionais autistas descortinam a relação inerente da linguagem com o contexto, o que implica polissemia, e jamais podem ser inteiramente separadas ou limitadas à simulação do significado literal. Os relatos autistas de criação de sentido revelam, portanto, como sugerem Freire Costa e Grinker, engajamento com o potencial da linguagem de expandir a experiência, de aprofundar nossa conexão com o mundo dos outros e os artefatos culturais.

O que a poesia faz é justamente problematizar esse agenciamento político fundamental, primeiro: o de impor nomes às coisas (Cf. FOUCAULT, 2000). Ao re-nomear de forma inusitada, um poema desassocia novamente em nossa compreensão palavras e coisas, lembrando-nos que os significantes são arbitrários e referem-se a outros significantes, e não às coisas em si. Por isso, a poesia é uma subversiva volta à infância (Cf. SAVARESE, 2015) para percebermos que há mundo para além dos limites da nossa linguagem. A poesia nos derruba da montanha.

Pelos motivos expostos, para Baggs fazer poesia em sua “língua nativa”, é preciso suportes marginais, que a suportem. Portanto, não é nas páginas impressas e via crivo capitalista do mercado editorial que isso acontecerá. É por meio da ocupação de espaços virtuais, em produções audiovisuais caseiras e independentes, que sua língua pode ser expressa em potência. Assim, ao tocar, cheirar, vibrar, sacudir as coisas, a pessoa lírica do vídeo nomeia e re-nomeia,

conforme suas relações de movimentos, entonações e sensações a cada coisa. Assim, água, vento, arame, correntinha, maçaneta, árvore ou bandeira estadunidense vão se esvaziando dos significados convencionais para se tornar outra coisa quando vistas do vale do autismo: algo corpóreo, em interação, livre do utilitarismo e das palavras.



Fotograma 2: Baggs re-nomeia os corpos

E existe algo politicamente mais urgente em um mundo consumista, poluidor, insustentável, injusto, desigual, excludente, hierarquizado, violento, que não repensar nossa forma de nos relacionarmos uns com os outros, com o que criamos, com a natureza, de modo mais igualitário, respeitoso e responsável? Na singela opinião deste que escreve, professor, pesquisador, poeta, autista, oriundo de uma família camponesa de imigrantes que habita o sul global, não. Por isso, *In my language* é um manifesto poético e político essencial ao nosso tempo.

NA NOSSA LÍNGUA OU DE VOLTA AO VALE

Como últimas palavras sem caráter conclusivo (já me preparando para voltar ao meu vale, de silêncio, de sensação, de plenitude e de poesia), gostaria de trazer uma última provocação: a língua de Baggs é a minha língua? A língua de Baggs é a língua de outros autistas?

Por ser uma condição de espectro, cada sujeito autista possui uma diferente relação com corpo e linguagem. Soma-se a isso uma infinidade de outras condicionantes linguísticas de uma pessoa, tais como tempo histórico,

espaço geográfico, cultura, etnia, raça, classe social, gênero, faixa etária, demais deficiências, *etc.* Por isso, evidentemente, a linguagem de Baggs não é exatamente a mesma que a minha ou de qualquer outro sujeito autista no mundo.

No entanto, as diferenças entre os sujeitos autistas são utilizadas como estratégia política para inviabilizar seus discursos. Por um lado, autistas que utilizam palavras, sejam elas orais ou escritas, são taxados “pouco autistas” para falar em nome de todos os sujeitos com alguma condição do espectro. Por outro, autistas que não utilizam palavras são taxados como a *falta* total, a ausência de racionalidade e linguagem, por isso sequer são considerados como sujeitos do discurso. Como consequência, a fala de qualquer autista continua sendo vista como muito individual, particular, empírica, menos científica ou racional.

Assim, o vale continua sendo cartografado a partir das montanhas pelo modelo biomédico do autismo. É por motivo semelhante que Gayatri Spivak (2010) concluiu que o subalterno não pode falar. Falar, em sua concepção, não significa apenas emitir, mas ser ouvido em condições iguais de importância e respeito, ou seja, é necessário praticamente que não haja subalternidade para que, de fato, o subalterno possa falar. No entanto, é possível ao menos ameaçar a hegemonia opressora ao questionar as próprias regras da subalternidade. Ralph Savarese (2010, p. 276) explica que o subalterno que passa a dominar a língua padrão “é um migrante transcultural e sensorial, um neurocosmopolita armado com metáforas em um mundo que muitas vezes é bastante hostil a outro neurológico”.

O argumento que inviabiliza a fala autista por sua condição de espectro falha em não reconhecer que também não há homogeneidade na corporalidade e na linguagem ditas neurotípicas. Cada sujeito dito neurotípico também possui suas experiências e condicionantes sociais. A identidade é, nesse sentido, sempre uma questão provisória, frágil, em devir, pois constituída sob uma cadeia de diferenças. Mas se, politicamente falando, nenhum sujeito fala *por* um grupo, não significa que não devemos nos agenciar a partir de experiências comuns em nossas singularidades, aquilo que poderíamos compreender como *identificação*, uma identidade sempre em processo e consciente de seu agenciamento político (HALL, 2009).

Em sua tese de doutorado, a psicóloga Amanda Caitité (2017, p. 43) afirma que, colocados no mesmo espectro pelos manuais mais recentes, “os autistas não verbais compartilham com os verbais o desenvolvimento de um uso singular da linguagem, da inteligência e da sociabilidade, e colocam como desafio uma ressignificação do que vem a ser essas dimensões da vida.”

Dessa maneira, embora não exatamente igual à experiência de outra pessoa autista, o poema audiovisual de Baggs é marcado por traços de quem sofreu a violência de ser definida pela *taxonomia da falta*. Ter sua língua ignorada e ser forçado a se comunicar a partir de uma língua estrangeira a seu corpo é uma experiência comum a autistas, pois foram diagnosticados exatamente a partir desse suposto *déficit* de linguagem. Com isso, a língua de Baggs é também a nossa língua, uma vez que evoca e rasura esse processo de negação de nossa condição de humanidade a partir do modelo ocidental logocêntrico.

Para elu,

Nós somos vistos como pessoas não comunicativas se nós não falamos a linguagem padrão. Mas as outras pessoas não são consideradas não comunicativas se elas estão tão alienadas de nossa linguagem que não conseguem pensar que existe a nossa própria linguagem. (BAGGS, 2007, 6:42-6:54)

Ao rasurar a concepção de linguagem logocêntrica que relegou historicamente às margens da humanidade mulheres, LGBTQIA+, povos originários, povos colonizados, imigrantes, trabalhadores, deficientes, entre outros, o texto de Baggs desconfortavelmente joga ao espectador a dúvida sobre a eficiência de linguagem construída socialmente. Há toda uma diversidade de formas de pensar e de falar; portanto há um necessário neurocosmopolitismo (Cf. SAVARESE, 2013) para existir comunicação em uma zona de convergência e de esforço mútuo. Se isso não ocorre, quem possui de fato algum déficit de linguagem, sociabilidade, empatia, teoria da mente ou similar senão aqueles assentados em um padrão comunicativo criado a partir de um paradigma de normalidade ou tipicidade?

Ainda há muito que fazer para construir uma cartografia mais plural de todos os mundos que cabem em nosso mundo, com seus vales, montanhas, planaltos, platôs, litorais... Apesar de não ser possível concluir com essa

cartografia plural da linguagem e do pensamento (pelo fato de ela ainda não existir), sei que ela só será possível quando duvidarmos dos nomes, das palavras, dos conceitos já consagrados. É preciso tomar a linguagem nas mãos, sentir sua textura, forma, vibração, contemplar suas cores, cheirá-la, mordê-la, pô-la em movimento para percebermos que ela é algo que não cabe nas definições de manuais e de cartilhas. Linguagem inclui uma diversidade tão grande quanto a neurodiversidade que compõe a humanidade.



Fotograma 3: Baggs faz *stim* com a linguagem

Por isso, não trago aqui a ideia de simplesmente entendermos *In my language* como uma poesia audiovisual de nosso tempo. Trago aqui a urgência de entendermos *In my language* como uma das principais obras poéticas e políticas do nosso tempo. Qualquer pessoa que almeja compreender a linguagem de forma mais ampla deveria assisti-la. E depois disso, assistir novamente, mais uma vez, e outra, e ainda outra... Autisticamente, deveríamos repetir e incorporar esse exercício de deslocamento linguístico proposto por Amanda Baggs como um compromisso ético por um mundo mais justo, em que todos possamos falar.

REFERÊNCIAS

BAGGS, Amanda. *In my language*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JnylM1hI2jc&t=155s> . Publicação em 2017. Acesso em 21 abr 2021.

- BAGGS, Amanda. *Minha linguagem*. Trad. Amanda Paschoal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNTjoLhwKtk&t=176s> . Publicação em 2016. Acesso em 21 abr 2021.
- BAGGS, Amanda. Up in the clouds and down in the valley: my richness and yours. *Disability Studies Quarterly*. v.30, n.1, 2010.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- CAITITÉ, Amanda Muniz Logeto. *O autismo como diversidade: ontologias trazidas à existência no ativismo político, em práticas da psicologia e em relatos em primeira pessoa*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 212f, 2017.
- CSORDAS, Thomas J. Introduction: the body as representation and being-in-the-world. In.: *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p.1-25.
- DERRIDA, Jacques. *Dissemination*. Trad. Barbara Johnson. London: The Athlone Press, 1981.
- EAGLETON, Terry. Crítica política. In.: *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FEIN, Elizabeth. Autism as mode of engagement. In.: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (orgs). *Autism in translation: an intercultural conversation on autism spectrum conditions*. Tulsa: Palgrave Macmillan, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1994.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.
- MAGNANI, Luiz Henrique. *Pode a pessoa autista se comunicar?* XIV Anais do Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia. v.9. n.1. 2020. Disponível em:
http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/17824. Acesso em 12 mai 2020.
- MELLO, Anahí Guedes de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 262f, 2014.
- RODAS, Julia Miele. *Autistic disturbances: theorizing autism poetics from the DSM to Robinson Crusoe*. Michigan: University of Michigan Press, 2018.
- SAVARESE, Ralph James. From neurodiversity to neurocosmopolitanism: beyond mere acceptance and inclusion. In.: HERRERA, C.D.; PERRY, Alexandra (orgs). *Ethics and neurodiversity*. Cambridge: Cambridge Scholars Press, 2013. p. 191-205.
- SAVARESE, Ralph James. Toward a postcolonial neurology autism: Tito Mukhopadhyay and a new geo-poetics of the body. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies* v.4. n.3. 2010. Liverpool University Press. 273-290
- SAVARESE, Ralph James. What some autistics can teach us about poetry: a neurocosmopolitan approach. In.: ZUNSHINE, Lisa (org.). *Oxford*

handbook of cognitive literary studies. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 393-417.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILLIAMS, Donna. *Autism and sensing: the unlost instinct*. London: Jessica Kingsley, 1998.

YERGEAU, Melanie. *Authoring autism: on rhetoric and neurological queerness*. Durham: Duke University Press, 2017.

CAPÍTULO 2

GUERRA AO AUTISMO: DISCURSO NORMATIVO DA LEI Nº 12.764/2012 E VIOLÊNCIA CONTRA AUTISTAS

Luana Adriano Araújo

INTRODUÇÃO

Em dois de dezembro de 2015, uma criança autista de seis anos foi asfixiada por sua mãe na região metropolitana de Belo Horizonte. O ato teria sido cometido para “aliviar o sofrimento” da vítima, a qual, de acordo com sua mãe, vinha passando por abuso sexual no ambiente escolar. “Eu fiz mais isso porque ele estava sofrendo muito, e eu não estava aguentando ver meu filho sofrer mais”, afirmou a mãe acusada de cometer o assassinato¹. Uma justificativa diferente é dada pela mãe de Eduardo Martinho, adolescente de 17 anos, afogado pela mãe em um poço em Mirandela, Portugal, em julho de 2020. Nesse caso, a agressividade do filho, que “sofia de autismo e epilepsia”², teria sido um fator preponderante para o cometimento do assassinato. Explicação similar foi dada no caso de Olga Freeman, mãe acusada de assassinar o filho com autismo em Londres (Inglaterra) com uma esponja, durante a pandemia provocada pelo Corona Vírus, em agosto de 2020. Em sentença, Olga foi reconhecida como uma mãe “notadamente amorosa e dedicada de uma criança vulnerável”, até que pressões múltiplas, ocasionadas pelo *lockdown* pandêmico, levaram à “imprevisível morte” de Dylan Freeman, de 10 anos. Misericórdia, periculosidade e estresse extremo são, em sequência,

¹ Cf. declaração em: ESTADOS DE MINAS. Mulher é condenada a 15 anos de prisão por morte do filho autista em Juatuba. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/10/interna_gerais,915866/mulher-e-condenada-a-15-anos-de-prisao-por-morte-do-filho-autista-em-j.shtml> Acesso em: 20 mai. 2021.

² Cf. CORREIO DA MANHÃ. Prisão preventiva para mãe que matou filho autista em Mirandela. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/alerta-cm--prisao-preventiva-para-mae-que-matou-filho-autista-em-mirandela#:~:text=A%20mulher%20que%20matou%20o,propriedade%20privada%20em%20Cabanelas%2C%20Mirandela.>>> Acesso em: 21 mai. 2021.

motivos que emergem das situações descritas, as quais, invariavelmente, buscam no diagnóstico de autismo da vítima uma explicação para o cometimento de atos considerados desumanos e cruéis. Paradoxalmente, o argumento de inevitabilidade do cometimento do crime margeia as motivações parentais, o que torna os atos não apenas extremamente humanos, mas também previsíveis – não sendo, portanto, acontecimentos raros e trágicos como as notícias frequentemente fazem parecer (MCGUIRE, 2016, p. 3).

Identificando nessas situações aparentemente não correlacionadas um esteio comum, McGuire (2012, 2015, 2016a) sugere sua identificação dentro de um contexto sociocultural específico, qual seja o da “guerra ao autismo” (*war on autism*). Nesse trabalho, busco descrever o conceito de guerra ao autismo, me dedicando, particularmente, aos discursos normativos que o reforçam biopoliticamente. Dentre esses discursos, alguns quadros de guerra são particularmente mais frequentes, quais sejam: (1) a geneirificação da questão autista, especialmente com (1.1) a busca por culpados genéticos e familiares e (1.2) a recorrência do discurso de risco de autismo em pessoas socialmente lidas como pertencentes ao gênero masculino; (2) a urgência da identificação precoce do autismo, inclusive com a fixação de um *direito* ao diagnóstico precoce; (3) a comoditização do autismo, disparada pela economia política da esperança e pela lucratividade da comercialização de técnicas supostamente curativas e amelhorativas; (4) a noção de que o autismo é separável da pessoa (SINCLAIR, 2012); (5) a predominância da cura ou prevenção nos discursos associados ao autismo; (6) o enfoque da família como vítima do autismo; e (7) a retórica violenta performada com a utilização do “autismo” como conotativo de uma condição negativa. Nesse trabalho, o quadro de guerra da retórica normativa violenta será o fundamental para avaliar a cultura biopolítica de “combate” ao autismo.

A partir desse referencial, analiso, em um segundo momento, o processo legislativo que precedeu a Lei Nº 12.764/2012, a qual, entendo, a qual reforça a conceituação de autismo a partir da sua definição patológica a escolha por uma noção de autismo como um transtorno, que demarca a pessoa *com* transtorno do espectro autista. Busco demonstrar como atos de violência física e mortal se enquadram em um contexto sociocultural de guerra ao autismo, em que também se articulam a violência simbólica e a retórica violenta. No discurso normativo, retórica e símbolo se engendram em estruturas de poder que fecham

debates conceituais cuja tessitura deve ser de permanente abertura. Nada obstante, referido fechamento em determinado território legal pode ser interpretado como sintoma de uma percepção combativa vencedora, que frequentemente submerge na “luta autista” como “luta *contra* o autista”. A pesquisa tem abordagem qualitativo-descritiva, sendo fundada por uma revisão bibliográfica do campo dos estudos críticos do autismo.

GUERRA AO AUTISMO: UM REFERENCIAL BIOPOLÍTICO

É desgastante saber do peso que há sobre os nossos ombros e lidar com o jeito “caridoso” de governos e sociedade (...) Qualquer deslize e somos atirados em lugares de violência extrema. Então a gente segue na luta “bonita e elegante” do jeito que dá (LOUZEIRO, 2021).

A guerra ao autismo é uma prática pautada pelo reforço das normalidades corporais, sociais e políticas (MCGUIRE, 2016a; 2015; 2012). A noção de que o autismo é um alvo específico de violências opera de maneiras materiais e simbólicas – ambas reais e inscritas nas condições de possibilidade do marcador social “autismo”. Para McGuire, que idealiza o termo em paralelo à concepção de “guerra ao terror”, a guerra ao autismo – nascida de uma cultura 'contra' o autismo – “torna pessoas reais diferentemente e desproporcionalmente vulneráveis à intervenção, à detenção, e ao encarceramento, bem como outras violações e violências decretadas em nome da vida” (MCGUIRE, 2016a, p. 184).

Para fundamentar tal perspectiva sobre o modo como o discurso de proteção da vida por meio da guerra se estrutura, McGuire faz uso da biopolítica foucaultiana, a qual marca a passagem do Estado pastoral para o Estado liberal. Na lógica do último, o poder biopolítico é exercido como prerrogativa de fazer viver, deixar morrer, por meio do estabelecimento de um conjunto de dispositivos de incrementos da vida. Na biopolítica, é estabelecido um campo propício para o exame perpétuo da regularidade, no qual se avalia permanentemente a conformação de cada indivíduo às regras (FOUCAULT, 2003, p. 54-58). Neste contexto, formulam-se as tecnologias positivas de poder, que instauraram, mediante a normalização, mecanismos produtivos de

controle (FOUCAULT, 2003, p. 60-64), cuja análise resta essencial em um contexto de entendimento do funcionamento das engrenagens do poder (FOUCAULT, 1979, p. 6).

O estabelecimento de mecanismos reguladores oportunizado pelo poder biopolítico fundamenta-se na manutenção de uma média, “de uma espécie de homeostase”, a qual demanda que se fixem estereótipos de irregularidade, *locus* de incorreção (FOUCAULT, 1999, p. 293). Ao contrário do poder disciplinar, que intervém no corpo individual para trazê-lo à norma, a biopolítica serve-se da anormalidade para comprovar a existência do normal – em face disso, se proliferam categorias de anormalidade: populações problemáticas que necessitam de intervenções normativas (MCGUIRE, 2016b, 164-165). Um artifício de equilíbrio aparente entre esse cenário de opostos se configura por meio dos cenários de guerra, no contexto dos quais se define tanto o que é desejável – ou normal – quanto o que é indesejável – ou anormal. A política, como campo de disputa normalizadora, é percebida, então, como uma continuação da guerra por outros meios. Dado que a política é, ela mesma, compreendida como o campo da formação de consenso e da habilitação da convivência, a guerra por ela continuada se torna uma “filigrana da paz” (FOUCAULT, 1999, p. 320). Nesse sentido, o combate ao anormal é configurado como um mecanismo de defesa da vida – vida esta que o anormal carrega, mas é incapaz de exercer com plenitude, face à sua anormalidade. O corpo anormal é o *locus* de combate contra a anormalidade – combate este travado ainda que às expensas da destruição do sujeito vivo que *é e detém* este corpo.

Diante disto, surge a questão: como um poder que produz vidas desejáveis pode ser viabilizado por apelos de combate e de morte? Nas palavras de Foucault, “como, nessas condições, e possível, para um poder político matar, redamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos?” (1999, p. 304). Esta contradição aparente é quebrada pelos mecanismos de violência que mantém como alvo *o autismo* ou *o espectro autista*, enquanto o sujeito que está vivendo *sob o autismo* ou *no espectro* é mantido como vítima, em nome de quem se trava uma guerra. Nesse sentido, direitos e prerrogativas não são do *sujeito autista*, mas do (1) *sujeito* (2) *acometido autismo*, sendo 1 o titular de proteção e 2, o fator que danifica.

Portanto, entendo que a *morte* à qual se refere Foucault, em que pese também poder ser a morte física, também se referir à exposição da morte, à multiplicação do risco de morte ou simplesmente à morte política, à expulsão e à rejeição (1999, p. 306). Isso não significa, contudo, que as práticas de violência que asseguram a rotineirização dessas mortes físicas e simbólicas, não façam parte de um mesmo enfeixe normativo. Esse enfeixe de práticas violentas é o que (1) assegura que o sujeito *com* autismo ainda é um sujeito, que demanda a dotação de prerrogativas para que se possa combater o autismo que o subjuga; e (2) estabiliza o autismo como alvo combatível e derrotável, o que pode ser comprovado com a referência ao autismo como um *transtorno* ou *desvio* de uma rota normalizável. Aqui, nesta primeira seção, divido estas violências em duas: a violência simbólica e a retórica violenta.

Violência simbólica: nós sequestramos o seu filho e agora ele é estatística

Na medida em que o autismo vem a ser entendido como uma epidemia que se alastra atingindo pessoas normais, o trabalho de defesa do autismo torna-se o trabalho de garantir, assegurar e/ou recuperar o corpo e a mente normais (leia-se: não-autístico). (MCGUIRE, 2016, p. 57)

O termo “violência simbólica” se popularizou nas últimas décadas ao arrepio de uma estabilidade conceitual. Esta dinamicidade da definição se conforma com sua arquitetura em Bourdieu, que não dedicou uma obra para tratar dessa noção, utilizando-a esparsamente para se referir ao local de aquisição de significado legítimo de práticas de poder de dominação (BOURDIEU, 2012, 2002, 1998). Uma definição concisa de violência simbólica é a seguinte: se trata de uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2002, p. 1-2). Destaco que ressalvas importantes para essa análise são as seguintes: a violência simbólica não minimiza a física; o “simbólico” não é oposto ao real; a referência ao simbólico no contexto cultural não justifica ou dilui a inevitabilidade da prática violenta; e o questionamento da

concessão do violentado à violência não significa um desrespeito à autonomia prática do sujeito.

Estas ressalvas, contudo, não servem para diluir a diferença entre tipos de violência, se e somente se esta diferenciação servir a intuítos metodológicos. Nesse sentido, permanece autorizado o destaque de uma violência física em relação a uma simbólica. Assim, se, por um lado, o noticiamento de eventos como o assassinato de autistas por suas respectivas mães (MCGUIRE, 2016b) potencialmente inscreve a violência material em um contexto sociocultural de guerra contra o autismo, por outro, a violência simbólica se evidencia mais fortemente nas buscas pela eliminação do autismo – consubstanciada nos aparentemente nobres ideais de tutela. Nada obstante, é possível perceber que ambas as práticas são conjugadas em uma mesma matriz de combate.

Uma ressalva importante, mais ampla, se deve a uma possível crítica de impossibilidade de conciliação de Bourdieu e Foucault no tocante a suas perspectivas sobre o poder. A noção de violência simbólica proposta por Bourdieu adota um referencial de crítica à legitimidade do poder e da dominação que entra em tensão com a análise biopolítica sugerida pela guerra ao terror, conforme pensada a partir de Foucault. Contudo, vejo que não há uma oposição necessária entre estes referenciais, sobretudo se considero a perspectiva de Colaguori (2010), para quem a noção de Bourdieu de que o poder esconde seus próprios mecanismos se assemelha aos processos de normalização de Foucault, que não agem unidirecionalmente, mas em redes de reprodução de dispositivos normativos.

Sugiro, nesta análise, que há duas práticas de violência simbólica que são essenciais para se entender de que forma o discurso normativo positivado no Brasil perpetuam uma guerra ao autismo. São elas: a noção de que o autismo é desatrelável do sujeito que marca; e as noções de “epidemias autistas”, que margeiam reivindicações por direitos. Assim, entendo que a utilização da metáfora do autismo como um inimigo em comum a ser combatido, é sustentada por duas analogias relevantes: a de que o autismo é uma ameaça, podendo “sequestrar” crianças não-autistas a qualquer momento – as quais passariam a *ter* o autismo; e a de que o autismo é uma epidemia (BRODERICK, 2010).

Em primeiro lugar, um pressuposto principal dessa guerra é o de que o autismo não é um fator *essencial* da existência de um determinado indivíduo,

sendo uma colateralidade ou um acidente na vida de um sujeito. Enquadrado desta forma, o autismo passa a ser entendido pelo senso comum como “alguma ‘coisa’, um apêndice indesejável e estranho que simplesmente e por uma questão de biologia ou natureza veio a estar ‘com’ algumas pessoas e suas famílias (MCGUIRE, 2016a, p. 6). Em sendo reconhecido como uma identidade, impregnada na personalidade do indivíduo, o autismo não é algo que a pessoa *tem*, mas sim algo que ela *é*. A separação entre a personalidade e o autismo, embutida em expressões animadas pela perspectiva da linguagem *person-first*, assumem que há uma clivagem entre a categoria ontológica da “pessoa” e a categoria biomédica do “autismo”, a primeira vítima cativa da segunda (BOHTA, HANLON, WILLIAMS, 2021). Embora pareça ser uma reinvidicação de natureza puramente terminológica, o avanço dessa proposição sugere que não há um indivíduo vivendo “por baixo” do autismo, o que faria ser necessário resgatá-lo dessa condição que impossibilita a boa vida. Questionam-se, assim, corriqueiras expressões como “pessoa *com* autismo”, “pessoa *vivendo com* autismo”, “pessoa *com* transtorno do espectro autista” e “famílias *vivendo com* autismo”. Em tais referências, há a ideia de que o autismo é evitável e separável do sujeito que marca, não consistindo explicitamente em um modo diferente de ser.

Em segundo lugar, resalto a noção de epidemia autista, que tem sido amplamente utilizada nas buscas por justiça social e provimento de serviços. Contudo, sua utilização qualifica o autismo como algo a ser combatido e eliminado. Esses discursos podem ainda ser responsáveis por uma interpretação do autismo como tipo integralmente natural. De acordo com Eyal *et al* (2010), mesmo aceitando que os motivos para o aumento dos diagnósticos são sociais, determinados pesquisadores biomédicos continuam a usar o discurso da epidemia para argumentar que há uma “superinclusão” de sujeitos não verdadeiramente autistas no público-alvo de políticas públicas, em virtude de um diagnóstico flexível, que não reflete a *realidade*. Utilizando a expressão de Eyal, Ortega *et al* (2016) apontam que há uma “epidemia de visibilidade aumentada”, o que impacta não somente o modo como o autismo é representado na mídia, mas também a as condições de biosociabilidade em torno da legenda.

Uma interseção entre as noções de sujeito desvinculado do autismo e de epidemia autista se localizam no chamado de urgência temporal da tomada

de ações, o que se reflete em um número crescente de organizações e eventos que invocam a temporalidade do “agora”, dentre os quais: “Defeat Autism Now!”, “Cure Autism Now”, “Fund Autism Now”, “Help Autism Now”, “Beat Autism Now”, o projeto “ACT NOW”, “Walk Now for Autism”, e “Autism Now” (MCGUIRE, 2016b, p. 228, 2012). A tônica da urgência de atuação – que tanto sirva para ‘salvar’ o sujeito detido pelo autismo quanto para combater as epidemias que se alastram – marca igualmente discursos no âmbito brasileiro. Exemplo é a qualificação do autismo como “uma urgente e crescente crise de saúde pública”, a qual permeia a sugestão legislativa que motivou o projeto de lei que gerou a Lei Nº 12.764. Tais discursos de urgência pressionam em direção à ação imediata e ao chamado político por mudanças legais que institucionalizam uma indústria de intervenções, a qual ganha conotações de interesse público (BRODERICK, ROSCIGNO, 2021; GRINKER, 2020). Por outro lado, de maneira mais crítica, é possível considerar que tais discursos de urgência direcionam eles mesmos a manufatura do autismo tal como ele é lido hoje; isto é, como um inimigo a ser combatido.

Retórica violenta: o autismo no lugar do inimigo

O que é o autismo sem vida? O não-autismo! (O que devemos desejar! Caro Ivan Pavlov, por favor, nos treine para salivar para a morte!) Sob estas lógicas entelêquias, nossa única fuga de nossa fixidez autista é saímos de nós mesmos. Ou, caso nos falte a ação objetiva para terminar nossas próprias vidas, nossos cuidadores são impelidos a fazer isso por nós. Estas são violências retóricas tanto quanto materiais. (YERGEAU, 2011, p. 80-81)

A partir da ideia de que o autismo é uma ameaça constante, mantém-se a noção de que se torna necessária uma vigilância permanente, atenta aos “sinais de autismo” que, quanto mais cedo identificados, mais potencialmente derrotáveis. O autismo que sequestra um sujeito e o vitimiza o mantém encarcerado enquanto não derrotado. Nesse sentido, o discurso de avanço em políticas públicas e o de asseguarção de direitos confundem-se com uma lógica de guerra, que qualifica o público-alvo como portador de um alvo de ataque, o qual, em sendo acertado, deslocará a própria necessidade de gozo da

prerrogativa. Embora nem sempre atrelados a discursos explícitos de discriminação, tais estratégias retóricas fundamentam uma estrutura de eliminação, que mantém o autismo no lugar do inimigo ao mesmo tempo em que protege o sujeito por ele marcado.

Na fixação do autismo como inimigo, finca-se a retórica violenta, que constrói narrativas culturais e institucionais que estabelecem o autismo como alvo de ataque – ainda que sob o discurso de proteção e defesa. Essa violência é performada por dispositivos linguísticos, que tratam da vida *com autismo*, reforçando a perspectiva de que o autismo é uma “coisa” (*some thing*) que ataca de fora o indivíduo vitimado; o autismo não é, portanto, predicativo de um sujeito, mas artefato de um grupo. O autismo não é “alguém” (*someone*). Além de o autismo ser atribuído (o autismo da pessoa *com autismo*) e não predicativo, sua atribuição tem um efeito de antítese da vida.

Referidas delimitações de alvo se entrelaçam mais com os atos de violência mencionados na introdução que se costuma acredita. Contudo, os artefatos retóricos são, por um lado, vistos como “meramente terminológicos” e, por outro lado, compreendidos como conceitos necessários para a luta por direitos. Nesse sentido, ainda que se discorde, por exemplo, do caráter patológico de neurodiversidades, se compreende que o uso discurso da expressão “pessoa com transtorno do espectro autista” em documentos normativos ou de caráter regulador representa uma concessão necessária para que se mantenham as garantias institucionais. Essa patologização no discurso normativo, ademais, apesar de entendida como violadora, é, pelos motivos citados, desqualificada como uma violência autêntica. Em Yergeau, uma das mentiras da retórica é a de que a violência praticada em seu seio não é realmente uma violação. Assim, “quando a neurodivergência vem à tona, é algo que deve acabar violentamente: a lógica é tal que a violência normativa contra o neurodivergente não é de modo algum violência, é apenas uma prevenção de uma violência maior” (YEARGAU, 2011, p. 81).

PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: EM BUSCA DO SUJEITO DE DIREITOS ENCARCERADO PELO AUTISMO

O discurso de Jim Sinclair, “*Don’t Mourn Us*” (1993 [2012]), tem sido apontado como o primeiro exemplar de uma perspectiva sobre autismo que não alocou a condição no discurso da falha e da patologia (WOODS et al, 2018), negando o autor, ademais, a noção de que o autismo é um apêndice de um sujeito. O autista não *tem* um autismo, nessa perspectiva; ao contrário, o indivíduo se subjetifica e se individualiza *a partir* do horizonte do autismo. Apesar de tal perspectiva ter se adensado no movimento social capitaneado por autistas, os discursos normativos se mantiveram orientados por construções tutelares. Apesar disso, poucos são os estudos críticos acerca das “reformas legislativas” garantidoras de direitos para pessoas autistas (cf. LUGON, ANDRADA, 2019; RIOS, ANDRADA, 2015; ANDRADA, 2017; RIOS, 2017; NUNES, ORTEGA, 2017). Esta carência investigativa, além de resguardar as ambiguidades dos processos jurídicos no campo da invisibilidade teórica, acoberta o papel do próprio direito na perpetuação de estereótipos capacitistas. Nesse sentido, ainda quando o movimento social caminha para o reconhecimento de sociabilidades e redes de afirmação, não é infrequente que a utilização acrítica de dispositivos legais mantenham o autismo no campo do inimigo em comum, o que autoriza a retórica normativa violenta – e escamoteia a violência simbólica – sob os auspícios da luta por dignidade.

Ainda mais intrigante é o fato de que mesmo tais estudos críticos não problematizam a retórica legal, aceitando a patologização nela embutida e sua ambiguidade como um dos sintomas do limites do discurso normativo. Nesse sentido, veja-se que a Lei Nº 12.764, além de associada a uma vitória absoluta do ativismo político – sem qualquer preocupação de exposição das tensões que a antecederam –, é caricaturada como um catalisador de dicotomias entre pais e profissionais, por um lado, e qualificações do autismo como deficiência ou transtorno mental, por outro lado (RIOS, JÚNIOR, 2019; ORTEGA, 2018). Acreditando que leis positivadas não significam o fechamento de um processo interpretativo – e tampouco a pacificação dos dissensos envolvidos em sua redação –, busco dar um passo atrás, desvelando quatro pontos nevrálgicos do processo legislativo que demandam um aprofundamento no âmbito dos

estudos críticos de autismo e dos estudos críticos jurídicos, quais sejam: (1) a separação dos debates legislativos acerca da lei voltada para pessoas com deficiência e da lei voltada para autistas; (2) a urgência e o “recorde temporal” de aprovação do projeto; (3) a afirmação de desnecessidade de debates e a ausência de dissensos partidários; e (4) a referência à ausência de despesas orçamentárias resultantes da aprovação, que teria o mero poder simbólico de avançar a proteção. Em seguida, reforço que a narrativa familiar que permeou os debates legislativos mantém o autismo no local do inimigo, o qual jamais é atributo de um sujeito, sendo sempre um alvo combatível por uma população. Referida narrativa funciona como garantidora da legitimidade da retórica normativa violenta, especialmente em virtude do realce da patologização e do sofrimento como insígnias de garantia de direitos em todas as esferas da vida do sujeito autista.

Tramitações legislativas antecedentes à Lei Nº 12.764: sentido dos discursos sobre a positivação dos ‘direitos autistas’

Eu quero fazer um apelo, pois não aumenta a despesa; este projeto pretende apenas proteger as pessoas de espectro autista [grifos meus] – Inocêncio Oliveira, presidente da Sessão Extraordinária 237.2.54.O da Câmara dos Deputados, na qual houve a aprovação final do Projeto de Lei Nº 1.631/201.1 (BRASIL, 2012a)

Em que pese entenda Rios (2017) que a Lei Nº 12.764 marca “a aliança dos familiares de autistas com um movimento social e político mais amplo e já consolidado no Brasil, o movimento das pessoas com deficiência”, a promulgação em tempo recorde da “Lei do Autismo” apresenta uma importante clivagem entre as pautas da deficiência e do autismo. Nesse sentido, apesar de o Projeto de Lei do Senado (PLS) 168/2011 (BRASIL, 2011a) - gerado por meio da Sugestão Legislativa 1/2010, de autoria da Associação em Defesa do Autista (ADEFA) - ter utilizado o instrumento político da “deficiência” para o reconhecimento efetivo do sujeito autista como detentor das prerrogativas anteriormente sancionadas para pessoas com deficiência, a

qualificação do autismo enquanto deficiência não foi estabelecida sem dissensos.

Por esse motivo, é preciso perceber, na tônica da justificativa do Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que converteu a sugestão legislativa em projeto de lei, que há uma equiparação do “portador desse distúrbio à pessoa com deficiência” (BRASIL, 2011b), e não propriamente uma consideração do sujeito autista como pessoa com deficiência. É interessante notar que, por mais que a proposta fixe que o autismo é uma “deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais”, referida associação é flagrantemente biomédica, inexistindo, no projeto, referências às barreiras que, segundo a Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), art. 1º, comporiam o fenômeno da deficiência. Naquele momento, o Brasil, além de signatário da CDPD, já a havia incorporado por meio dos Decretos Legislativo Nº 186/2008 e Decreto Presidencial Nº 6949/2009, os quais reconheciam este normativo como dotado de *status* material e formalmente constitucional.

Ressalto, ainda, que, na Câmara dos Deputados, afastou-se qualquer possibilidade de o projeto ser apensado ao então em tramitação PL Nº 7699/2006, que originaria a Lei Brasileira de Inclusão. A estratégia utilizada foi a de que o Projeto de Lei acerca do autismo não fosse mais um dos inúmeros então apensados ao PL 7699/2006 – que virou uma insígnia de bloqueio da passagem de pautas. Em requerimento para não apensamento, a Deputada Rosinha do Adefal caracteriza este PL como um “Frankenstein Jurídico” (BRASIL, 2011c) – retórica ainda mais relevante sob uma perspectiva *crip* –, cujo manuseio foi tornado impossível. Assim o projeto da Política Nacional do Autismo seguiu e foi aprovado 3 anos antes da Lei Brasileira de Inclusão.

Notável é, ainda, o tempo recorde de aprovação do Projeto de Lei do autismo. Do momento da autuação como Projeto de Lei até a sanção presidencial, o período transcorrido foi inferior a um ano e meio. Na Câmara dos Deputados, o regime de tramitação foi o de urgência, sendo que pelo menos três deputados efetuaram requerimento de urgência urgentíssima. Embora a matéria haja sido discutida, no ano de 2010, junto a instituições da sociedade civil, quando da realização de audiências públicas para avaliar a sugestão legislativa 1/2010, o engajamento parlamentar nos debates do mérito foi baixo – veja-se, por exemplo, que, ao votar como Relator, na Comissão de

Trabalho, Administração e Serviço Público, o Deputado Federal Policarpo mencionou que “não (...) [haveria] o que se discutir (...) quanto ao mérito da proposição”, tão obviamente legítimo seria seu conteúdo.

Em terceiro lugar, chama atenção que diferentes partidos políticos tenham se alinhado para a aprovação da proposta. Enquanto esse alinhamento geral é pintado como sintoma de urgência, legitimidade e necessidade, Broderick (2011) chama atenção para o fato de que a aprovação de leis estaduais nos EUA deu-se sob o mesmo clima: com aprovação unânime dos partidos – algo que é cada vez mais inédito no clima político contemporâneo, altamente partidário. A tática retórica da ampla aceitação multipartidária abafa as vozes dissonantes do processo social de redação do projeto legislativo, além de estigmatizar o desejo de ampliação do debate como tentativa de estagnação da pauta. Ademais, o fato de que diferentes espectros políticos perceberam a pauta como pacífica nos faz questionar se o projeto gozou de debates transversais e interseccionais, que hajam englobado efetivamente todos os setores organizacionais e agentes interessados.

Por fim, uma outra pergunta performada por Broderick (2011) parece ser relevante para pensar o processo legislativo no Brasil: como um “projeto de base”, fruto de uma sugestão legislativa, que potencialmente gera gastos e vai contra poderosos lobbies da indústria de seguros, da educação privada e da saúde, vence sem oposição? Aqui, a convergência de interesses, pensada por Bell (1980), me parece ser relevante, sugerindo que pessoas neurodiversas só conquistaram direitos quando tal conquista passou a ser de interesse também de pessoas neurotípicas – especialmente de figuras políticas, de empresas e de grupos privados tutelares. Com a possibilidade de cooptação da legenda autista por figuras políticas e de comoditização do “selo da inclusão”, houve o fortalecimento de instituições ligadas ao tema do autismo, o que gerou um novo capital político que passou a ser vislumbrado por estes coletivos (LUGON, COSTA ANDRADA, 2019).

Este reconhecimento – meramente – simbólico que a lei oportuniza pode ser sentido no discurso de Inocência Oliveira, presidente da Sessão Extraordinária de aprovação do Projeto na Câmara dos Deputados. Aqui, é importante, ainda, notar a tônica dos enunciados realizados nesta sessão. Nela, este parlamentar faz um apelo ao Deputado Eduardo Cunha, que acreditava que a pauta não estaria sendo colocada em conformidade oficial com o

regimento. Para justificar a necessidade de aprovação, Oliveira afirma que o projeto “não aumenta a despesas”, pretendendo “apenas proteger as pessoas de espectro autista” (BRASIL, 2012a). Cunha alegou que o projeto não estaria na pauta, sendo que uma nova sessão não haveria sido convocada para tratar dele, estando, ademais, impossibilitada a convocação de pautas diante do trancamento provocado por votação de Medida Provisória. Ainda que correndo risco de nulidade regimental, o projeto foi votado. Cunha retirou sua oposição diante da provocação do deputado Chico Alencar, que afirmou que “se o PMDB está contra, pede para anular” (BRASIL, 2012a). O projeto foi, por fim, aprovado, posteriormente à afirmação da deputada Carmen Zanotto, para quem se tratava de uma “causa nobre”, sendo necessário que os deputados pensassem “nos autistas de nosso país”. Rosinha do Adefal pontuou, ainda, que o desrespeito cometido tinha como alvo “as pessoas com autismo, e não [o] processo legislativo” – muito embora um desrespeito ao processo legislativo signifique, em última instância, um desrespeito a soberania de todo o povo.

Famílias vivendo com autismo: porque a ausência de autoadvocacia compõe a retórica normativa violenta

O ativismo tem se mostrado como um espaço potente de transformação social. (LOUZEIRO, 2018)

A qualificação do autismo como alvo é sentida quando se lê a justificativa original, do PLS 168/2011. Nele, afirma-se que “é chegada a hora de o País contar com uma legislação que não apenas reconheça e assegure os direitos das pessoas atingidas pelo *problema* – as pessoas com transtornos do espectro autista, suas famílias e cuidadores – como também *estimule e favoreça o seu enfrentamento*” (BRASIL, 2011a). Nesta tônica, pode-se perceber que o autismo jamais esteve qualificado como atributo neutro de um sujeito, sendo sempre colocado como inimigo de um grupo. Além disso, o corpo autista é tanto portador do problema, como compõe o alvo a ser enfrentado, o que evidencia a ambiguidade da qualificação como titular de direitos sob esse tipo de legislação. A própria qualificação do autismo no art. 1º da lei, definido ali com uma lista de déficits, determina a desejabilidade da eliminação, tornando-se essa um fator preponderante em discursos que constroem o autismo como patologia (CHOWN, 2020).

A tônica do autismo como causa de aflição também marcou os debates legislativos que solicitavam pronta urgência. A deputada Mara Gabrielli, em seu parecer, chega a caracterizar a “luta, as dores, os desafios e as demandas que emanam das pessoas com transtorno do espectro autista e de suas famílias” como componentes de uma situação “angustiante, aflitiva e, em alguns casos, desesperadora”. O que mais a impressionou, aponta, “foram os relatos dos pais, mães, irmãos, irmãs e amigos dessas pessoas” – o que parece evidenciar que o relato autocircunstanciado de autistas não a impactou tão fortemente, ou sequer foi incluindo em seu processo de escuta. Ignorando as especificidades regionais, Gabrielli destacou ainda que os relatos são tão similares que todos parecem provir de “uma única e grande família”.

Em sua explicação sobre a Guerra ao Autismo, McGuire (2016a), como vimos, fornece os indícios da narrativa familiar do autismo, segundo a qual o autismo nunca é um atributo apenas do sujeito, mas sim uma condição opressiva que se impõe sobre toda uma família. Além disso, não impressiona a similaridade na delimitação dos atores ouvidos no processo legislativo. Conforme aponta McGuire (2016a, p. 190), os familiares, parentes e cuidadores são os chamados a falar sobre o que é *viver com* o autismo, sendo que sujeitos autistas, enquanto encarcerados por seu autismo que obsta uma boa vida, não precisam ser escutados, mas sim salvados.

A necessidade de repensar-se a legislação sob o ponto de vista da autoadvocacia - o que pode envolver, inclusive, o alijamento de referências ao “transtorno do espectro autista” – reverte a lógica de utilização concessiva da retórica normativa violenta para a asseguaração de direitos. A autoadvocacia permite que se perceba o autismo como “algo acontecendo em algum lugar”, se concretizando “nas narrativas/histórias dos indivíduos sobre si mesmos” (O’DELL, 2016, p. 169). Estas narrativas têm modificado não apenas o que o autismo é, mas também o que pode ser (MCGUIRE, 2016b, p. 12), impactando pressupostos determinantes nas discussões sobre qualidade de vida, sobre agência moral e sobre vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

Apresentei o conceito de “guerra ao autismo”, incluindo dois de seus instrumentos teóricos, quais sejam a violência simbólica e a retórica normativa

violenta, para, em seguida, desestabilizar o discurso de que a Lei Nº 12.764 significa uma inequívoca vitória do movimento social na luta por direitos. A guerra ao autismo é um artifício biopolítico de normalização da neuroatipicidade, a qual pode imperar ainda em dispositivos normativos aparentemente protetivos. Enquanto imperar no discurso de tutela jurídica o alheamento a tentativas de desestabilização da normalidade, se manterá a utilização do direito como discurso de poder que define, assegura e securitiza as fronteiras do socialmente desejável, a partir da marcação social de “tipos” ameaçadores e violáveis.

REFERÊNCIAS

- BELL JR, Derrick A. Brown v. Board of Education and the interest-convergence dilemma. *Harvard law review*, p. 518-533, 1980.
- BOTHA, Monique; HANLON, Jacqueline; WILLIAMS, Gemma Louise. Does language matter? Identity-first versus person-first language use in autism research: A response to Vivanti. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, p. 1-9, 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão 237 de 04/09/2012 (Extraordinária - CD). Brasília: Câmara dos Deputados, 2012a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/discursodireto.asp?nuSes sao=237.2.54.O>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Parecer PRL 2 CSSF => PL 1631/2011. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProp osicao=550293>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 168, de 2011. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Senado Federal, 2011a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/- /materia/99929>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. Parecer Nº 121 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a sugestão Nº de 2010, da

Associação em Defesa do Autista, encaminhando sugestões para elaboração de projeto de lei sobre autismo. 2011b. Brasília: Senado Federal, 2011b.

<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/3911?sequencia=96>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA.

Solicita urgência urgentíssima para apreciação do Projeto de Lei nº 1631, de 2011, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dá outras

providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011c. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=910043&filename=Tramitacao-PL+1631/20112012a. Acesso em: 25 mai. 2021.

BRODERICK, Alicia A. Autism as enemy: Metaphor and cultural politics.

In: *Handbook of cultural politics and education*. Brill Sense, 2010. p. 237-268.

BRODERICK, Alicia A. Autism as rhetoric: Exploring watershed rhetorical

moments in applied behavior analysis discourse. *Disability Studies Quarterly*, v. 31, n. 3, 2011.

BRODERICK, Alicia A.; ROSCIGNO, Robin. Autism, inc.: The autism industrial complex. *Journal of Disability Studies in Education*, v. 1, p. 1-25, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Practical reason: On the theory of action*. Stanford University Press, 1998.

CHOWN, Nick. Language games used to construct autism as pathology. In:

KAPP, Steven. (Ed). *Neurodiversity Studies: A New Critical Paradigm*, 2020.

- COLAGUORI, Claudio. Symbolic violence and the violation of human rights: Continuing the sociological critique of domination. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, v. 3, n. 2, 2010.
- COSTA ANDRADA, B. *Sentidos e desafios do autismo para o território: um estudo etnográfico*. 2017. 153f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) –Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- EYAL, Gil *et al.* *The autism matrix*. Cambridge, Malden: Polity, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado. *Rio de Janeiro: Edições Graal*, v. 4, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GRINKER, Roy Richard. Autism, “stigma,” disability: a shifting historical terrain. *Current Anthropology*, v. 61, n. S21, p. S55-S67, 2020.
- LOUZEIRO, Rita. Custos do capacitismo (opinião Rita Louzeiro). Disponível em: < <https://abraca.net.br/custos-do-capacitismo-opinio-rita-louzeiro/> >
- LUGON, Ricardo Arantes; ANDRADA, Barbara Costa. Militâncias de familiares de autistas e a economia política da esperança no Brasil de 2019. In: SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso (Orgs.) *Saúde Mental de Crianças e Adolescentes*. Santos: Editora Unifesp, n. 1, 2019.
- MCGUIRE, Anne. Life worth defending: Bio-political frames of terror in the war on autism. *Foucault and the government of disability*, p. 350-371, 2015.

- MCGUIRE, Anne. Representing autism: A sociological examination of autism advocacy. *Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice*, v. 35, n. 2, p. 62-71, 2012.
- MCGUIRE, Anne. *War on autism: On the cultural logic of normative violence*. University of Michigan Press, 2016a.
- MCGUIRE, Anne. Life without autism: a cultural logic of violence. In: RUNSWICK-COLE, Katherine et al (eds.) *Re-thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2016b.
- NUNES, Fernanda; ORTEGA, Francisco. Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o “direito ao tratamento”. *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 964-975, 2016.
- O'DELL, Lindsay et al. Critical autism studies: exploring epistemic dialogues and intersections, challenging dominant understandings of autism. *Disability & Society*, v. 31, n. 2, p. 166-179, 2016.
- ORTEGA, Francisco. Commentary: “why not both?” negotiating ideas about autism in Italy, Brazil, and the US. In: *Autism in Translation*. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. p. 89-106.
- ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela; RIOS, Clarice. The Biopolitics of Autism in Brazil. *Re-thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality*, p. 67-89, 2016.
- RIOS, Clarice; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel. Especialismo, especificidade e identidade—as controvérsias em torno do autismo no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 1111-1120, 2019.
- RIOS, Clarice; ANDRADA, Barbara Costa. The changing face of autism in Brazil. *Culture, Medicine, and Psychiatry*, v. 39, n. 2, p. 213-234, 2015.
- RIOS, Clarice. “Nada sobre nós, sem nós”? O corpo na construção do autista como sujeito social e político. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 25, p. 212-230, 2017.

SINCLAIR, Jim. Don't Mourn for Us. *Autonomy, the Critical Journal of Interdisciplinary Autism Studies*, v. 1, n. 1, 2012.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a problem with no name to the emergence of a new category of difference. *Disability discourse*, p. 59-70, 1999.

YERGEAU, Melanie. Clinically significant disturbance: On theorists who theorize theory of mind. *Disability Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, 2013.

WOODS, Richard et al. Redefining critical autism studies: A more inclusive interpretation. *Disability & Society*, v. 33, n. 6, p. 974-979, 2018.

CAPÍTULO 3

LINGUAGEM E AUTISMO: O ESTUDO DA LITERATURA ESCRITA POR AUTISTAS

Marina Bialer

INTRODUÇÃO

Um autista é capaz de falar? Se sim, o que ele pode expressar? O que um autista tem a dizer? Ao contrário do que se imaginava anteriormente, existem autistas designados de baixo funcionamento, considerados incapazes para diversas atividades básicas do dia a dia, como se alimentar sozinhos, utilizar o banheiro, pegar um objeto demandado, e que podem se expressar fluentemente pela escrita.

A primeira autobiografia do autista não falante Birger Sellin (1995) é uma compilação de diversos de seus textos pelo jornalista Michael Klonovsky. Em 1992, o jornalista recebeu a ligação de um advogado que achou que ele poderia se interessar pela história do filho de um amigo:

Um colega meu tem um filho de 19 anos que é autista; ele não falou uma única palavra a partir dos dois anos. Ele foi considerado retardado mental, um caso sem esperança – até que inesperadamente começou a escrever. Agora este jovem homem – seu nome é Birger Sellin – senta no seu computador e escreve coisas incríveis toda noite. (KLONOVSKY, 1995, p. 1)

Ao ler seus escritos, o jornalista fica intrigado: aqueles não eram escritos de alguém isolado ou sem interesse em participar do resto do mundo, como havia imaginado encontrar a partir dos seus estudos sobre a psicologia do autista. Sua primeira leitura torna evidente que lá há “o choro/pedido por ajuda” (p. 3) de alguém em extremo sofrimento que se sentia vivendo em um mundo que não o compreendia. Após ler e reler as 200 páginas que recebera, tem o sentimento de se deparar com as palavras de um jovem homem “profundamente triste, repleto de triste solidão” (p. 3), que faziam-no lembrar os escritos de Artaud, Nietzsche e Holderlin.

eu quero que você saiba como é dentro crianças autistas sem tocar na escrita nós somos vamos dizer tão amedrontados é um medo como nenhum outro pode você imaginar como é vivendo em um sistema social que está sempre dizendo que você é louco (...) eu quero que todo mundo saiba que crianças autistas não são burras como as pessoas frequentemente pensam eu não sou uma pessoa real sem a escrita porque isto é meu único meio de expressão que eu tenho e este é o único meio de mostrar como eu penso e eu faço isto também mas isto ainda é muito difícil eu acho isto muito exaustivo. (SELLIN, 1995, p. 57)

Assim como nos escritos de Birger, as autobiografias de outros autistas evidenciam que os autistas podem falar e têm muito a dizer a respeito de si, do mundo e de como pensamos e teorizamos o autismo. Proponho iniciarmos essa investigação acompanhando um pequeno texto literário escrito por um autista não falante, justamente por desmontar algumas conceituações usuais no campo da psicologia, como a falta de capacidade imaginativa no autismo ou da ausência de uma simbolização mais elaborada, já demonstrando quanto se pode aprender com tais escritos e quanto eles mudam a perspectiva de como podemos teorizar e compreender o autismo.

A ESCRITA DE TITO MUKHOPADHYAY

O jovem autista indiano Tito Rajarshi Mukhopadhyay, diagnosticado com um quadro severo de autismo, tem uma intensa produção de histórias, poemas, contos e reflexões autobiográficas publicada em quatro livros (MUKHOPADHYAY, 2011a, 2011b, 2011c, 2012). Na infância, foi diagnosticado inicialmente com retardo mental, demonstrando incapacidade de realizar atividades básicas do cotidiano ou demonstrar compreender o que era dito. Manifestava extrema dificuldade de relacionamento com outras pessoas, retraimento em um mundo à parte, severa dificuldade para coordenação motora, comportamentos estereotipados, busca de mesmice e mutismo.

O prognóstico dado à família Mukhopadhyay era o de que ele não seria capaz de ler, escrever ou compreender o mundo a sua volta. Ao contrário dessas previsões, sua mãe apostou que havia um sujeito pensante e sensível por trás das manifestações autísticas, e decidiu educar Tito, lendo para ele os mais

diversos assuntos tanto em bengali quanto em inglês. Notando que ele se mostrava interessado e capaz de compreender as mais variadas temáticas, mas demonstrava uma impossibilidade de falar, ela inventou um método pelo qual ele apontava as letras em um tipo de tabuleiro. Sua mãe começou a utilizar esse método alternativo de letramento quando Tito tinha três anos e meio, e quando ele tinha oito anos de idade, já era capaz de escrever, expressar seus pensamentos e sentimentos, apontando letra por letra nesse tabuleiro, para construir escritos lúcidos e surpreendentes. Inicialmente ele precisava do contato da mãe oferecendo um apoio à sua mão, que progressivamente se descolou para um leve toque em seu ombro e, finalmente, pôde ser retirado qualquer contato, e ele se tornou capaz de escrever sozinho, utilizando atualmente programas de computador que leem o que ele digita, produzindo textos como o que veremos a seguir.

Das várias histórias ficcionais inventadas por Tito, sugiro abordarmos “A escalada” integrante do livro *The Golden of the sunbeans* (MUKHOPADHYAY, 2011b), publicado originalmente quando ele tinha dezessete anos. No decorrer da história, o narrador se dedica a buscar um sonho impossível. Ele se mobiliza em busca desse sonho, reiterando sua impossibilidade: “E meu sonho era impossível como o sol roxo e as nuvens laranjas. Ele era tão impossível quanto borboletas azuis com asas de vidro voando embaixo daquelas nuvens laranjas e sol roxo” (p. 215). O narrador é um “sonhador” (p. 215) à procura de um modo de alcançar seu sonho e adquire um saber transferido pelo céu, de que para realizar o seu sonho, ele precisa chegar ao outro lado de uma montanha. Ele não sabe o que deve fazer quando conseguir esse feito, nem sabe qual a aparência do outro lado, mas sabe que deve fazer essa cruzada. Ele deve atravessar até o outro lado para, então, descobrir exatamente o que é que ele buscava do lado de lá.

E o que quer que exista do outro lado
pode ser novo para mim
pois o céu me prometeu
minha estrada para o sonho/para sonhar lá pode estar.
(MUKHOPADHYAY, 2011b, p. 215)

Ao invés de copiar outros viajantes ou caminhos já percorridos, no qual somente seguiria os outros, ele se deixa conduzir pela natureza. Assim como os

ciclos da vida humana que desembocam na morte, a natureza tinha uma lógica que ele precisava compreender. Enquanto escala, tenta ir o mais rápido possível, pois quando escurecesse seria quase impossível continuar a escalada sem nada ver.

Quando a primeira noite chegou, ele descansou um pouco, sentando-se em uma grande pedra preta. A única diretriz dada pelo céu era de que o narrador devia seguir uma estrela no amanhecer e a seguir, no fim da manhã, uma nuvem na forma de um pequeno barco. Mas ao seguir a nuvem durante o dia inteiro, chegou a uma montanha solitária e se sentou sobre uma grande pedra preta, esperando a noite passar. Enquanto esperava, avistou uma cabra cujos olhos brilhavam no escuro. Inicialmente, pensou que a cabra estava perdida, mas se deu conta de que ela tentava comunicar que ele devia segui-la, empurrando a cabeça contra seus joelhos. Ele a seguiu por um caminho no qual as pedras se tornavam cada vez maiores em um percurso montanhoso às vezes acidentado. Apesar do cansaço, ele está convencido a batalhar e não ser derrotado. Pensa que a cabra é muito paciente, esperando-o com calma, mas no meio do caminho ele se perde dela e se vê sozinho no meio da escuridão sem saber que rumo tomar, e sente ter caído no “nada perdido da montanha” (p. 220). Ele não sabia mais voltar até a grande pedra preta onde havia passado a última noite, e também não sabia para onde ir.

Enquanto está lá parado, conta a estória do eremita da montanha que há muitos anos atrás vivia sozinho em uma caverna perdida. O eremita ficava todos os dias sentado na grande pedra preta, tentando escutar exatamente o que as cabras cantavam, embora só tivesse certeza de que elas cantavam estórias do mundo embaixo da montanha, de onde eram originárias, por exemplo, a estória de uma jovem que vivia dançando em um mundo alegre, barulhento e muito ocupado. Ao escutar sobre a jovem, o eremita esqueceu que estava na montanha solitária para meditar e as cabras prometeram conduzi-lo até onde a jovem morava. O céu e a grande pedra tentaram avisá-lo que as cabras das montanhas não o levariam a seu destino, mas ainda assim ele as seguiu, acusando o céu e a pedra de quererem deixá-lo trancado com eles dentro da paz. Ele ignorou o saber da natureza e acabou desaparecendo para sempre, sem que o narrador pudesse descobrir o que houve com ele.

Quando escuta o vento soprar mais forte, o narrador o escuta dizer que ele deve seguir a direção de uma pedra cinza, mas havia inúmeras pedras cinza

e ele não sabia mais que caminho seguir. No amanhecer de um novo dia, ele decidiu seguir o caminho da maior pedra. O céu lhe conta que aquela era a pedra na qual há a sepultura de Adam, que havia vivido uma vida dura e amaldiçoada na terra e que havia desejado acima de tudo morrer, sendo que o primeiro sopro do vento do Oeste na terra havia levado o último sopro de vida de Adam para as outras partes do mundo e, depois, coberto seu corpo já morto com areia e poeira.

O narrador titubeia se deveria ficar mais tempo no túmulo de Adam, mas decidiu que deveria continuar a busca de seu sonho. O vento o conduziu para uma clareira na qual o sol se transformou em ouro, iluminando tudo. Ele procurava avistar a pedra preta, da qual havia saído ao seguir as cabras, quando escutou o céu contar que uma vez o deus sol havia ficado naquela clareira para secar a água que inundava o planeta. O deus sol havia sentido empatia pelo sofrimento dos animais da Arca e secou a água, mas onde o sol havia se alocado para secar tudo, tornou-se tão quente que nunca mais nada cresceu lá.

Pela primeira vez na vida, o narrador percebeu detalhadamente a existência de flores silvestres, sendo tão impregnado pelo seu cheiro cada vez que ventava que quase é intoxicado, fazendo com que adormecesse, sendo incapaz de se recordar se o céu havia contado um segredo a respeito destas flores. Quando ele acusa o céu pelo seu adormecimento, que implicava no atraso de várias horas, o céu permanece em silêncio sem nada responder.

Enquanto continua sua escalada, chega a noite com a lua cheia que não revelava seus segredos a ninguém, apesar dos protestos do céu. A terra, a estrela e outros amavam a lua cheia pelos seus segredos que nunca eram compartilhados, sendo que tudo começa a ser tocado pelo mistério encantador da lua cheia e se torna parte do seu segredo. O narrador não pode fazer mais nada e fica parado, até o amanhecer que clareia o que parecia tão nebuloso na escuridão.

No dia seguinte, está tudo extremamente inerte em uma espera demasiadamente longa, mas o narrador comenta que sem a existência das cabras das rochas, ficam todos esperando por um movimento que nunca vem. O narrador decide que precisa gastar tempo e resolve mudar uma das pedras de lugar, pensando que talvez houvesse pedras que estivessem na espera de algo que as movesse. Ele começou a cavar apesar da resistência da natureza e da relutância da terra que não queria abrir mão da pedra. Mas após um árduo

esforço, consegue cavar um buraco e retirar a pedra. No entanto, o buraco deixado na terra pela perda da pedra começa a olhá-lo com um olhar ameaçador. O narrador tenta desviar o olhar e todos os segredos da natureza começam a encará-lo. Ele tenta cobrir o buraco com pedregulhos, gravetos e poeira, tentando parar as perguntas que surgiam dos segredos que indagavam de quem era aquele olho, o que ele estava olhando e a questão de por que o olho não podia se fechar. Mas depois de fechar o buraco da pedra extraída, o olho continuava perseguindo-o, então ele continuou a cavar mais e mais buracos e cobri-los a seguir com terra, ficando tão ocupado que esqueceu que seu objetivo era reencontrar o caminho da grande pedra preta. Ele ficou tão agitado cavando e tapando buracos para bloquear o assustador olhar e seus segredos, que esqueceu que o que movia era um sonho impossível e sua busca por esse sonho.

Enquanto ficou submerso no movimento incessante de defesa contra o misterioso olho, ele havia bebido toda sua água e precisou procurar algo para beber antes de continuar sua jornada. A montanha, então, confia que ele deve procurar pela “Pedra Falante” (p. 231) que lhe dirá onde está a água. Ao escutar o gemido de uma pedra, o narrador sabe que a encontrou, mas para compartilhar seu segredo, ela exige que ele lhe conte o segredo da “árvore sem qualquer sombra” (p. 232). Enquanto procurava a árvore, ele escuta o som de um riacho e bebe a água. Embora não precisasse mais da Pedra Falante, o céu afirmou que a pedra o aguardava há muito tempo e que ele deveria continuar sua busca por ela. Diante do sol refletindo na água corrente, em contraponto à imobilidade de tudo na montanha, ele decidiu se deixar tocar pelo movimento e brilho da água, e esperar um pouco para retomar a busca do seu sonho. O reflexo do céu na água corrente também fez com que pensasse que tinha que se mover em direção à busca da árvore sem sombra, e enquanto caminha em busca da árvore, seus pensamentos oscilam entre a ideia de que tinha que buscar a Pedra Falante e as recordações do túmulo de Adam.

Uma vez que a noite chega, ele não conseguia ver mais nada, e não podia reconhecer se alguma das árvores era a árvore sem sombra, pois não havia o mínimo de luz necessária para produzir o efeito de sombra. Embora a espera na noite pudesse parecer tranquila, ele estava conturbado entre pensamentos que se moviam por toda a natureza. Uma vez que não havia uma estrada a

seguir, ele reforça que cabia a ele decidir que caminho trilhar e qual direção seguir.

Sem poder ver nada com clareza, fica parado olhando a lua. Enquanto estava tão estático quanto às pedras, viu uma cobra passando por suas pernas, mas não consegue se mover em decorrência da forte influência de inércia originada sobre seu corpo pelas pedras. Ao mesmo tempo em que aguardava a noite terminar, seu sonho também tinha que esperar, enquanto a Pedra Falante esperava o desvelamento do segredo da árvore sem sombra.

Nessa espera, a tranquilidade é rompida por uma pedra rolando subindo a montanha, em movimento contrário ao da lei da gravidade. Ao ver o movimento impossível daquela pedra, o narrador pensa que se o impossível podia ocorrer com a pedra, então a impossível demanda da Pedra Falante poderia ser correspondida e seu “impossível sonho” (p. 238) se tornaria mais próximo. Enquanto segue a pedra em busca da árvore, ele sente o sopro do Vento do Oeste que trazia o último sopro de vida de Adam e também o ar da respiração de um rei que havia esquecido o seu reino enquanto ia atrás de uma pedra que ele seguia e que estava sempre ao seu alcance, mas nunca conseguia pegá-la. Quando a pedra chegou perto da árvore, ele notou que era a própria pedra que encobria a árvore com sua sombra, e percebeu que o declive da montanha impedia que a luz atingisse a árvore de modo que pudesse surgir uma sombra.

Quando está pensando em como encontraria a Pedra Falante, que esperava sozinha e cheia de esperança pela revelação do segredo, o narrador avista uma cabra das montanhas e fica em conflito se deveria ir em direção à Pedra ou diretamente para a grande pedra preta, que deveria estar próxima da cabra. Sentindo um pouco de culpa, ele segue a cabra, desistindo de revelar o segredo para a Pedra Falante.

Após desistir do encontro com a Pedra Falante, o narrador pensou que diante da “certeza da morte” (p. 246) e deparado com as incertezas da vida, a única certeza que ele podia ter era a de se mover adiante, de caminhar na vida apesar dos momentos de inatividade de sentir que sua mente estava machucada, repleta de pensamentos em todas as direções. Então, ele sempre se moveria em busca do seu sonho – escondido e inalcançável – mas cuja busca o impulsionaria e direcionaria sua vida.

Observamos no conto “A escalada” quão rica é a vida psíquica de Tito e quão importante é para ele o trabalho de escrita, tecendo a busca impossível da Pedra Falante, até a obtenção de uma solução alternativa que lhe permite permanecer utilizar a imaginação para inventar lindas estórias que podem ser escritas e lidas pelos outros, compartilhando seus pensamentos e sentimentos. Ao invés de seguir outros caminhos já percorridos, ele relata uma solução original, que lhe permite aceitar na vida “alguma busca/alguma espera/e alguma impossibilidade” (MUKHOPADHYAY, 2011b, p. 247).

Não tenho a intenção de oferecer interpretações a essa estória, mas deixar que cada leitor se sinta convidado a tecer suas próprias observações uma vez que é um texto tão rico de sentidos possíveis. Meu objetivo foi tornar nítida a criatividade desse jovem autista: a possibilidade de inventar estórias pela imaginação, a entrada nesse mundo imaginativo ocorreu, inicialmente, através do espelho da casa de Tito, que viabilizava a “viagem do espelho” (MUKHOPADHYAY, 2011c, p. 20), na qual experienciava o espelho como carregando em si as estórias imaginadas. Esse “mundo de fantasias” (p. 19) adentrando no espelho era um mundo do qual a dimensão de voz estava excluída: os pensamentos podiam ser expressos através das imagens e dos reflexos, mas não havia enunciação. Havia a possibilidade de comunicação entre os objetos e as pessoas, desde que houvesse a retenção da voz, de modo que a entrada no mundo silencioso do espelho permitia que todos se comunicassem e se libertassem do sentimento de solidão. Desse modo, Tito relata a existência de uma voz silenciosa, que podia ser refletida em um espelho e através desse espelho ele podia ter acesso aos seus pensamentos e emoções. Além disso, pela escrita ele podia ter acesso à abertura de uma “porta da fala” (p. 121) na sua garganta que se expressava nas suas invenções literárias.

A ESCRITA DE AUTISTAS NÃO FALANTES: BASES PARA UMA REVISÃO DA CONCEPÇÃO DO AUTISMO A PARTIR DO QUE OS AUTISTAS TÊM A DIZER

Amy Sequenzia é uma autista não falante que se expressa pela escrita no seu *blog* pessoal *Non-speaking autistic speaking* e *linka posts* em outros *blogs*, *flashblogs* e *websites*, postando frequentemente no *Ollibean*. Uma das principais críticas da escritora se dirige aos discursos dominantes daqueles que têm poder

sobre o autista e cuja posição discursiva tem predominado no cenário científico de abordagem do espectro autístico. Quando ficava presa sem ainda saber se expressar pela escrita, suas mãos ficavam silenciosas/silenciadas e, uma vez que seu corpo não expressava o que ela pensava e sua face não expressava suas emoções, ninguém se dirigia a ela para tentar saber o que ela pensava ou sentia. Nesse âmbito, ela frisa o papel mutativo libertador viabilizado pela sua apropriação da escrita como via-régia para expressão da sua posição subjetiva:

Tenho mãos barulhentas. Eu preciso ter mãos barulhentas, uma vez que eu uso minhas mãos para me comunicar. Digito o que quero dizer.

Mas esta não é a razão pela qual eu tenho mãos barulhentas. É porque eu finalmente aprendi que eu não posso ser silenciada, eu não vou ser silenciada.

Ser uma autista não falante uma vez significou, para mim, aceitar o que as pessoas decidiam que eu queria, sentia, pensava. (SEQUENZIA, 2012, p. 346)

Amy descreve a apropriação da sua mão para se expressar, afirmando sua posição, destacada das pressuposições e do lugar atribuído ao autista pelos discursos dos especialistas, acentuando como pela escrita ela se criou um lugar no laço social, reivindicando o direito do autista ser escutado e poder ter “sonhos” (p. 348) e expectativas como qualquer outra pessoa que luta para ser respeitada em sua singularidade.

Assim como Amy, vários outros autistas enfatizam como é usual o movimento de não atribuição do lugar de um sujeito ao autista não falante, destacando que as pessoas falavam sobre ela e nunca com ela, sempre se direcionando a um terceiro que deveria saber algo sobre ela e nunca lhe atribuindo um lugar de saber.

A vivência de não ser compreendido pelos especialistas, responsáveis pelo diagnóstico-tratamento no campo do autismo, é marcante nas autobiografias. Vários textos de Ido Kedar, autista não-falante, que se expressa pela escrita, contêm trechos dirigidos diretamente aos especialistas da área do autismo que ficam colados em suas teorias que se tornam doutrinas em detrimento da clínica: “*era terrível ter experts falando um com o outro sobre mim, e ouvir eles errados nas suas observações e interpretações, mas não ser capaz de contar para eles*” (KEDAR, 2013, p. 47). Sentindo-se um objeto de estudo, mas

incapaz de tomar a palavra, ele era “*um prisioneiro destas teorias e métodos*” (p.48), sentindo-se morrer por dentro, sem esperança de ser compreendido e de poder se comunicar. Vários dos seus textos assinalam esta percepção enviesada, em decorrência de modelos teóricos rígidos impermeáveis a novos fatos clínicos, incorrendo em concepções deficitárias do autismo, com visões distorcidas que não conseguiam vê-lo para além da sua aparente debilidade, tornando-o uma vítima da impermeabilidade do poder do especialista.

Ido desaprova a usual atribuição de retardo mental aos autistas não falantes, relatando que “uma vez que eu não posso falar, se eu não mostrava minha inteligência, assumia-se que sou burro” (KEDAR, 2011, 5 de março). Em contraponto, ele cita quanto se revelou tudo o que ele pensava a partir do momento em que pôde recorrer a tablets e tabuleiros para dizer o que queria, enfatizando quantos especialistas afirmavam erroneamente que ele seria uma exceção. Sua argumentação é a de que até aprender a se expressar, era tido por retardado, abordado como tal (do modo como seus especialistas achavam que deveriam se dirigir a alguém com um retardo mental) e todos pressupunham que ele fosse incapaz. Desafia, portanto, os especialistas e os convoca: “Pare de olhar para nossos movimentos bizarros, faces inexpressivas, falta de fala, dificuldade de escrita à mão, pobre autocontrole, e assim por diante, como prova de atraso intelectual. Pode parecer isto, mas eu penso que aqui as aparências enganam”. O que se manifestava no seu comportamento era diferente do que ele pensava, sendo que ele frisa avaliar que incontáveis autistas considerados deficientes têm uma mente intacta, mas não podem se apropriar do corpo. Nesse âmbito, convoca os especialistas a apostarem nas potencialidades encobertas e desconhecidas dos autistas, afirmando que uma vez que eles não podem se expressar, não deveria se pressupor limitações teóricas, mas se abrir para uma abertura, afinal “quem sabe quanto está trancado dentro?”.

Sua hipótese explicativa para seu mutismo é o de que “falar é praticamente impossível para mim. Pensar não é. Falar exige que meu cérebro, boca e língua trabalhem juntos. Pensar não” (KEDAR, 2011, 03 de março). Em outro *post* ele reitera que

Eu quero que as pessoas saibam que não falar não é o mesmo que não pensar; que motricidade fina pobre não é o mesmo que não pensar; que ações impulsivas são diferentes do que não

compreender a diferença de certo e errado; que expressão facial pobre não é o mesmo que não ter sentimentos; que matar as pessoas de tédio é negá-las a vida, a liberdade e a busca de felicidade. (KEDAR, 2011, 21 de abril)

Embora afirme adotar o lugar de porta-voz dos outros autistas que não podem se expressar, Ido não afirma ser o todo/tudo saber: “Eu posso falar por todos? Não. Mas eu falo por vários que sentam na classe, com mentes intactas, assistindo a filmes chatos do tipo ABC e matemática 1+1 um ano após o outro. É hora de avançarmos nossa compreensão do autismo” (KEDAR, 2011, 03 de março). Na luta pelo direito de os autistas serem reconhecidos enquanto sujeitos, com a abertura para um potencial outrora encoberto por sintomatologias, enfatiza como incontáveis autistas morrem dentro de si por perderem a esperança de que um dia poderão se comunicar e que a falta de endereçamento a eles como sujeito é mortífero, matando toda esperança de que outro o ajude. Nesse âmbito, ele insiste na relevância de interlocutores que apostem que há naqueles comportamentos, aparentemente insensatos, um ser sensível e inteligente, enfatizando que um comportamento pode ser interpretado com inúmeros crivos, sendo importante justamente se balizar no que cada autista tem a dizer sobre seu próprio comportamento. Neste âmbito, Ido refere exigir que os especialistas tenham uma postura mais científica, questionando os seus pressupostos, sendo capaz de mudar formulações teóricas que se mostram errôneas a partir da observação e da análise de novos fatos.

As autobiografias de autistas são, neste âmbito, convocações para os especialistas modificarem as suas leituras do autismo e se abrirem para a clínica. Neste sentido, é recorrente nas autobiografias a crítica ao poder do especialista, apontando o risco de aplicações de métodos se tornarem instrumentos de poder, que exigem o consentimento forçado do autista, não abrindo espaço para o autista se colocar enquanto sujeito pensante e sensível.

As teorizações no campo do autismo também são objeto de críticas nas autobiografias, por exemplo, quando Birger descreve concepções da área de psicologia que teorizam que o autista não seria sensível às outras pessoas e incapaz de empatia. Ao contrário, Birger declara que tais afirmações são “*incrivelmente estúpidas*” (SELLIN, 1998, p. 41). Outrossim, ressalta que ler estas teorizações psicológicas sobre a incapacidade empática no autista, fazia com que ele se sentisse ainda mais solitário, incompreendido e excluído da

humanidade. Contrariando estas teorizações, Birger testemunha nas suas autobiografias sua extrema sensibilidade aos outros humanos e sua capacidade de empatia pelos sentimentos humanos, principalmente os de sofrimento e de solidão, fato este corroborado nas demais autobiografias, mas que não tem efetivamente encontrado ressonância nas formalizações teóricas sobre o autismo.

A análise dos escritos autobiográficos torna evidente quanto os métodos de abordagem do autismo poderiam se beneficiar com os ensinamentos que podem ser depreendidos dessas leituras. É novamente Ido Kedar quem nos alerta que “eu fui bombardeado por *experts* que falam sobre mim com tamanha convicção, que assumem que eles é que estão certos, e eles não estão”, e ele tinha que ouvir os especialistas “contando ao mundo *insights* errados e eu sabia que a minha vida seria pior porque eles tinham poder sobre mim na minha educação e em tudo mais e eu estava preso” (KEDAR, 2011, 20 de março) sem poder se expressar. Ele conta que caso seus pais tivessem limitado suas potencialidades ao que os especialistas afirmavam e seus prognósticos, ele ainda estaria restrito a um currículo de 1+1 e ABC. Mais do que uma crítica a uma abordagem específica do autismo, sua ênfase é de que todos os especialistas têm muito a aprender com o que os autistas têm a dizer, dando destaque para a voz dos autistas não falantes.

Outras orientações que Ido dá a quem quiser ser parceiro do autista são: “Ensine-os coisas interessantes. Leia livros apropriados para sua idade. Fale normalmente com eles”, pois “eu acredito que muitas pessoas autistas estão compreendendo internamente e não podem mostrar isto. Falarem com você como um bebê é tão frustrante” (KEDAR, 2011, 17 de abril). Ido sistematiza as linhas gerais das teorias sobre o autismo que embasavam as formas errôneas com que os outros interagem com o autista: ancoradas nos pressupostos de que um autista não falante, de baixo funcionamento, não podia entender a linguagem, as pessoas se limitavam a se dirigir a ele em breves sentenças do tipo “vá carro” e “mãos quietas” para quebrar a fala em componentes simples; outro pressuposto teórico era o de que uma vez que ele supostamente somente teria uma compreensão básica da linguagem, deveria ter acesso exclusivamente a livros básicos e destinados a crianças menores, o que o privava do acesso a todos os conteúdos que o interessavam; mesmo nos casos em que os profissionais declaravam que Ido era inteligente, eles se dirigiam a ele no tom

que se dirigiam a alguém em posição infantil, passivo, desqualificado, supostamente incapaz de assumir um lugar de sujeito.

Ido salienta que não precisa que os especialistas ou outras pessoas planejem sua vida ou determinem seu futuro em cima de planilhas e prognósticos, esclarecendo que é capaz de tecer seus próprios planos. Realça que muitos especialistas preferem suas teorias e dogmas à verdade, salientando enfrentar resistências dos limites oficiais declarados pelos especialistas, criticando abordagens que reduzem o autista a uma lista de sintomas. Ao longo de sua vida, Ido alerta que “eu tive tantas teorias que impactaram tanto toda a minha vida. E eu diria que muitas delas eram totalmente fantasias” (KEDAR, 2011, 4 de setembro).

Em relação à abordagem científica do autismo, Ido assim como vários outros autistas escritores assinalam a importância dos pesquisadores especialistas no campo do autismo abandonar a atitude de falta de espírito investigativo em relação à literatura de autistas. Por exemplo, cita que, apesar dos inúmeros livros e textos publicados pelos autistas, há pouco interesse dos pesquisadores em conhecê-los e escutá-los: “eu acredito que nossas explicações para os nossos sintomas são importantes para informar os pesquisadores sobre onde procurar por respostas” (KEDAR, 2014, 01 de julho).

Ao valorizar os escritos de autistas, Ido provoca seu leitor com a pertinente questão: “É possível que Ivar Lovaas ou Bruno Bettelheim conheçam o autismo melhor do que eu?” (KEDAR, 2013, 03 de outubro). Menciona o nome dos grandes especialistas da área comportamental e psicanalítica, para novamente insistir acerca do valor dos escritos de autistas para a revisitação do saber sobre o autismo, propondo que diante desta literatura os especialistas podem reagir de 4 modos: afirmar que o autista não falante que escreve é uma exceção e não a regra; afirmar que o autista que se expressa pela escrita não é autista; dizer que é uma encenação e que não é o autista quem escreve; visitar suas teorias. Podemos concluir esta argumentação com o convite/convocação de Ido aos especialistas demandando que eles aceitem ter seus pressupostos questionados ao escutarem o que os autistas têm a dizer.

No presente texto, ancorando-nos no saber dos autistas, buscamos demonstrar alguns exemplos de como as nossas próprias abordagens podem se

abrir para novas narrativas que contemplam os ensinamentos que a literatura de autistas tem a enriquecer nossas teorias e práticas no campo do autismo.

REFERÊNCIAS

BIALER, M. *Autobiografias no autismo*. São Paulo: Toro, 2017a.

BIALER, M. A linguagem no autismo. *Psicologia em estudo*, 22 (3), 587-595, 2017b.

BIALER, M. *Das narrativas de sofrimento ao artismo no espectro do autismo: discurso de pais de autistas, discurso de autistas e discurso de especialistas*. Curitiba: CRV, 2016.

KEDAR, I. *Communication, anxiety and neurological instability* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2015, 26 de janeiro)

KEDAR, I. *Scientific Un-query* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2014, 01 de julho).

KEDAR, I. *Ido in Autismland: climbing out of autism's silent prison*. Lexington: [s.n], 2013.

KEDAR, I. *Silent fighters* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2013, 03 de outubro).

KEDAR, I *My Speech at the Vista del Mar Autism Conference* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2011, 4 de novembro)

KEDAR, I. *Shouting from the mountain tops at walk now* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2011, 21 de abril)

KEDAR, I.. *The speech I made to the parents yesterday* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>> (2011, 17 de abril).

Kedar, I, *Another Rant* [Blog]. Recuperado de: <<http://idoinautismland.com/>>. (2011, 20 de março)

- KEDAR, I. *My Rant for today* [Blog]. Recuperado de: <http://idoinautismland.com/>. (2011, 05 de março).
- KEDAR, I. *My Mission* [Blog]. Recuperado de: <http://idoinautismland.com/>. (2011, 03 de março).
- KLONOVSKY, M. Introduction. In B. SELLIN. *I don't want to be inside me anymore: messages from an autistic mind*. (A. Bell, trad.) (pp. 1-33). New York: Basic books, 1995.
- MUKHOPADHYAY, T. R. *How can I talk if my lips don't move?: inside my autistic mind*. New York: Arcade Publishing, 2011a.
- MUKHOPADHYAY, T. R. *The Gold of the sunbeams: and other stories*. New York, NY: Arcade Publishing, 2011b.
- MUKHOPADHYAY, T. R. *The mind tree: a miraculous child breaks the silence of autism*. New York, NY: Arcade Publishing, 2011c.
- MUKHOPADHYAY, T. R. *I'm not a poet but I write poetry: poems from my autistic mind*. Lexington, KY: Xlibris, 2012.
- SELLIN, B. *I don't want to be inside me anymore: messages from an autistic mind*. (A. Bell, trad.) New York: Basic books, 1995.
- SELLIN, B. *La solitude du déserteur: un autiste raconte son combat pour rejoindre notre monde*. (M. Keyser, trad.). Paris: Robert Laffont, 1998.
- SEQUENZIA, A. Loud hands: I speak up with my fingers. In The Autistic Self Advocacy Network *Loud Hands: Autistic people, speaking*. (pp. 346-351). Washington: The Autistic Press, 2012.

CAPÍTULO 4

A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE AUTISMO INTERSECCIONADO COM POLÍTICA: *UMA ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NO YOUTUBE*

Ricardo Augusto de Souza Oliveira

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo onde a *internet* perpassa nossa vida de várias maneiras, seja para um puro e simples entretenimento, até para questões mais profissionais, de assistir a um vídeo no *YouTube*, até pesquisar algo para um trabalho acadêmico, por exemplo. A *internet* proporcionou que a comunicação seja algo cada vez mais veloz e menos custosa, visto que antes, para se comunicar, um dos poucos meios que uma pessoa comum podia dispor era de um telefone ou celular, ligando para outra pessoa e gastando uma quantia alta de dinheiro com a conta de telefone, visto que o acesso a esses recursos, a nível Brasil do século XX, era muito escasso.

Castells (2000, p. 566) diz que as redes são estruturas que integram as pessoas que compartilham a mesma comunicação. Essas redes podem ser de pessoas, organizações, empresas e governos. Em um contexto tecnológico, porém, as redes sociais envolvem mais as relações interpessoais dentro de um espaço tecnológico voltado a interação. As redes sociais, como vemos hoje, promovem uma massificação cada vez maior da comunicação, gerando uma interconexão entre as pessoas, e o que se percebeu foi que gerou pontos de grande interação, pontos esses que são pessoas famosas, marcas, coletivos e grupos, produtores de conteúdo ou não. Cada agente é responsável por uma criação de conteúdo de alta interação, o que eleva ao estado de influenciador digital. Já o produtor de conteúdo em si não necessariamente está gerando alta interação, mas que faz parte do guarda-chuva deste universo da influência digital, além de ser a intenção com a prática de ter essa alta interação, também chamado de engajamento.

No universo das mídias e redes sociais, os criadores de conteúdo produzem informação, seja algo voltado mais para o entretenimento, ou mesmo os que produzem algo com um rigor de conhecimento mais apurado, além de quem segue um grande meio termo. Essa informação é responsável por fazer a pessoa se engajar, o que inclui desde a interação com comentários, até continuar assistindo ao canal de comunicação da pessoa. Em se tratando da produção de conteúdo, existem diversos temas que podem ser colocados, desde algo mais senso comum, até questões que possam gerar mais polêmica, incluindo a política. Em se tratando de política dentro da produção de conteúdo, ele pode ser encaixado no conceito de ativismo definido por Silveira (2009, p. 131) que é quando a atividade tem objetivos políticos, sociais e culturais a favor de uma causa, o que torna a produção de conteúdo sobre política, dependendo da abordagem, também ativismo. De acordo com Scherer-Warren (2006, p. 120-121), mesmo que o ativismo venha perdendo força nas últimas décadas, há uma nova geração focada na junção de elementos já conhecidos, como a produção de conhecimento e prestação de serviços. É o caso da ABRAÇA¹, que possui, em seu quadro de voluntários, ativistas que participam em mais de uma frente, como palestras, produzindo conteúdo na *internet*, agindo em projetos de lei no legislativo, e criando materiais, escritos ou audiovisuais, que possam ser usados em estudos posteriores.

Dentro da produção de conteúdo, quando se fala de temas que envolvam, em algum grau, a sociedade, relações e aprofundamento de discussões, é natural que o tema da política, seja partidário ou não, tome forma, o que acaba tornando o público de qualquer canal de comunicação menor numericamente, também chamado de público de nicho. O nicho de política, por si só, faz com que nem todos possuam interesse no conteúdo publicado, e o mais comum, há uma parcela da população que tem aversão ao tema, muito pelo senso comum de que a política serve só para manter privilégios de uma categoria profissional que “pouco trabalha”, por exemplo.

Levando isto em conta, passo a tratar neste artigo sobre o tema da criação de conteúdo voltado ao autismo, mais precisamente do meu canal no *YouTube* chamado Autismo Pensante, onde analiso a interação do público por meio, principalmente, dos comentários, em se tratando dos conteúdos que

¹ Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas

envolvem o tema autismo, incluindo abordagens mais políticas sobre o assunto. Os comentários analisados datam de vídeos publicados de 6 de setembro de 2019 a 26 de fevereiro de 2021.

CANAL AUTISMO PENSANTE

O canal Autismo Pensante é um canal produzido pelo criador deste artigo, Ricardo Augusto de Souza Oliveira, autista e comunicólogo, com atuação na plataforma desde 12 de novembro de 2018 e com pouco mais de mil inscritos. Os principais temas que são abordados no canal são autismo, política e mercado de trabalho, quase sempre interseccionando os universos. Em se tratando de autismo, abordo desde explicações sobre características do autismo em geral, até notícias que envolvem esta temática.

Sobre a metodologia de pesquisa, me utilizo da Netnografia, termo colocado por Kozinets (2010, p. 4) como “(...) etnografia da internet, ou tecnologicamente conectada na internet. Netnografia é etnografia adaptada às complexidades de nosso mundo social contemporâneo e tecnologicamente mediado”. Mesmo o autor sendo um profissional da área de *Marketing*, é possível desconsiderar o elemento de consumo e partir para o social. Portanto, não uso neste trabalho a netnografia do *Marketing* e sim a da Antropologia, visto que a ideia não é analisar comportamentos de consumo, mas a interação entre pessoas em se tratando de temas de conteúdo, uns com os outros, e com o produtor de conteúdo.

OS COMENTÁRIOS

Sobre comentários, de acordo com Brasil (2014, p. 11) “(...) não chegam a produzir conteúdo em escala, mas são extremamente ativos em debates e críticas ao que é produzido por outros usuários.”. Isso significa que os comentários são um dos elementos mais importantes para uma pessoa saber qual é a reação do público perante aquela informação colocada pelo dono do canal de comunicação, por isto que, para um bom criador de conteúdo, os comentários são um direcionamento para a produção de conteúdo. No caso dos vídeos, é ainda mais importante, pois pode direcionar, inclusive, o formato que se apresenta a informação. Claro que nem todo comentário precisa ser levado como algo a ser feito, dependerá muito da quantidade de comentários

solicitando essa mudança, do gosto do público, ou mesmo da falta de comentários, significando um desinteresse por este tema, sempre analisando o contexto onde o canal se encontra. Este contexto se refere a número de inscritos, quantidade de vídeos, participação em outras mídias e redes sociais, curtidas e “descurtidas” de cada vídeo, tempo de canal, quantas pessoas acessaram cada vídeo, e taxa média de tempo de visualização de cada vídeo.

VÍDEOS DO CANAL

Apresentando brevemente quais são os tipos de vídeo que foram analisados no canal, a predominância é de que tenha um número maior de vídeos que misturam a temática do autismo com outras, como no caso da política. Claramente essas duas abordagens juntas não estão presentes no canal como um todo, pois há outros assuntos que são falados, como mercado de trabalho. A questão é que, por mais que a temática não envolva diretamente política, a abordagem em questão é bastante intensa. Exemplo, em um dos vídeos é falado sobre a ABA, onde assisto a um outro vídeo onde uma profissional da ABA aborda sobre a temática e comento por cima, por mais que a argumentação utilizada por mim tente se pautar pela lógica e por fontes, tanto o que é falado quanto as fontes utilizadas para a elaboração do material audiovisual é um movimento político. Esse movimento político é uma afirmação das questões compartilhadas pelo ativismo e militância autista, onde os autistas não querem ser submetidos ao método ABA por questões éticas, visto que a prática visa à normalização do autista a uma suposta neuronormatividade, norma essa que é ainda bastante hegemônica na nossa sociedade.

Outros vídeos do canal, como citado anteriormente, não possuem grandes embates devido a serem temas mais amenos, como a própria explicação estrita do que é o autismo e suas características, ou quando é formato de entrevista com alguma personalidade do ativismo autista. De qualquer forma, utilizarei, como objeto da análise, comentários de vídeos que misturam o tema do autismo com pautas que envolvam política, logo, se encaixam aqui publicações que falem de personalidades, práticas contra direitos humanos, e materiais audiovisuais.

ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

A começar por personalidades do autismo, e quando digo do autismo, me refiro a pessoas que podem ou não ser autistas, mas que possuem alguma conexão com a pauta. No caso, se encaixam dentro do que foi falado no canal duas pessoas, a primeira é Marcos Mion, ator, apresentador, empresário e pai de um autista, o segundo é Paulo Kogos, empresário, produtor de conteúdo no *YouTube* e ativista pela causa libertária. Ambas as figuras são polêmicas as suas maneiras. No caso do Marcos Mion, há um vídeo falando diretamente sobre a figura, onde falo sobre o uso da mensagem dele não dar oportunidade para outros autistas falarem. Sobre Paulo Kogos, há alguns vídeos que tratam dele, o primeiro se trata de uma desmistificação de que todo autista é igual ou parecido ao Paulo Kogos, no segundo é sobre uma coletânea de vídeos com alguns momentos da personalidade, no terceiro, é em relação à aliança de alguns autistas com essa pessoa. A seguir, abordarei problemáticas faladas nos vídeos e onde se encaixa a política no contexto.

No caso de Marcos Mion, tenho de explicitar que a comunidade autista se divide em 3 setores: dos profissionais, onde entra a classe médica, psicólogos, terapeutas ocupacionais, profissionais especializados na educação inclusiva; pais e mães de autistas; e os próprios autistas. O caso da personalidade em questão se encaixa na categoria de pai de autista, o que pode ocorrer normalmente alguns desentendimentos entre pais e autistas, visto que o protagonismo da comunidade autista é dos próprios autistas. No caso do Marcos Mion, há uma intensificação nesse tipo de disputa, pois é um pai de um autista que possui bastante visibilidade na grande mídia e que a usa para falar sobre autismo, porém é que essa fala sobre autismo é não dando a visibilidade que é devida para os próprios autistas, especialmente os autistas que são ativistas pela causa e que fomentam o modelo social da deficiência, que de acordo com Diniz (2003, p. 2), é definido como a causa da deficiência ser no âmbito social, se contraponto ao modelo biomédico, que é a visão da deficiência centrada no indivíduo.

É claro que Marcos Mion não é a única figura da comunidade do autismo que não é autista, porém possui visibilidade e fala sobre o tema sem necessariamente dar visibilidade para ativistas autistas, a problemática é que ele é a figura mais famosa da comunidade do autismo no Brasil, o que por si só é

algo estranho, visto que é como se houvesse uma pessoa branca como porta voz da comunidade preta, ou um homem estivesse à frente do movimento feminista, por exemplo. O mais problemático é que não há indício de que Marcos Mion queira sair dessa posição confortável de porta voz. E quando digo porta voz, me refiro a da comunidade como um todo, não somente de autistas, mas de pais de autistas. Essa não visibilidade promove a não escuta de pais de autistas em relação à comunidade de autistas, o que em longo prazo reforça apenas a escuta dos pais e ignorando os próprios autistas neste processo, o que só piora devido ao discurso de Marcos Mion em relação a temática, tratando a condição neurológica como eternamente infantil, ou que a pessoa seja intelectualmente inábil e reforçando o sentimento de posse que os pais de autistas já o fazem com seus filhos, como se o autista não tivesse vontade própria e senso de escolha, um autômato.

Mas é claro que a existência de um pai de autista falando sobre autismo não significa necessariamente que essa pessoa está ocupando espaço que poderia ser ocupado por um autista, afinal, o ideal é que todos os pais ouçam os autistas que estão no ativismo, só que a realidade permite ocasiões onde um pai deve falar com outro sobre a condição. A questão é que uma conversa entre pais de autistas tem de ser, por objetivo final, fazer o outro praticar o exercício de escuta ao que o autista diz, e usar isso como uma figura disseminadora do protagonismo autista, o “Nada sobre nós, sem nós” de Charlton (2000) diz bastante sobre isso, no qual se refere a não falar, por exemplo, sobre pessoa com deficiência em um evento voltado ao tema, sem que alguns grupos de pessoas que estejam nesta categoria fiquem presentes e falem ativamente sobre a condição, mesmo que dentro de uma perspectiva individual.

Portanto, o problema não é o Marcos Mion em si, mas o uso da voz que possui para invalidar, mesmo que indiretamente, a voz de autistas, o que influencia outros pais e mães não autistas a acharem que, bastando falar com um pai ou mãe de uma criança autista seja suficiente para entender do seu filho ou mesmo de toda uma comunidade que é tão diversa, o que apresento a seguir com o caso do Paulo Kogos.

No caso de Paulo Kogos, temos de desconsiderar a camada mais rasa do que ele é, e ir aprofundando em uma camada mais profunda, afinal, é bastante fácil falar de ele a partir somente de recortes da produção dele no *YouTube*, isso porque ele é uma figura geradoras de memes, não só pelo fato

dele ser autista, mas também por ser uma figura política de extrema direita, e pelo fato de que esses dois universos acabam se juntando e formando materiais de humor involuntário para entretenimento de uma pequena parcela de pessoas que acessam o *YouTube*.

A começar pelo fato de Paulo Kogos ser autista, autistas possuem comportamentos diferenciados da norma vigente, o que em uma pessoa preconceituosa pode causar certo desconforto ou mesmo ojeriza, justamente pelo reforço da sociedade e, principalmente, da mídia que reforça estereótipos em relação a neurodivergência. Um dos exemplos propagados até hoje, ao se falar de Paulo Kogos, é a associação dele com o personagem Tonho da Lua da telenovela *Mulheres de Areia*, exibida em 1993 pela Rede Globo que, devido à condição do personagem, teve seu nome usado como xingamento entre as pessoas como sinônimo de “louco”. Inclusive, a associação entre “Tonho da Lua” a uma estereotipização até hoje é usada por canais no *YouTube* que falam de política, como no caso do *Galãs Feios* (2019) se referindo a uma figura política como “Tonho da Lua” aos 1m35s, sendo essa e outras associações sobre “loucura” colocadas ao longo do tempo da produção de conteúdo nesse canal em específico.

Outro lado de Paulo Kogos é ele estudar sobre política, onde há fatores variados que geram uma desconfiança no que é dito pela personalidade, que é o fato dele se dizer anarcocapitalista. Anarcocapitalismo, de acordo com Pai (2018, p. 173), consiste em uma “sociedade sem Estado”, onde “uma organização social em que as ‘forças do mercado’ se desenvolveriam sem nenhuma amarra”, logo uma sociedade sem Estado, porém com o controle das empresas, o que por si só é um erro conceitual, visto que a própria concepção de anarquia visa uma sociedade sem gestão vertical, e empresas administrando a sociedade não se conecta com a própria anarquia, que é um movimento anticapitalista. Ou seja, o fato de Paulo Kogos se dizer anarcocapitalista isoladamente é motivo de descrédito entre parte dos próprios espectadores de conteúdo político. As duas únicas funcionalidades ao se falar de anarcocapitalismo é participar de um embate político para tentar validar essa suposta teoria como algo sério, e também para apoiar governos que são a favor de pautas ultraliberais.

Ao juntar o fato dele ser autista com a ideologia anarcocapitalista que, por mais que seja um erro conceitual, tem de ser tratado como uma ideia, temos

Paulo Kogos e toda uma carga de estereotipização inserida nele, o autismo, que até poucas décadas era motivo de injúria e o anarcocapitalismo que é motivo de chacota entre um pessoal mais intelectualizado, faz com que o fato de ser autista tenha essa conotação de loucura política, e não o fato de que é Paulo Kogos, individualmente falando, que não parece seguir uma linha de raciocínio benéfica para a defesa de seus argumentos se utilizando do anarcocapitalismo como base de sustentação teórica, podendo gerar estigma a alguns autistas, termo usado por Goffman (2008, p. 13) para se referir a uma característica que pode ser considerada depreciativa de acordo com a sociedade. O fato de existir, midiaticamente, uma figura como Paulo Kogos, reforça preconceitos que ainda existem em algum nível na comunidade do autismo, nos quais neurotípicos, em parte relevante, tratam os autistas como seres infantilizados e que não possuem o domínio argumentativo para sustentar um debate político, os despolitizando e, conseqüentemente, usando como elemento de despolitização da temática autista.

Quando se aborda a temática autista, não se faz somente por elementos como o autodescobrimento, ou mesmo a procura de uma vaga PcD, mas também se fala em políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, candidaturas autistas e barreiras na sociedade que impedem o autista acessar espaços que costumam ser hostis a ele, a temática da política está presente em todos os momentos da vida de uma pessoa com deficiência, o próprio autodescobrimento e a procura por uma vaga de trabalho voltada as PcDs é um processo também político, ou seja, a partir do momento em que nascemos, somos seres também políticos, envolvidos em uma sociedade pautada pela política, e os autistas não são diferentes disso.

A diferença entre um neurotípico que não faz parte de nenhuma minoria social e um neurodivergente como o autista dentro deste contexto é o exercício maior da política, mesmo que seja de forma indireta e a própria pessoa autista não percebe que esteja fazendo política. A exemplo do acesso a uma vaga PcD no mercado de trabalho, a própria conquista desse direito foi um processo quase que inteiramente político e que envolveram diversos interlocutores do Executivo, Legislativo e sociedade civil, incluindo os autistas. Uma negação desse direito ao trabalho também é um processo político, visto que, por exemplo, há uma problemática voltada a suposta incapacidade de um autista trazer bons resultados, fazendo com que gestores e recrutadores de

empresas escolham a deficiência que, aos olhos deles, necessitem do menor número de adaptações possível.

Outra temática presente nos comentários é de certas práticas que são aplicadas a autistas com o objetivo de garantir certa adequação a sociedade neuronormativa. Uma dessas práticas bastante abordada nos vídeos do canal é o método ABA, sigla para Análise do Comportamento Aplicada que, em resumo, é o uso de reforços positivos e negativos, divididos em pequenas tarefas com o objetivo de ter uma mudança gradual no comportamento do indivíduo. A grande problemática em relação à ABA é que a mudança proposta é de normalização de comportamentos do autista, grande partes desses comportamentos são de movimentos voltados a autoestimulação, ou seja, de regulação sensorial com o fim de evitar colapsos e desligamentos², fazendo a pessoa ter uma qualidade de vida melhor.

Vivemos em uma sociedade capacitista, termo colocado por Mello (2014, p. 53-54) como o preconceito contra a pessoa com deficiência, sociedade essa onde o corpo socialmente aceitável é aquele em que é supostamente capaz de fazer as mesmas atividades, físicas ou mentais, em comparação com a maioria, o que geram tentativas de normalização, propositais ou não, seja o padrão estético que oprimem pessoas com deficiências visíveis, e o padrão neuronormativo, no qual se aplica às deficiências invisíveis, que é onde se encaixa o autismo. A ABA é uma prática bastante controversa, visto que há debates em torno dela. O primeiro debate é em relação à eficácia do método, ou o quão científico é, e isso se dá pelo fato de que, por mais que seja bastante utilizado no Brasil, há estudos que falam da pouca ou nenhuma eficácia do método, como de Yu *et al.* (2020). O segundo debate é até mais intenso, que é a ética no uso do método em autistas, especialmente as crianças. No caso da ética, a grande discussão se dá na autonomia dos pais em colocar seus filhos em sessões de ABA, e também pela autonomia do autista, mesmo em idade infantil, a se submeter a essas sessões, o que entra diretamente na pauta de Direitos Humanos. Não é raro ter relatos ao redor do mundo de autistas que foram submetidos à ABA e que sofreram violações de direitos, como apontam Wilkenfeld e McCarthy (2020, p. 32), ou mesmo que optaram pela prática do mascaramento como técnica de sobrevivência.

² Meltdowns e shutdowns, respectivamente.

Claramente, por mais que seja um método que tenham questionamentos relacionados à eficácia, e críticas severas por parte dos autistas ao que se refere a violações, a ABA é ainda hoje bastante usada no país como uma das formas de tratamento do autismo. A classe psiquiátrica e de psicólogo, de modo geral, ainda estão longe de entender o autismo em toda sua complexidade, mas mesmo assim reforça o modelo biomédico de ação. Esse modelo biomédico, lidando com o autismo de forma patológica, acaba gerando dois caminhos que podem ser seguidos ao mesmo tempo, o primeiro é do encaminhamento a tratamentos cientificamente e eticamente questionáveis, o segundo é da medicação, que trabalha a questão da maneira mais individualizante possível.

Os pais de autistas é outra categoria que exige atenção, pois há uma mistura de desconhecimento, viés de confirmação do que é o autismo, e certo sentimento de posse sobre o filho. O primeiro é sobre o desconhecimento dos pais ao se depararem que seu filho é autista, em um primeiro momento costuma ser um choque justamente pela visão biomédica que nós como sociedade temos, o que leva lidar a condição como um problema, uma patologia que necessita ser curada, ou no mínimo tratada para diminuição das chamadas comorbidades, que basicamente são as características do autista, incluindo os movimentos auto estimulatórios³, e esse desconhecimento aliado com a visão biomédica da sociedade e a figura de autoridade que o psiquiatra e o psicólogo possuem, fazem com que os pais sigam a indicação de tratamento e medicamento sem hesitar. O segundo é o viés de confirmação, tanto por estarmos inseridos em uma sociedade estruturalmente biomédica, só que também pela própria visão capacitista dos pais em relação a seu filho, visão essa também fazendo parte de uma estrutura. O terceiro é o sentimento de posse que pais têm pelos seus filhos, não necessariamente porque são autistas, mas o fato de a condição existir permite uma maior autoridade.

Essa mistura acaba criando alguns embates com autistas, pois muitos autistas, em sua maioria ativista pela causa, não aceitam que crianças autistas sejam submetidas a práticas ou métodos que sejam violência aos direitos humanos, porém os pais, aliando essas três características faladas anteriormente, desconsideram o que essa comunidade fala em nome da

³ Também chamados de “stims”

individualização da solução do problema. A ABA é um tema de bastante discussão entre pais e autistas devido aos pais desejarem que um suposto problema seja resolvido o mais rápido possível, enquanto ativistas costumam coletivizar e apontar para outras direções, essas mais políticas e que dão resultado em longo prazo.

A última temática presente na produção de conteúdo e que alia o autismo com pautas sociais, portanto políticas, é o material audiovisual veiculado na mídia. O exemplo mais evidente a ser tratado é do filme criado pela *Sia* chamado *Music*. *Sia* é uma artista musical da indústria pop e que resolveu trabalhar nesse filme que alia o contexto do autismo a uma temática de musicais, onde a protagonista que dá nome a obra é o centro da história, história essa que usa de bastantes expressões artísticas e musicais para representar o estado emocional dos personagens.

O debate principal em relação ao filme é o fato de que a personagem autista é interpretada por uma atriz neurotípica, o que muitos classificam como *cripface*. O *cripface* pode ser falado pelo Território Deficiente (2020) como a interpretação de pessoas com deficiência por atores sem deficiência, algo que pode ser associado ao que pessoas brancas faziam ao interpretar pessoas pretas, que é se cobrir de tinta preta e interpretar de forma bastante caricata e estereotipada essa população, que é o *blackface*, a diferença nesse caso é relacionada a estigmatização de outra minoria social, que é das pessoas com deficiência. Não só nos vídeos analisados, mas em grande parte da comunidade autista, o filme foi bastante criticado negativamente pela não representatividade de uma autista interpretando uma personagem também autista.

Rodeando o debate principal, houve críticas intensas a forma como a personagem foi feita. O processo de criação da personagem *Music* foi baseado em entrevistas com pais de crianças autistas, o que se conecta com o falado anteriormente aqui, que é a dificuldade de os pais entenderem de fato o que é o autismo, além de uma visão biomédica sobre a condição, o que gerou *Music*, uma autista aparentemente no grau 3 de suporte, e que apresenta várias características bastante comuns, como a falta de comunicação oral, hipersensibilidade e dificuldade de mudança de rotina, colocada como a personagem principal do filme, ao mesmo tempo que a sua função é apenas servir de interligação entre outros personagens.

O filme *Music* não é uma exceção em se tratando de obras audiovisuais que possuem personagens principais autistas, mas que são interpretados por pessoas não autistas, obras como *The Good Doctor* e *Atypical* são exemplos bem famosos no que se refere à *cripface* dentro da temática do autismo. E essa cobrança por representatividade é pertinente, pois é o uso da pauta do autismo para criar um material audiovisual que vai atrair atenção para a comunidade autista, porém sem a participação ativa de autistas e que gerará lucro para uma empresa (o que ocorre no *blackmoney* com as pessoas pretas, e *pinkmoney* com as pessoas LGBTQIA+, o que pode significar, para nosso caso dentro das deficiências, “*cripmoney*”). Essas obras, de modo geral, geram um imaginário coletivo sobre a condição, reforçando estereótipos já existentes de quem é autista, como a pessoa totalmente dependente do outro e que possui uma suposta baixa inteligência, ou o autista hipercapaz de desenvolver atividades voltadas a resolução do conhecimento nas Exatas.

CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada sobre o canal aborda muito sobre as questões de autismo e política, em boa parte das vezes interseccionados, o que pode gerar conflitos por fatores variados nos comentários dos vídeos analisados. O primeiro deles se refere a tentarem despolitizarem a condição do autista, que por si só é uma existência também política, visto que o próprio ato de existir gera um desconforto em relação a mudanças estruturais em nossa sociedade, como os direitos dos autistas inseridos dentro das pessoas com deficiência, e também pelas barreiras que definem a deficiência existirem além da parte física dos espaços. O segundo conflito se refere pais e mães de autistas desejarem reaver seu espaço de dominância em relação à temática pela justificativa de que conhecem o filho autista mais que os ativistas presentes na condição, o que geram alguns embates entre esses pais e autistas ativistas, pois o foco no ativismo é coletivizar o tema, o tratando como um processo político e abordando bastante a pauta dos Direitos Humanos, algo não totalmente compartilhado pelos pais que costumam individualizar a questão e que costuma confiar na figura de autoridade, algo bastante presente na nossa sociedade estruturalmente biomédica. Em terceiro é o uso de práticas ou métodos voltados ao autismo que têm sua eficácia questionada e sua ética criticada, algo

muito reforçado por psiquiatras e psicólogos, um dos exemplos disso foi citado ao longo deste artigo, que foi a ABA, método esse que usa de reforços normalmente positivos para a normalização de comportamentos da criança autista, mesmo que esses comportamentos, como os *stims*, sejam apenas regulações sensoriais que visam a evitarem colapsos e desligamentos.

Um ponto que chamou bastante a atenção, e consequentemente tomou maior parte da análise, foi a abordagem de personalidades que são envolvidas, diretamente ou não, com a pauta do autismo. A figura mais proeminente que fala sobre autismo no Brasil é o Marcos Mion, uma pessoa não autista, mas pai de um autista, o que gera desconforto por parte dos ativistas, visto que ele possui dupla função prejudicial ao movimento, ao mesmo tempo em que tem visibilidade para falar sobre autismo, mas o faz de uma maneira que é estigmatizante, bastante individualista e voltado ao modelo biomédico, ele não utiliza sua visibilidade para dar espaço para outros autistas ativistas falarem sobre suas questões. A figura Marcos Mion, devido a isto, acaba por influenciar vários pais de autistas a ouvirem ele e outros pais, ignorando quase que completamente autistas que saem desse estereótipo de pessoa quase que totalmente dependente, o que gera preconceito com outros autistas, esses em sua maioria oralizados e que são mais independentes. No caso do Paulo Kogos, apesar de ser uma figura autista que não fala sobre autismo, é usado como um dos exemplos de pessoa autista, claro que nesse caso o fato de ser autista se misturam a sua posição política que possui erros conceituais, porém, com pouco cuidado, é possível a crítica com tons de humor na questão política ser associada ao fato do autismo, ao invés de tratar como uma exceção. Isso faz com que o autismo seja sinônimo de “loucura”, ou mesmo de incapacidade política e nas relações interpessoais.

Por último, obras audiovisuais, por mais que sejam criticadas devido ao *cripface*, ainda há pessoas que desconsideram isso, boa parte delas pessoas não autistas, o que revela que, por mais que fique subentendido, ainda vivemos em uma sociedade capacitista e com visão biomédica, capacitista pelo preconceito que as pessoas têm em não aceitar totalmente que um autista possa interpretar um personagem na mesma condição, e biomédica porque a ideia das pessoas é que o autismo é uma condição que precisa ser, no mínimo, tratada. Tudo isto significa que o autismo é uma condição não só social, mas altamente política, pois é difícil falar sobre o tema sem falar de Direitos Humanos, protagonismo

e representatividade. A própria existência de um autista é um ato político se for levado em conta que vivemos em uma sociedade que busca normalizar algumas características do autista, ou mesmo tentar curar a condição antes mesmo da existência do indivíduo, o que entra na temática da eugenia. Ou seja, autismo é uma condição principalmente social, que leva a questão da deficiência, por si só gerada por barreiras, e barreiras essas sendo geradas também por atitudes que são sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Governo Federal. *Manual de orientação para atuação em mídias sociais: identidade padrão de comunicação digital do poder executivo federal*. 2014. Versão 2.0. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/centrais-de-conteudo/manuais/manual-de-redes-sociais-idg.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 700 p. (ISBN 85-219-0329-4). Disponível em: <https://globalizacaointegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- DINIZ, Debora. *Modelo social da deficiência: a crítica feminista*. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-8, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 25 jul. 2021.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Nova Jersey: Editora Ltc, 2008. 158 p. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4602133/mod_resource/content/0/Goffman%2C%20E.%20Estigma.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.
- KOZINETS, Robert V.. *Netnography: the marketer's secret weapon*. The Marketer's Secret Weapon. 2010. Disponível em: <https://preventviolentextremism.info/sites/default/files/White%20Pap>

er%20%E2%80%93%20Netnography-
%20The%20Marketer%E2%80%99s%20Secret%20Weapon.pdf.
Acesso em: 26 maio 2021.

MELLO, Anahí Guedes de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo*: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182556/PASO0431-D.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PAI, Raphael Almeida dal. *A teoria "anarco"capitalista segundo artigos publicados no site do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e a noção "libertária" de anarquismo*. *Temporalidades: Revista de História*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 173-185, maio 2018. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5919/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, Não é um mês valido! 2006. Quadrimestral. Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no VII Corredor das Ideias do Cone Sul, Unisinos, em agosto de 2005 e no XXV Congresso da Associação LatinoAmericana de Sociologia (ALAS), Porto Alegre, em agosto de 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. *Revista Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 131-138, dez. 2009. Semestral. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Game-ativismo-e-a-nova-esfera.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

TERRITÓRIO DEFICIENTE. *Pessoas com deficiência: o que é cripface?*. 2020. Disponível em:

<https://www.territoriodeficiente.com/2020/11/pessoas-com-deficiencia-o-que-e-cripface.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

WILKENFELD, Daniel A.; MCCARTHY, Allison M.. *Ethical Concerns with Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum "Disorder"*. Kennedy Institute Of Ethics Journal, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 31-69, mar. 2020. Trimestral. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/ken.2020.0000>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/753840/pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

YU, Qian et al. *Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: a meta-analysis*. Psychiatry Investigation, [S.L.], v. 17, n. 5, p. 432-443, 15 maio 2020. Korean Neuropsychiatric Association. <http://dx.doi.org/10.30773/pi.2019.0229>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341253172_Efficacy_of_Interventions_Based_on_Applied_Behavior_Analysis_for_Autism_Spectrum_Disorder_A_Meta-Analysis. Acesso em: 25 jul. 2021.

CAPÍTULO 5

A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO: REFLEXÕES A PARTIR DO BRINCAR E DA AMIZADE

Camila Valle Coelho

Luana de Melo Ribas

INTRODUÇÃO

De acordo com o mais recente Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (APA, 2014), a criança com autismo¹ está dentro do que se entende hoje como Transtorno do Espectro Autista - TEA, que é compreendido como um Transtorno do Neurodesenvolvimento, onde as causas ainda são pouco conhecidas. O TEA engloba um espectro – complexo e multifatorial – de características para critérios diagnósticos e possibilidades de ser da pessoa. O DSM-V (APA, 2014), descreve a criança com TEA com características que perpassam desde a comunicação e as habilidades sociais, pontuando déficits na linguagem, na interação com pares, restrição na imaginação, dificuldade com expressões emocionais, inflexibilidade de pensamento, como também no que diz respeito ao comportamento, visto como restritos e estereotipados. De forma mais específica, no que se referem à linguagem, os critérios diagnósticos apontam para carências persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, mais especificamente déficits: (1) na reciprocidade socioemocional, dificuldade para

¹ Sabe-se que existe a preferência de algumas pessoas com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista - TEA pelo termo “pessoa autista”, considerando que o autismo é parte integrante de sua identidade. Porém, nesse mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, lei 13.146/15 modificou a terminologia “portador de deficiência” para “pessoa com deficiência” (BRASIL, 2015), assim como a Lei Berenice Piana, lei 12.746/12 (BRASIL, 2012) utiliza “pessoa com TEA”, considerando que antes de qualquer questão é uma pessoa, não sendo o autismo algo que ele porta ou possui. Sem desconsiderar essa discussão fundamental, nesse texto opta-se por utilizar pessoa e/ou criança “com autismo”, respeitando a diversidade e singularidade de cada indivíduo.

iniciar ou responder a interações sociais, seja por questões de interesse, emoções ou afeto; (2) nos comportamentos comunicativos não verbais, incluindo contato visual, linguagem corporal, usos de gestos, expressões faciais; e (3) para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (APA, 2014).

Apesar da normalização do uso do DSM-V (APA, 2014), vale ressaltar que as palavras “déficit” e “prejuízo” são utilizados ao se referir ao desenvolvimento e ao funcionamento pessoal, social, acadêmico da pessoa com autismo, o que dá a ideia errônea de que existe um único caminho para o desenvolvimento “normal”, “saudável”. Os comportamentos que desviam desse padrão não são classificados como qualitativamente diferentes, mas sim de forma quantitativa, como “faltas”, “limitações”. É importante lembrar que o desenvolvimento psicológico ocorre a partir da confluência entre o biológico e o seu meio – cultural, social e histórico. É na relação entre esses diferentes fatores que, em unidade, o organismo se reestrutura como um todo. Dessa forma, o psiquismo se desenvolve a partir da reestruturação contínua de Funções Psicológicas – biológicas e culturais –, que se relacionam mutuamente e se transformam (VIGOTSKI, 2018). Essa reorganização dá inúmeras possibilidades de ser da pessoa e, embora essas funções atuem o tempo todo em conjunto, dependendo umas das outras, aparecem primeiro nas atividades coletivas e, ao se internalizarem, passam a ocorrer nas atividades individuais (VIGOTSKI, 1998). A interação criança-mundo é fundamental, pois é nesse processo que se desenvolvem a Função Psicológica Cultural, tal como a linguagem. Nesse sentido, é preciso refletir criticamente acerca da normatização e compreensão de um só modo de se desenvolver, de um padrão esperado socialmente.

LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: AS DIFERENTES POSSIBILIDADES DA CRIANÇA COM AUTISMO

A “linguagem origina-se em primeiro lugar como meio de comunicação entre a criança e as pessoas que a rodeiam. Só depois, convertida em linguagem interna, transforma-se em função mental interna” (VIGOTSKI, 1998, p. 114). O desenvolvimento da linguagem é especialmente essencial, pois através dela que a criança se relaciona com o mundo a sua volta, além de possibilitar não só sua comunicação, mas seu processo de abstração e

generalização. A linguagem é um importante “sistema simbólico, construído nas suas relações com seus semelhantes (seres humanos)” (PULINO, 2008, p. 77). São através de gestos, sons e outros símbolos que as pessoas se relacionam com seus pares e com os objetos a sua volta, além de resgatar fatos e imagens não presentes, memorizadas, assim como projetar ações futuras. Logo, a linguagem se torna fundamental nas relações. (PULINO, 2008). Entende-se aqui, que o desenvolvimento humano não é só ascendente ou estático. Na verdade, ele é dinâmico e mutável, está em contínua transformação e depende, especialmente, da mediação social e cultural. Dessa forma, compreende-se que todas as pessoas se desenvolvem sob as mesmas leis e o que muda é o modo como ocorre cada desenvolvimento, a partir das vivências, que são únicas (VIGOTSKI, 2018; VYGOTSKI, 1997). Sendo assim, “a criança cujo desenvolvimento é complicado por um defeito² não é simplesmente uma criança menos desenvolvida (...), mas uma criança desenvolvida de outra forma” (VYGOTSKI, 1997, p. 12, tradução nossa). Com base nisso, é possível afirmar que existem caminhos alternativos para o desenvolvimento. O que se observa é que, possivelmente, uma criança com um desenvolvimento atípico utilize mais esses caminhos, que confluem no processo do desenvolvimento humano como um todo.

Com isso, se faz necessário discutir sobre os diferentes aspectos da comunicação e da diversidade do desenvolvimento humano. Como colocar o desenvolvimento em uma única caixa, em uma regra, quando se sabe que ele é diverso, amplo e singular? Não se desconsidera, aqui, a importância de levar o desenvolvimento a sua maior potência, porém nem tudo que difere do hegemônico está errado ou deve ser corrigido. Sendo assim, se faz necessário debater de forma mais específica, sobre como alguns comportamentos considerados deficitários podem ser parte de uma comunicação social que não é a padrão. No que diz respeito à linguagem da pessoa com autismo, mesmo que atípica, é fundamental validá-la como um dos diferentes modos de interação dentro da diversidade humana existente. Aliás, o que se entende por *atípico(a)* difere de ser disfuncional, ou algo sem significado cultural, pode ser considerado *apenas* diferente.

² É importante pontuar que o termo defeito tem seu tempo histórico e datado, pois era o utilizado à época do autor, início do século XX.

É preciso observar a amplitude da linguagem dentre as suas diferentes formas de expressão. Embora a fala seja um importante signo cultural, não há um padrão para ser desenvolvida, e nem um único jeito certo de ser expressa. Ela proporciona um salto qualitativo no desenvolvimento (VIGOTSKI, 2018), contudo, existem diversas possibilidades de comunicação a partir das diferentes formas da linguagem, como a escrita, o olhar, o sorriso, os gestos, que se permanecem com a função comunicativa. Saliencia-se, aqui, que outras formas de comunicação e linguagem não significa desconsiderar a importância da fala, ou parar de criar possibilidades para o seu desenvolvimento. Ainda assim, “seria um equívoco supor que a ausência de fala, por si só, impeça a comunicação social” (PAOLI & SAMPAIO, 2020, p. 213). O gesto, por exemplo, está na gênese da fala (VYGOTSKI, 2012) e se mantém parte fundamental da comunicação ao longo do desenvolvimento, tendo em vista que carrega diversos significados que são generalizados pela cultura. Além disso, a “atividade simbólica representacional está cheia desses gestos indicativos” (VYGOTSKI, 2012, p. 188, tradução nossa).

Portanto, partindo da concepção de linguagem como parte do processo de interação e (re)construção do sujeito, menciona-se que as práticas interacionais com as crianças com autismo por muitas vezes são superficiais, pois há uma dificuldade das pessoas em compreender a comunicação para além da fala, ou das formas de linguagem culturalmente esperadas (ORRÚ, 2010). O fato é que existem inúmeras maneiras de manifestar interesse, de socializar, de brincar. Entretanto, muitas delas são consideradas não convencionais e acabam sendo qualificadas como disfuncionais. Entende-se que, “o não reconhecimento dos modos de ser e de agir considerados atípicos, como possibilidades desenvolvimentais, acentuam a exclusão e as possibilidades de compartilhamento de valores e ações no mundo coletivo” (ABREU *et al.*, 2021, p. 71). Além disso, a linguagem da criança com autismo pode não estar desenvolvida devido a outras questões, como à ausência de contextualizar a criança em situações de interação social, ou seja, com sentido cultural. Dessa forma, a fala pode se tornar reprodução do que foi ouvido que, por sua vez, não é preenchido de significados que possibilitam a compreensão, a construção e a apropriação do conhecimento (ORRÚ, 2010).

O processo de desenvolvimento da linguagem da criança com autismo, por muitas vezes, não seguirá o caminho esperado, assim como suas diversas

formas de se comunicar. É comum, por exemplo, que a criança com autismo seja separada do espaço de convivência integral com pares e, ao segregá-las, podem surgir diversos obstáculos para o desenvolvimento da sua linguagem. O próprio entendimento de que é preciso existir espaços *especiais*, parte de crenças limitantes e, ao privá-las de oportunidades de (con)vivência, reduz-se também as possibilidades de enriquecimento cultural (ABREU et al., 2021), do *tornar-se humano*. Ainda, se suas singularidades forem “inexploradas, marginalizam-se o desenvolvimento dessas crianças e, a partir de uma crença de que elas não estão prontas, não apresentam pré-requisitos, são submetidas a atividades individualizadas, descontextualizadas, reducionistas” (ABREU et al., 2021, p. 71). Retiram-se as possibilidades da criança com autismo participar de momentos de troca com seus colegas “pelas condições segregacionistas das relações sociais construídas” (BARBATO & MIETO, 2015, p. 104), principalmente em ambiente escolar que poderia propiciar não só condições de ensino, mas sua inclusão efetiva (GONZAGA & BORGES, 2018; BARBATO & MIETO, 2015). Nesse sentido, no que diz respeito às crianças com autismo não oralizadas, a situação pode até se agravar, pois, não havendo a fala, acabam sendo ainda mais isoladas e restritas a um ambiente precário, de exclusão, frente às suas necessidades (ORRÚ, 2010). O que se observa é que, muitas vezes, individualizam o processo de desenvolvimento das crianças com autismo ao invés de possibilitar trocas relacionais, que tanto contribuiriam para o desenvolvimento dessas crianças em diferentes aspectos.

Vale pontuar que, apesar de defender que é imprescindível olhar a singularidade da criança com autismo (ALMEIDA & ALVES, 2020) e entender seus diferentes modos de se relacionar (RIBAS, 2021; BENASSI & RODRÍGUEZ, 2020; PAOLI & SAMPAIO, 2020; OZONOFF et al., 2008), enfatiza-se que se deve valorizar as potencialidades do desenvolvimento a partir de caminhos indiretos (VIGOTSKY, 1977). No sentido contrário ao discurso *patologizante*, como trazem os manuais de diagnósticos, compreende-se que se a comunicação e a interação social forem compreendidas a partir de um processo dialógico e polissêmico, crianças com autismo poderão, então, melhor desenvolver sua linguagem. Podem, ainda, ser auxiliadas por comunicações alternativas, ou seja, considerar outras formas para além da fala, que serviriam como um apoio na construção dos signos, desde que mediadas por outra pessoa. Dessa maneira, possibilita-se a essas crianças a construção de

significados dentro de seus contextos, necessidades específicas e gera a compreensão recíproca entre a criança com autismo e o outro, ambos reconhecidos como sujeitos (ORRÚ, 2010). Além de validar os diferentes aspectos da comunicação e interação social delas, “são possíveis estratégias alternativas eficazes” (PAOLI & SAMPAIO, 2020, p. 213). Sendo assim, propicia-se o desenvolvimento a partir de uma proposta pedagógica não-reducionista, que considera o potencial da criança com autismo, afastando-se de atendimentos que acentuam o treinamento do comportamento, produzidos pelas atuações mecanicistas, centradas no estímulo-resposta. A linguagem deve ser como um espaço que reelabora o indivíduo, enquanto sujeito, como ser histórico e social (ORRÚ, 2010), possibilitando a ele mais autonomia e decisões sobre a própria vida, através da comunicação. As vivências com outras crianças tornam-se fundamentais nesse sentido.

Ribas (2021), ao analisar os diferentes aspectos da comunicação/interação de uma criança com autismo, observa que quando ela está em uma classe de ensino individualizado, não só fica solitária, como perde as oportunidades relacionais que dá maior possibilidade ao desenvolvimento da sua linguagem. Ao observar a mesma criança em uma classe com crianças sem o diagnóstico, a duração e qualidade da sua comunicação e interação se tornam significativamente maiores. Na classe com a professora e outra criança com diagnóstico semelhante, ela apenas observa as pessoas a sua volta, passando a maior parte do tempo fixada a um brinquedo, apenas o manipulando de forma não convencional. Já na classe com crianças de idade próxima, as observa o dobro de vezes, enquanto diminui a aparente necessidade de se restringir aos objetos. Dessa forma, quando “está com pares de desenvolvimento, sua comunicação/interação, e pode-se dizer seu interesse, se volta para as crianças à sua volta, diminuindo seu interesse tão restrito pelos objetos/brinquedos” (RIBAS, 2021, p. 167).

Como mencionado anteriormente, a criança com autismo em classe individualizada ficar boa parte do seu momento de brincadeira apenas observando e manipulando brinquedos, não deixa de ser uma constatação importante, pois demonstra o seu interesse aos brinquedos. Os objetos fazem parte da interação da criança com o mundo e podem potencializar as relações sociais de forma significativa (ELKONIN, 2009; VIGOTSKI, 2008; LEONTIEV, 1998). Os brinquedos tornam-se um elo entre a criança e seu

meio social, sendo importantes interlocutores da cultura (RODRÍGUEZ, 2009; 2012). Apesar disso, é necessário ser feita uma mediação intencional e de qualidade para que o brinquedo se torne um instrumento fundamental no desenvolvimento social da criança com autismo, “como a ponte comunicativa que faz com que ele (re)produza as ações do outro, mesmo sem estar tão conectado à observação do outro inicialmente” (RIBAS, 2021, p. 165). Pesquisas recentes mostram a importância dos usos dos objetos em momentos de brincadeiras, especialmente para crianças com autismo, onde os brinquedos se tornam um interlocutor que auxilia no processo de interação dessas crianças (MANZI *et al.*, 2020), contudo, a depender de como é feita a mediação. Sendo assim, é possível dizer que os objetos e brinquedos se tornam meios importantes de comunicação.

Compreende-se, então, que o brinquedo cumpre seu papel de intercessor na interação entre os pares, mas o protagonismo é o outro, aquele que faz a mediação. (RIBAS, 2021). Os objetos e brinquedos podem “representar um ponto de partida para o estabelecimento de um relacionamento comunicativo com base nas atividades específicas da criança” (MANZI *et al.*, 2020, p. 8, tradução nossa). Ao observar outra pessoa – educadores, crianças, familiares – fazendo usos simbólicos do brinquedo, a criança com autismo tem acesso a um mundo cultural amplo. Passam a (re)produzir ações com significados culturais e diminuem o uso não convencional do brinquedo, que era frequente no seu modo de brincar. Considera-se, então, que esse “observar a ação do outro” também tem um aspecto comunicativo fundamental, já que através dessa ação de se aproximar e observar é que se dá *início a interação social que impulsiona as diferentes formas de linguagem*. Dessa forma, ao seu modo singular, a criança com autismo, “fica próxima, observa os colegas e também é observada (...) que podem ser consideradas tentativas de interagir com as crianças” (RIBAS, 2021, p. 166). Outra pesquisa recente corrobora que a criança com autismo não oralizada representa sua interação e comunicação ao se aproximar e observar, e que é fundamental que essa ação seja validada como uma intenção relacional para que crenças que bloqueiam a interação não sejam colocadas em pauta (MARTINS & MONTEIRO, 2019).

Além disso, Ribas (2021) pontua que, no momento em que a criança com autismo começa a (re)produzir as ações recentemente aprendidas, passa

também a fazer estereotípias³. Enfatiza que esses modos ditos atípicos, devem, na verdade, ser considerados como uma expressão comunicativa em resposta a sua interação e também como uma ação autorreguladora, reflexo dessa troca. A estereotípias faz parte da subjetividade da criança com autismo e é uma das formas de interação e comunicação (ALMEIDA & ALVES, 2020). Da mesma maneira, pode ser vista a ecolalia⁴, que, embora seja frequentemente colocada uma imitação, como uma comunicação repetida e disfuncional sem significado cultural, é muitas vezes auto relatada por adultos com autismo como uma forma de regular informação recebida. Vale pontuar que a imitação é uma das vias fundamentais para o desenvolvimento cultural e “pressupõe uma determinada compreensão do significado da ação do outro. (...) A criança que não sabe compreender não saberá imitar” (VYGOTSKI, 2012, p. 137, tradução nossa). Sendo assim, ninguém apenas imita o que observou e/ou ouviu em seu cotidiano, ela (*re*)produz de forma única. A partir desse entendimento, a criança com autismo pode (*re*)produzir uma palavra ouvida não como uma repetição mecânica, mas para internalizar e compreender o que foi dito em diálogos com outras pessoas.

Nesse sentido, considera-se a ecolalia como uma expressão comunicativa singular da criança com autismo e, também, como uma possibilidade de autorregulação, que pode ter sentidos diferentes para cada pessoa a depender do contexto em que a produz. Por isso, mais uma vez, fica evidente a importância do olhar atento e singular para os diferentes modos de se expressar da criança com autismo (RIBAS, 2021; BENASSI & RODRÍGUEZ, 2020; PAOLI & SAMPAIO, 2020; OZONOFF *et al.*, 2008). A linguagem vai além do ato de se comunicar, já que é uma ferramenta do pensamento que encontra sua unidade com o próprio pensamento no significado das palavras (VIGOTSKI, 2001) desenvolvendo, deste modo, sua capacidade de simbolizar o mundo a sua volta, dando sentido aos processos de interação social e, para si, na forma internalizada necessária ao desenvolvimento das diferentes Funções Psicológicas Culturais (ORRÚ, 2010).

Compreende-se que a linguagem adentra todas as áreas do desenvolvimento humano, orientando a percepção sobre todas as coisas, e do

³ Comportamento repetitivo considerado como disfuncional, segundo o DSM-V (APA, 2014).

⁴ Fala repetitiva, considerada disfuncional, segundo o DSM-V (APA, 2014).

mundo, no qual a pessoa está inserida. É por ela que a criança com autismo, em seu processo de aprendizagem, transforma seu campo de atenção, aprende a diferenciar um determinado objeto de outros existentes, assim como a construir ferramentas internas para integrar estas informações. É pela linguagem, também, que ela modificará seus processos de memória, deixando de ser engessado por uma ação mecânica de memorização, o que facilitará o desenvolvimento de uma atividade consciente que organiza o que deve ser lembrado. A linguagem pode proporcionar à criança com autismo maior qualidade no seu processo de desenvolvimento da imaginação. Igualmente, serão constituídas de maneira concreta e contextual as formas de pensamento que terão maior generalização em seu cotidiano, a partir das experiências vivenciadas nas relações sociais de onde os conceitos são formulados (ORRÚ, 2010).

O BRINCAR E A AMIZADE DA CRIANÇA COM AUTISMO: OS ASPECTOS COMUNICATIVOS SINGULARES

A brincadeira é a atividade-guia nos primeiros anos da vida da criança sendo, assim, fundamental no desenvolvimento infantil, pois é a partir dela que a criança toma consciência do mundo cultural a sua volta (ELKONIN, 2009). E no que diz respeito ao brincar de crianças com autismo, muitas pesquisas mostram a necessidade e importância singular dessa atividade, que é essencialmente social no processo de desenvolvimento dessas crianças. Porém, o que acaba acontecendo é que, muitas vezes, elas são restritas de momentos de brincadeiras pelo estigma de que tenham dificuldades na comunicação e na interação social (RIBAS, 2021; PAOLI & SAMPAIO, 2020; MARTINS & MONTEIRO, 2019; GONZAGA & BORGES, 2018; SILVA & SILVA, 2017; WOLFBERG et al., 2015; WOLFBERG *et al.*, 2012). Entende-se que “ao invés de se intensificar as crenças de que crianças com autismo não brincam por conta das dificuldades sociais, deve-se usar as atividades sociais como meios de desenvolvimento, a brincadeira como um caminho alternativo” (RIBAS, 2021, p. 151). Nesse sentido, é importante (re)pensar esses modos singulares no brincar, pois são comuns os relatos de que as crianças com autismo até brincam, mas não o fazem na forma social. “Leva-se a crer que designaram – sabe-se lá quem – o que é e o que não é brincadeira para uma criança. Como

isto é possível se a brincadeira é uma atividade da infância, única e singular?” (RIBAS, 2021, p. 15). É preciso considerar a diversidade de aspectos na comunicação/interação dessas crianças em suas relações sociais (BENASSI & RODRÍGUEZ, 2020; PAOLI & SAMPAIO, 2020; OZONOFF *et al.*, 2008), validando a subjetividade da criança com autismo (ALMEIDA & ALVES, 2020) e seus modos brincantes.

Determinadas crenças criam obstáculos do olhar para além do diagnóstico e levam, frequentemente, à reprodução mecânica e errônea de relatos cheios de pré-conceitos, como comparações em brincadeiras de uma criança com autismo com outra criança com desenvolvimento típico. Como exemplo, “quando a criança sem o diagnóstico enfileira carrinhos, dizem ‘*olha! O engarrafamento*’, mas quando uma criança com autismo faz o mesmo costuma se ouvir ‘*olha! Um comportamento restrito e estereotipado*’ (RIBAS, 2021, p. 15). Por isso, “vale indagar como as pessoas se relacionam e significam o mundo dessas crianças com o chamado TEA e o que poderia ocorrer se, ao invés de enfatizar um déficit, fossem feitas mediações” (RIBAS, 2021, p. 16). Em estudo longitudinal estadunidense (WOLFBERG *et al.*, 2012), os autores sugerem que os déficits relacionados às dificuldades no brincar são reflexos do isolamento social. Entendem que, se os modos atípicos de brincar fossem considerados uma tentativa de interação, poderiam se tornar um caminho para desenvolver as relações dessas crianças com outras pessoas, assim como sua comunicação e linguagem. Trazem como exemplo que, “uma criança com autismo que opte por se esconder embaixo de um cobertor pode oferecer aos outros uma oportunidade de interpretar esse comportamento como um desejo de brincar de esconde-esconde com outras crianças” (WOLFBERG *et al.*, 2012, p. 62, tradução nossa).

Dessa forma, “é possível dar saltos qualitativos no processo de desenvolvimento da brincadeira e assim, no desenvolvimento infantil, ainda que se precise insistir um pouco mais” (RIBAS, 2021, p. 150). Em um trecho da pesquisa, essa autora pontua que quando a criança com autismo está entre pares, ocorrem oportunidades relacionais, tanto de interação como de comunicação, a partir do brincar. Também, foi observado que a colega com desenvolvimento típico dá início a brincadeira e convida a criança com autismo a participar. Mesmo que, em um primeiro momento, a criança pareça não entender como brincar de faz de conta, o qual necessita de um nível de

abstração significativo, é a partir da interação da amiga, que insiste que ela participe da brincadeira e que demonstra com gestos e expressões comunicativas e metacomunicativas como *é brincar*, que a criança com autismo passa a brincar (RIBAS, 2021). Mesmo que ainda não tenha se apropriado de tantas expressões culturais como a colega, a criança com autismo aprende a brincar brincando, *em coletivo*. Tudo isso, a partir das diferentes formas de comunicação entre ela e sua colega. Assim, há também, conseqüentemente, desenvolvimento exponencial nos diferentes aspectos da sua comunicação e da linguagem.

Conclui-se que “é questionável a afirmação de que o déficit no brincar da criança com autismo é intrínseco ao seu diagnóstico, pois parece ser um reflexo das suas oportunidades relacionais e da construção de significados” (RIBAS, 2021, p. 180), propiciadas por outra pessoa mais experiente, em seus momentos de brincadeiras. Assim, não devemos só nos perguntar como brincam as crianças com autismo, “precisamos refletir como nós brincamos e nos relacionamos com elas, além de quais oportunidades, espaços e objetos/brinquedos lhe estão sendo disponibilizados com o intuito de proporcionar e impulsionar seu desenvolvimento” (RIBAS, 2021, p. 180). O fato é que brincar é essencialmente um caminho alternativo e, por isso, é preciso compreender todos os possíveis aspectos da comunicação/interação da criança com autismo nessa atividade, para que não se perca nenhuma oportunidade que possa surgir nas relações sociais.

A brincadeira é, por si só, uma atividade que possibilita o desenvolvimento da linguagem e da comunicação e, também, uma maneira da criança falar de si. A partir de gestos, expressões, sons, palavras, ações, a criança mostra suas emoções, pensamento e até seu processo imaginativo. Cabe ao outro – pessoa mais experiente – se aproximar desses sinais para compreendê-los melhor, sejam esses modos comunicativos convencionais ou não. Nesse mesmo sentido, é preciso que sejam feitas mediações das formas singulares de se comunicar dessas crianças, assim como significar o meio social ao seu redor, para que seja possível construir uma nova prática social democrática, em que todos estejam inclusos. O ser humano “cria suas próprias condições de existência social da mesma forma que cria suas condições de existência material” (SIRGADO, 2000, p. 54). Sendo assim, o brincar contribui para a construção dessa relação dialética criança com autismo e o mundo a sua volta e

“promove abertura para mudanças e transformações, assim como para a permanência de interações democráticas, pois entre amigos constrói a reciprocidade” (BARBATO & MIETO, 2015, p. 95).

No momento em que as crianças brincam, compartilham interesses e começam a formar laços e confiança. Assim, a partir do brincar elas aprendem sobre maneiras particulares de agir enquanto estão juntas (ADAMS & QUINONES, 2020). Nesse sentido, a brincadeira tem sido referenciada em pesquisas como uma maneira de proporcionar à pessoa a possibilidade de entrar no mundo da cultura, das práticas sociais e da construção de si, favorecendo também a formação da amizade e a sua manutenção (MERIZIO & ROSSETTI, 2017). Na primeira infância, o brincar implica em interações preferenciais de intimidade e afeto, o que, por sua vez, aparece nas relações de amizade como o principal caminho em que crianças reconhecem seus(suas) amigos(as). Em contrapartida, na segunda infância as crianças descrevem a amizade a partir de fatores que envolvem aceitação social, compreensão e fidelidade (SILVA & GARCIA, 2008). Para elas, a amizade é apenas a pessoa estar, de fato, na relação, ou seja, amizade é ter amigos(as) sem envolver ações vinculadas a essa relação, como, por exemplo, fazer coisas juntos(as) (RICARDO & ROSSETTI, 2011). O que se observa é que o brincar possibilita “espaço de descontração onde os alunos estabeleceram novas relações, novas descobertas que permitiram o seu aprendizado e o desenvolvimento a partir dessas mudanças, nas relações entre professora e aluno e aluno-aluno” (PEDROZA 2005, p. 75). A criança com autismo não só aprende a brincar nesses processos relacionais, mas constrói afeto e amizade com seus pares.

Ter um olhar cuidadoso para a amizade na infância se faz importante por ela ser uma forma de socialização significativa e contribuinte para o desenvolvimento de alguns aspectos na criança, dentre eles: afetividade; inteligência; empatia; autoconfiança; autoestima; bem-estar; ajustamento no ambiente escolar; estabilidade emocional; rendimento escolar; sentimentos de segurança para agir e se portar diante de situações corriqueiras e novas; estabelecimento de relações de cooperação e reciprocidade; e exercício do respeito mútuo (ADAMS & QUINONES, 2020; MERIZIO & ROSSETTI, 2017; RICARDO & ROSSETTI, 2011; GARCIA, 2005). Na literatura, o termo amizade possui definições distintas entre pesquisadores, abordagens

teóricas e para diferentes momentos do desenvolvimento da pessoa. No entanto, há um consenso entre autores de que o termo “amizade” esteja atrelado à noção de atratividade recíproca, sensação de bem-estar, sentimento de igualdade e de escolha mútua e voluntária (SENA & SOUZA, 2010). Vale salientar que em pesquisa, Garcia (2005) aponta que cada deficiência afeta a amizade de modo particular, mas, geralmente, não a impede. No caso de crianças com autismo, o autor destaca que “as amizades são de qualidade inferior, faltando companheirismo, segurança, confiança e ajuda, trazendo menor satisfação” (GARCIA, 2005 p. 289). Baker-Rogers (2018) discute que, embora a amizade não seja diretamente mencionada nos critérios diagnósticos do DSM-V (APA, 2014), eles incluem referências à sociabilidade em termos de “déficits persistentes na interação social”, “abordagens sociais anormais”, “compartilhamento reduzido de interesses”, “falha em iniciar ou responder a interações sociais” e “funcionamento anormal na interação social recíproca”. Apesar disso, entende-se que essas referências perpetuam a concepção binária da sociabilidade da criança com autismo e relação às neurotípicas (BAKER-ROGERS, 2018).

Ainda, a necessidade de socializar foi defendida por Baker-Rogers (2018), ao pesquisar sobre o significado de sociabilidade e amizade na perspectiva de adolescentes com autismo. O resultado de tal pesquisa mostrou que eles desejam socializar, fazer amigos e manter amizades. E, apesar de seus sucessos nas amizades, os indivíduos desconfiam de suas habilidades sociais que são de alguma forma diferente, por se compararem às habilidades e qualidades de pessoas neurotípicas, considerando-as como o único caminho confiável para fazer amigos e manter amizades. Ou seja, maneiras qualitativamente diferentes de se relacionar e por este motivo não são consideradas amizade, por serem diferentes do que se entende por amizade padrão ou hegemônica. No mesmo estudo, também foi exemplificado, em uma entrevista, que um adolescente com autismo gostava de ficar em silêncio com amigos/as. Segundo ele, aquele momento era uma forma de sentir afeto e acolhimento, e, até mesmo, ser uma maneira de se comunicar, assim como podem existir infinitas possibilidades de se estar junto de amigos/as, de criar e manter amizades que ainda não foram estudadas (BACKER-ROGERS, 2018). Contudo, há um problema envolvido nessa situação, pois o conceito de amizade, que se tem como consenso na literatura e culturalmente também, não levou em consideração as vivências e

impressões sobre amizade de pessoas com autismo e outros transtornos do desenvolvimento. O único caminho que os restou foi, novamente, ficarem fora de tais discussões e serem consideradas pessoas com “déficits”, e não pessoas que se relacionam de maneiras diferentes.

Além dessa, todas as constatações feitas aqui mostram a importância de refletir criticamente sobre como estamos entendendo, enquanto sociedade, os processos de interação, comunicação e linguagem da criança com autismo. Definitivamente, é preciso olhar para essas crianças para além do que se descreve em manuais diagnósticos. Ribas (2021) questiona se a criança com autismo é compreendida com um brincar disfuncional, tendo em vista as dificuldades descritas no manual, ou se são as crenças que são permissivas ao afastamento dessas crianças e induzem a esse olhar deficitário. *Aqui, então, propõe-se ir além*: questionamos se a comunicação e a interação da criança com autismo é mesmo disfuncional como preconiza o manual diagnóstico, ou se, na verdade, *quanto menos se considera seus aspectos comunicativos singulares como expressões válidas e de direito, mais se potencializa seu afastamento social e mais seus modos são considerados cheios de não-significado cultural*.

CONCLUSÃO

Conclui-se que é possível afirmar que a criança se desenvolve de diferentes formas, de maneira integral, a partir da cultura em que está inserida, sociedade e instituição, através da interação com outras pessoas, não sendo determinada somente por fatores biológicos. Assim, o papel do outro se torna essencial, um agente que significa o mundo e a cultura (VYGOTSKI, 1997). Portanto, vale ressaltar que as formas em que o adulto – ou uma criança mais experiente – irá interagir com a criança com autismo irá fazer diferença – positiva ou negativa – em sua vida. Por este motivo, se faz extremamente importante que o outro, ao se relacionar com uma criança com autismo, compreenda as diferentes formas de comunicação, tente se aproximar do que ela pensa e sente, se colocar em seu lugar, esteja aberto a estabelecer novas formas de interação, não piores e nem melhores, *apenas diferentes*. Ao mesmo tempo, é preciso ser criativo e mostrar também o seu mundo e o da cultura, proporcionando caminhos alternativos para auxiliar no processo de desenvolvimento biopsicossocial da criança. Esses caminhos culturais podem

ser proporcionados por ações de caráter instrumental, técnico e simbólico (SIRGADO, 2000). *Assim, a criança com desenvolvimento atípico também pode ser produtora de cultura e modificar, então, as condições de existências sociais. Condições essas mais justas e mais democráticas.*

A criança com desenvolvimento típico contribui ativamente para que o colega com autismo (re)produza de forma autoral a comunicação iniciada em suas interações sociais. A troca entre crianças com autismo e pares de desenvolvimento, é benéfica não só para crianças com autismo, mas para todas as crianças (WOLFBURG et al., 2015; WOLFBURG et al., 2012). Sendo assim, mostra-se urgente oportunizar espaços coletivos com pares de desenvolvimento típico para que ocorram trocas e interações impulsionadoras.

A “maneira como a criança interage dentro e através de contextos e a maneira como os adultos na vida da criança apoiam ou dificultam as interações sociais e moldam a natureza das amizades, que afetam como a criança aprende e se desenvolve” (ADAMS & QUINONES, 2020, p.10, tradução nossa). O que se observa é que é preciso olhar para criança com autismo sem reduzi-la a treinamentos de habilidades de comunicação, e sim possibilitar sua constituição enquanto criança, a partir do desenvolvimento da linguagem, da interação social, de sua contextualização histórica. Nessa perspectiva, encontrar caminhos alternativos no brincar e nas relações de amizades entre crianças com autismo e pares de desenvolvimento, possibilita a (re)construção da linguagem que ela traz consigo e de (re)produção de significações, geradas na relação com o outro, em ambientes culturalmente contextualizados (ORRÚ, 2010).

Através dessas reflexões, sobre as possibilidades existentes a partir do brincar e da amizade, é possível ter uma visão valiosa sobre a aprendizagem e o desenvolvimento e, conseqüentemente, também sobre linguagem e comunicação. Vale pontuar, ainda, que, da mesma forma que o meio pode ser permissivo negativamente, ele também pode ser impulsionador do desenvolvimento. Basta ter um olhar para além do diagnóstico, não estigmatizar, estar aberto para novas formas de comunicação e linguagem. Compreende-se, aqui, o direito do ser e vir-a-ser como expressão de si mesmo, nos diferentes aspectos da comunicação, linguagem e interação. Tal pressuposto é fundamental para potencializar o desenvolvimento e não deveria importar tanto que esse processo ocorra por caminhos alternativos. É fundamental validar a diversidade humana existente.

REFERÊNCIA

- ABREU, Fabrício Dias de Abreu; PAOLI, Joanna; RIBAS, Luana de Melo & LIMA, Maria do Socorro Martins. O brincar no contexto da escola inclusiva. In: DISTRITO FEDERAL. *O brincar como direito dos bebês e das crianças*, SEEDF/SUBEB/DIINF, p. 71-76, 2021.
- ADAMS, Megan; QUINONES, Gloria. Collaborative Pathways to Friendship in Early Childhood a Cultural-Historical Perspective. *Routledge*, 2020.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (5ª ed.). *Artmed*, 2014.
- ALMEIDA, Tainá Mani; ALVES, Priscila Pires. Intervenções dialógicas no trabalho com pessoas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Valore*, v. 5, p. 171-180, 2020.
- BAKER-ROGERS, Joanna. *Autism, sociality and friendship: a qualitative enquiry*. Tese de Doutorado. Sheffield Hallam University. 2018.
- BARBATO, Silviane; MIETO, Gabriela Souza de Melo. O brincar, a construção de conhecimentos e a convivência. In SILVA, Daniele Nunes Henrique, ABREU, Fabrício Santos Dias (Orgs), *Vamos brincar de quê? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil*, p. 91-110, 2015.
- BENASSI, Julia; RODRÍGUEZ, Cintia. The genesis of shared reference. A pragmatic perspective of autism (Génesis de la referencia compartida. Una mirada pragmática sobre el autismo). *Journal for the Study of Education and Development*, v. 43, n. 4, p. 779-792, 2020.
- BRASIL. *Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão*. Brasília: 2015
- BRASIL. *Lei 12.746, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Brasília: 2012

- ELKONIN, D. B. *Psicologia do jogo*. Martins Fontes, 2009.
- GARCIA, Agnaldo. Psicologia da amizade na infância: uma revisão crítica da literatura recente. *Interação em Psicologia*, v. 9, n. 2, 2005.
- GONZAGA, Mariana Viana; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Tipos de situação de inclusão: uma nova proposta de adaptação curricular para crianças com TEA. In GONZAGA, Mariana Viana; BORGES, Adriana Araújo Pereira (Orgs), *Toda criança pode aprender: o aluno com autismo na escola*, v. 1, p. 163-186, 2018.
- LEONTIEV, Alexis N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In VIGOTSKI, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis, N (Orgs), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*, v. 5, p. 119-142, 1998.
- MANZI, Federico; SAVARESE, Giulia; MOLLO, Monica; IANNACCONI, Antonio. Objects as communicative mediators in children with autism spectrum disorder. *Frontiers in Psychology*, v. 11, p. 1269, 2020.
- MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Bacelar. Interações de alunos com Transtorno do Espectro Autista na escola. *Comunicações*, v. 25, n. 3, p. 271-291, 2019.
- MERIZIO, Lorena Queiroz; ROSSETTI, Claudia Broetto. Brincadeira e amizade: um estudo com alemães, brasileiros e libaneses. *Psicologia Argumento*, v. 26, n. 55, p. 329-339, 2017.
- ORRÚ, Sílvia Ester. Contribuciones del abordaje histórico-cultural a la educación de alumnos autistas. *Humanidades médicas*, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2010.
- OZONOFF, Sally; MACARI, Suzanne; YOUNG, Gregory; THOMPSON, Megan; GOLDRING, Stacy; ROGERS, Sally. Atypical object exploration at 12 months of age is associated with autism in a prospective sample. *Autism*, v. 12, n. 5, p. 457-472, 2008.

- PAOLI, Joanna de; SAMPAIO, Juarez Oliveira. Atenção Atípica no Transtorno do Espectro Autista: Reflexões voltadas à intervenção. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v. 7, n. 2, p. 206-215, 2020.
- PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, v. 17, n. 2, p. 61-76, 2005.
- PULINO, Lucia. Helena Cavasin Zabotto. A Teoria Sócio-Histórica de Vygotsky. In MACIEL, Diva Maria Albuquerque; PULINO, Lucia. Helena Cavasin Zabotto (Orgs), *A Psicologia e a Construção de Pensamento*, p. 72-90, 2008.
- RIBAS, Luana de Melo. O processo criador da criança com autismo em espaços brincantes: imaginação-emoção e o coletivo *Dissertação, Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, Instituto de psicologia, Universidade de Brasília, 2021*
- RICARDO, Lorena Santos; ROSSETTI, Claudia Broetto. O conceito de amizade na infância: uma investigação utilizando o método clínico. *Construção psicopedagógica*, v. 19, n. 19, p. 82-94, 2011.
- RODRÍGUEZ, Cíntia. O nascimento da inteligência: do ritmo ao símbolo. *Artmed*, 2009.
- RODRÍGUEZ, Cíntia. The functional permanence of the object: A product of consensus. *After piaget*, v. 1, p. 123-150, 2012.
- SENA, Soraya Soraya da Silva; SOUZA, Luciana Karine de. Amizade, infância e TDAH. *Contextos Clínicos*, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2010.
- SILVA, Glauce Reis da; GARCIA, Agnaldo. Os primórdios da amizade na infância: a perspectiva materna. *Paidéia*, v. 18, n. 41, p. 591-604, 2008.
- SILVA, Maria Angélica da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. O jogo de papéis e a criança com autismo na perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, v. 22, n. 3, p. 485-496, 2017

- SIRGADO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 71, p. 45-78, 2000.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual da criança escolar. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In VIGOTSKI, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis, N (Orgs), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*, v. 5, p. 103-118, 1998.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, v. 8, n. 1, p. 23-36, 2008.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. *Sete aulas de LS Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. *Obras ecogidas V - Fundamentos da defectologia*. Visor Distribuicones, 1997.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. *Obras ecogidas III - Problema del desarrollo de la psique*. Machado Nuevo Aprendizaje, 2012.
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. *A Construção do Pensamento e da linguagem*. Martins Fontes, 2001.
- WOLFBURG, Pamela; BOTTEMA-BEUTEL, Kristen; DEWITT, Mila. Including Children with Autism in Social and Imaginary Play with Typical Peers: Integrated Play Groups Model. *American Journal of Play*, v. 5, n. 1, p. 55-80, 2012.
- WOLFBURG, Pamela; DEWITT, Mila; YOUNG, Gregory; NGUYEN, Thanh. Integrated play groups: Promoting symbolic play and social engagement with typical peers in children with ASD across settings. *Journal of autism and developmental disorders*, v. 45, n. 3, p. 830-845, 2015.

CAPÍTULO 6

NARRATIVAS MULTIMODAIS NO PROCESSO DE (CO)CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: EM CENA UM ESTUDANTE AUTISTA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alex Bezerra Leitão

PALAVRAS INICIAIS

Este estudo tem por objetivo analisar como sentidos são (co)construídos durante a interação, a partir da produção textual de uma narrativa multimodal, de um estudante autista de português brasileiro como língua materna. Destaco que, antes de analisar esse processo de construção de sentidos, inspirado em Foucault (1996 [1971]), problematizo o termo ‘competência’ em relação ao que se espera de pessoas autistas, uma vez que ordens de discurso neurotípicas impõem o modo como devemos atuar a partir do estatuto interacional hegemônico da tipicidade humana. Por conseguinte, sob a orientação teórica de Kramsch (1986) e de Young (2008), pressuponho que sentidos são construídos mediante diferentes recursos linguístico-semióticos, instanciados além do processo comunicacional e da noção de ‘competência’, uma vez que a negociação de tais sentidos ocorre na/pela interação com o outro.

Metodologicamente, afilio-me a pressupostos da pesquisa qualitativa, em conformidade com Denzin e Lincoln (2006 [2003]), lançando mão, para tanto, da etnografia (HEATH; STREET, 2008), para a composição do *corpus* de pesquisa. Os procedimentos/instrumentos para a geração de dados foram os seguintes: a modalidade da observação do pesquisador (FETTERMAN, 1998), a gravação de vídeos (FLICK, 2009), a geração de narrativas multimodais (MELO-PFEIFER, 2015) e a realização de entrevista semiestruturada (ROSA; ARNOLDI, 2006) com o aluno autista.

Os resultados deste estudo apontaram que narrativas multimodais no ensino de português brasileiro como língua materna com estudantes autistas

são um caminho possível para direcionar a (co)construção de sentidos que transcendem recursos linguístico-semióticos voltados apenas para a expressão oral ou para a produção escrita, rompendo com a noção de estudantes competentes. Por conseguinte, há a necessidade premente de darmos visibilidade às semioses (não)linguísticas, com vistas a aprimorar o gerenciamento da (co)construção de sentidos no âmbito da educação inclusiva.

DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA AO ESTATUTO INTERACIONAL CAPACITISTA

O que significa dizer que pessoas autistas são competentes ou têm competência em uma língua? Como promover território para a (co)construção de sentidos? Como múltiplas semioses se articulam para a orquestração de significados interacionais no âmbito da educação inclusiva? Essas são perguntas que direcionam a discussão desta seção.

O termo competência tem sido debatido por diversos/as estudiosos/as, desde que o conceito de competência linguística foi introduzido por Chomsky (1978 [1965]). Nas palavras do autor, a competência linguística

tem como objeto um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efectiva, não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos). (CHOMSKY, 1978 [1965])

Dessa forma, Chomsky (1978 [1965]) diferencia a competência – conhecimento gramatical inato que temos em nossas mentes – de desempenho – implementação dos atos de fala de um/a falante idealizado/a, inserido/a em uma comunidade linguística homogênea. No entanto, ao postular sobre a existência de um/a falante idealizado/a de língua materna, o autor (1978 [1965]) não se aproxima do/a falante real, inserido/a em um contexto sociocultural, podendo, inclusive, ser neurodiverso/a, por exemplo.

Essa noção proposta por Chomsky (1978 [1965]) foi criticada por Hymes (1972, p. 55), que entende que “a restrição de competência às noções de comunidade homogênea e o conhecimento perfeito e independente de

fatores socioculturais é uma suposição simplificadora” para que possamos determinar sujeitos com certa competência comunicativa em sua língua materna. Por conseguinte, Hymes (1972) sugere a necessidade do estudo da dimensão sociocultural da competência comunicativa, já que as ideias de Chomsky vislumbram o estudo de estruturas, “depreciando o uso” (HYMES, 1972, p. 56) da língua.

De acordo com Hymes (1972), crianças adquirem conhecimento de sentenças não apenas gramaticais, mas também apropriadas ao uso. Ou seja, a dimensão sociocultural da competência comunicativa é adquirida na infância por crianças que adquirem a competência a respeito de quando, com quem, o que e como conversar, tornando-se “capaz de realizar um repertório de atos de fala, de participar de falas e de avaliar sua realização” (HYMES, 1972, p. 60), sendo diretamente influenciadas por fatores socioculturais. Ou seja, para o autor (1972), a fala se ajusta discursivamente pela dimensão sociocultural da competência comunicativa e todas as pessoas se tornariam, desse modo, competentes comunicativamente.

Entendo que Hymes (1972) não direcionou seus postulados sobre o que seria uma pessoa autista competente. No entanto, o fato de que pessoas autistas possam não desenvolver a fala ou não se interessarem por participarem de determinados atos de fala não as torna menos competentes comunicativamente. Dito de outra forma, não podemos assujeitar-nos à conclusão apressada de que a dimensão sociocultural estaria prejudicada pelo fato de uma pessoa autista não se enquadrar no modo operacional a partir de regras comunicacionais impostas por pessoas neurotípicas.

Nesse sentido, não podemos reduzir a competência sociocultural à fala, contextualmente localizada no plano verbal, ou ao interesse da pessoa autista em interagir. Em vez de privilegiarmos o discurso verbal e o entendimento de regras discursivas socialmente estabelecidas, parece-me mais interessante a difusão do que se entende como Comunicação Aumentativa e Alternativa (BONOTO, 2016), além do pressuposto de que existem atividades de interesse que, de acordo com o contexto intersubjetivo (VAN DIJK, 2012 [2011]) de cada pessoa autista, em contato direto com neurotípicos/as, são potencializadores do estabelecimento da dimensão sociocultural da competência.

Baseados na dimensão sociocultural apontada por Hymes (1972), Canale e Swain (1980), Canale (1983), Van Ek (1986), Bachman (1990), Almeida Filho (1993) e Celce-Murcia (2007), entre outros/as autores/as, propõem sub(sistemas) e sub(competências) da competência comunicativa, que estão atreladas à área do ensino e da aprendizagem de línguas. Não tenho a intenção de explorar cada um dos modelos desses/as pesquisadores/as, haja vista que meu interesse reside apenas sobre o estatuto da competência interacional; entretanto, resalto que esses estudos serviram de base para o desenvolvimento do que entendemos sobre tal competência.

De acordo com Gumperz (1997 [1992]), o conhecimento adquirido pelo contato pessoal com o outro em situações que exigem constante *feedback* é uma pré-condição para a participação ativa do processo comunicacional. Dessa forma, o conhecimento interacional não é facilmente adquirido apenas com leituras ou mediante instruções de o que falar e de o que responder em sala de aula, por exemplo, sob a égide da tríade falante-mensagem-receptor. Ainda segundo o Gumperz (1997 [1992], p. 45), atividades interacionais são culturalmente localizadas e especificamente situadas no espaço e no tempo, além de que “nem todos os problemas de contato inter-étnico são comunicativos por natureza. Fatores econômicos, diferenças de metas e aspirações, assim como outros fatores históricos e culturais, podem estar em questão”.

Albuquerque (2015, p.103) alerta que “apesar de o estudo da competência comunicativa transcender os limites gramaticais” e ser operacionalizado por estudiosos/as que trabalham com subsistemas da competência comunicativa, essa prática ainda se fixa na perspectiva do significado e da interpretação que lhe concerne. É exatamente nesse aspecto que Gumperz (1997 [1992]) sugere que estudos sobre a competência comunicativa devem se concentrar em aspectos do significado e da interpretação de forma mais genérica, a fim de transcender questões específicas, sistêmicas e gramaticais, não entendendo a competência comunicativa apenas como significação de eventos linguísticos pontuais e isolados. Ou seja, para Gumperz (1997 [1992]), a competência comunicativa deveria articular questões intersubjetivas, culturais e historicamente situadas a partir do contato face a face dos sujeitos, o que nos permite aproximá-lo, como explica Albuquerque (2015, p. 103), “da esfera sociopragmática, atuando na rede de

sentidos veiculada na atividade sociointeracional” e, conseqüentemente, de estudos interacionais da competência.

No âmbito dessas discussões, Kramsch (1986) cunha o termo competência interacional, que se contrapõe tanto à ideia inatista de competência linguística de Chomsky (1978 [1965]) quanto à noção de competência comunicativa, em consonância com Hymes (1972) e seus/suas seguidores/as. De acordo com Kramsch (1986, p. 367), a interação não pressupõe apenas a partilha de conhecimento de mundo em referência ao terreno externo comunicacional, mas também “a construção de um contexto interno compartilhado ou esfera intersubjetiva que é construída mediante esforços colaborativos interacionais entre os pares”. Desse modo, a competência interacional não se fixa em elementos estáveis e preexistentes do processo comunicacional, mas sim em construções discursivas dinâmicas que estão em um *continuum* e que se estabelecem antes, durante e depois da interação negociada e (co)construída entre os pares.

De acordo com Young (2008), a diferença entre a competência comunicativa e a interacional reside no fato de que a primeira reconhece a competência como uma habilidade pertencente a um sujeito que a emprega em determinado contexto, enquanto a segunda reconhece que o contexto social envolve pelo menos duas pessoas, variando intersubjetivamente de acordo com o que elas fazem mutuamente durante a interação estabelecida entre ambas as partes. Nesse sentido, a competência interacional não parte da ideia de que ela é uma habilidade individual, mas sim uma construção sistêmica, coletiva e social.

Em conformidade com Young (2008, p. 101), a competência interacional ocorre por meio de “recursos linguísticos [relacionados à linguagem, às identidades] e interacionais pelos participantes em contextos nos quais eles são empregados”. Esses recursos são empregados mutuamente e reciprocamente pelos/as participantes em práticas sociais e variam de acordo com a ação e com os sujeitos envolvidos, distanciando-se, portanto, da visão da competência comunicativa, cujas (sub)competências, ainda que tenham aspecto dinâmico, focalizam no processo comunicacional e na individualidade do sujeito.

Young (2008) ainda explica que a base da competência interacional é a intersubjetividade, conhecimento compartilhado e (co)construído na cena

interacional. Esse conhecimento é o que sustenta o engajamento situacional e, conforme Kramsch (1986), é o meio pelo qual sujeitos, participantes mútuos do mesmo tempo, da seleção dos/as próximos/as interagentes e dos interesses dos membros da audiência, identificam unidades de turnos construídos e se projetam em direção à sua emancipação.

Em relação ao autismo, cabe destacar que essa (co)construção de sentidos encontra barreiras interacionais do que é socialmente aceito e esperado pelos/as participantes da cena conjunta, uma vez que ordens de discurso, entendidas por Foucault (1996 [1971], p. 18) como “uma espécie de pressão e de poder de coerção”, são impostas e controladas pelo estatuto interacional neurotípico. Esse estatuto dita a forma como a atenção mútua, o ritmo compartilhado, as expressões faciais, as emoções verbais e não verbais devem ser (co)construídas, colaborando, portanto, para a manutenção do capacitismo.

Além de problematizar o estatuto interacional sob a égide de ordens de discurso (FOUCAULT, 1996 [1971]) neurotípicas, neste artigo também questiono o lugar da competência nos estudos linguísticos em relação ao autismo. Apesar de eu compartilhar da ideia de que a competência interacional amplia as noções de competências linguística e comunicativa, dado a dinamicidade do *continuum* de nossas construções discursivas, o termo ‘competência’ carrega em si certo capacitismo. Dito de outra forma, o termo ‘competência’, tanto nos estudos comunicativos quanto nos interacionais, debruça-se sobre a presunção do acionamento de uma instância comunicacional ou interacional que ainda está ancorada em ordens de discurso hegemônicas neurotípicas. Assim sendo, neste artigo, adoto a ideia de que a (co)construção de sentidos, amparado nos estudos sociointeracionais, mobiliza ações conjuntas potencializadoras de uma possível emancipação dos sujeitos, transcendendo o entendimento da tríade emissor-mensagem-receptor dos estudos comunicacionais. No entanto, refuto a noção de ‘competência’, haja vista a presunção de capacidades que se hospeda por detrás de ordens de discurso neurotípicas e, conseqüentemente, capacitistas.

Por fim, ao rejeitar princípios de uma suposta competência, armadilha capacitista que acaba julgando quem é capaz ou não, acredito que uma abordagem de ensino do português como língua materna que privilegie recursos linguístico-semióticos instanciados no processo de construção de

sentidos pode nos revelar pistas de como gerenciar ações no âmbito da educação inclusiva.

DO PERCURSO METODOLÓGICO

A geração de dados, amparado no paradigma da pesquisa qualitativa interpretativista, em consonância com Denzin e Lincoln (2006 [2003], p. 291), supõe que “o significado da experiência humana nunca possa ser plenamente revelado”. Ou seja, a interpretação de significados da realidade complexa e dinâmica está relacionada à partilha de uma atenção sensível e em perspectiva. Assim sendo, além de este estudo se ancorar no âmbito da pesquisa qualitativa, lanço mão da abordagem etnográfica que, segundo Heath e Street (2008, p. 21), pressupõe o rastreamento, a descrição e a enumeração de “modalidades como recursos semióticos e suas combinações”.

O *corpus* desta pesquisa é composto pelos seguintes procedimentos/instrumentos para a geração de dados:

- i. minha observação participante como pesquisador, registrada em notas de campo, que segundo Fetterman (1998) constitui uma postura de investigação que leva o/a pesquisador/a a se reconhecer como parte da realidade investigada;
- ii. gravação de vídeo, que de acordo com Flick (2009) é um instrumento que permite o registro de eventos de forma mais “naturalista”, após ser autorizada mediante a assinatura do Termo de Assentimento dos/as estudantes menores de 18 anos, e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelos/as seus/suas respectivos/as responsáveis;
- iii. a geração de narrativas multimodais que, em consonância com Melo-Pfeifer (2015, p. 2), permite que “cores usadas, distribuição de elementos e objetos no papel, presença de adultos, de outros estudantes e de outras línguas” sejam representadas, revelando sentimentos e autopercepções dos/as aprendizes sobre suas experiências em contextos marcados pela língua e pela cultura; e
- iv. a realização de entrevista semiestruturada que, em conformidade com Rosa e Arnoldi (2006), caracteriza-se

como sequência flexível de perguntas para que possamos compreender o mundo a partir da experiência do outro.

Os dados deste estudo foram gerados durante uma aula de português como língua materna em uma escola pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), em uma turma do 1º ano do Ensino Médio, no âmbito da educação inclusiva. A turma era composta por 22 alunos/as, que tinham, em média, entre 14 e 15 anos de idade.

Os/as pseudônimos dos/as colaboradores/as de pesquisa que fizeram parte deste estudo são: Rafael, Maria, Lucas, Júlia, Paula e Miguel. Nessa turma, Rafael é o estudante autista, e todos/as os/as outros/as são neurotípicos/as. Rafael tinha 15 anos e, para autorregular-se (*stims*), costumava girar o punho de ambas as mãos fechadas. Às vezes, Rafael também precisava sair da sala de aula, para caminhar pelo pátio da escola.

DAS LENTES SOBRE A (CO)CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A data de 21 de setembro, de acordo com a Lei 11.133 (BRASIL, 2005), é dedicada ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Essa data é prevista no calendário da SEDF como um dia no qual as unidades de ensino devem promover ações pela inclusão de estudantes com deficiência. Amparado por essa legislação, aproveitei a data do dia 21 de setembro de 2018 para preparar uma sequência didática na qual eu pudesse discutir com meus/minhas estudantes sobre a inclusão escolar. A seguir, apresento ações pedagógicas realizadas com uma turma do Ensino Médio para promover essas discussões, com o objetivo final de que cada aluno/a produzisse um texto sobre a temática em pauta.

Após receber à turma, expliquei que eu projetaria uma propaganda e que eu gostaria de saber três coisas: i) quantas pessoas participaram do comercial; ii) onde o vídeo havia sido produzido; e iii) a opinião da turma sobre a temática problematizada na projeção. Nesse vídeo, uma propaganda a favor de ações inclusivas, realizada pelo governo canadense, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9KiedVj9Aoc>, acesso em 21 de setembro de 2018 e em 13 de março de 2021, alguns garotos jogavam basquete com um colega cadeirante. No vídeo, os meninos escolheram alguns mobiliários (caixa

com rodas, velocípedes, cadeiras com rodinhas) para jogar basquete com o garoto cadeirante.

Com a projeção do vídeo, os/as estudantes responderam às três perguntas que eu havia apontado e, durante as discussões, Rafael se posicionou: “Eu já sofri muito *bullying* por ser diferente e.... é... Isso é triste”. Entre risos da turma, o estudante Lucas retrucou: “Isso é triste mesmo... Ninguém, ninguém gosta de *bullying*, pô”. Tendo o apoio do seu colega, Rafael balançou a cabeça afirmativamente e sorriu para ele, alinhando-se interacionalmente ao seu posicionamento (YOUNG, 2008), de modo que sentidos relacionados ao campo social do sofrimento pelo *bullying* foram compartilhados intersubjetivamente (VAN DIJK, 2011 [2012]) entre Rafael e seu colega.

Depois da manifestação da turma sobre a atitude de inclusão dos garotos do vídeo e sobre o *bullying* a estudantes com deficiência em nossa escola, escrevi a seguinte frase no quadro branco: ‘O que a inclusão representa para você?’ A partir dessa pergunta, entreguei uma folha branca de tamanho A4 a cada estudante e sugeri que confeccionássemos textos (narrativas multimodais) para responder ao questionamento que eu havia feito. Expliquei que poderiam escrever, desenhar e pintar e que, após confeccioná-los, faríamos uma exposição de nossos textos a favor da inclusão para toda a turma.



Durante a realização da produção textual, os/as alunos/as se movimentaram em sala de aula, compartilharam ideias e materiais escolares. Rafael preferiu sentar-se ao lado de Júlia, com quem costumava interagir em sala de aula. Eu fiquei passando nas carteiras para observar e mediar o processo de composição textual. Após a apresentação de textos de duas alunas, Rafael decidiu apresentar sua produção, como podemos observar na figura 1 (*Narrativa multimodal de Rafael/Fonte: elaborado pelo aluno Rafael*).

#Postacessível. Desenho de um garoto de pele rosa, com cabelo crespo, de olhos verdes, usando óculos e uma camiseta branca com mangas nas cores azul e amarelo. No centro da camiseta, está escrito: Eu sou inclusão. Abaixo dessa frase, aparecem imagens de dois rostos felizes e de dois rostos tristes. Saindo da boca do garoto, aparecem vinhetas com os seguintes dizeres: “Sera que eu fez serto”, “Serto ao ponto de eu esta incluído”, “O que é inclusão???”, “Ha inclusão e você respeita e comprien o lado do outro sendo especial ou não”, “Dunke du bist sehr”.

Como estávamos sentados/as em círculo, Rafael preferiu não se levantar para apresentar seu texto. Ele o mostrou para a turma, e houve a interlocução a seguir.

Rafael: É... Eu fiz esse menino.

Eu: Sim... Ele é você?

Rafael: É... Sou eu na minha imaginação... É um menino.

Miguel: Que que ele diz ali do lado?

Rafael: Ahnnn?

Maria: Ali óh! (Aponta para a direita).

Rafael: (Olha para seu texto para fazer a leitura) A inclusão é você respeitar e compreender o lado do outro, sendo especial ou não.

Paula: Especial? (Tom de deboche) Todo mundo é especial!

Rafael: É.

Lucas: Mas é por causa da inclusão.

Rafael: Da educação especial.

Júlia: Todo mundo é diferente, né?

Rafael: (Olha e sorri para Júlia).

De acordo com essa interlocução, podemos perceber que Rafael estava alinhado intersubjetivamente aos/às seus pares, uma vez que o estudante respondeu às perguntas e às provocações de seus/suas colegas. Sendo questionado em tom de deboche pela aluna Paula (“Especial? Todo muno é especial!”) sobre o respeito e a compreensão do outro “sendo especial ou não”, Rafael concordou que todos/as somos especiais (“É”).

Imediatamente, o estudante Lucas entrevistou (“Mas é por causa da inclusão”), ratificando que Rafael havia citado o termo especial porque a confecção da sua narrativa estava de acordo com a proposta da produção textual (O que a inclusão representa para você?). Ampliando a noção de especial,

Rafael destacou que não se referia ao outro como sendo ou não especial, mas sim ao respeito e à compreensão do outro também no âmbito da educação especial e inclusiva (“Da educação especial”). Alinhando-se a Rafael, a aluna Júlia ponderou que todas as pessoas eram diferentes (“Todo mundo é diferente, né?”), sendo ratificada pelo estudante por meio do seu olhar e do sorriso para sua colega de turma.

Por esses alinhamentos e inscrições dos/as estudantes em relação ao texto produzido por Rafael, percebemos que instâncias interacionais são acionadas, compartilhadas e construídas conjuntamente. Diante da interlocução analisada, cabe destacar que o questionamento de Paula em relação ao termo “especial” foi reconfigurado não apenas mediante o plano verbal comunicacional em que um receptor emite uma mensagem a um receptor, mas sim por meio do engajamento interacional (YOUNG, 2008) entre Rafael, Lucas e Júlia tanto no plano verbal quanto no não verbal, como podemos observar mediante a ação modal de olhar para sua colega Júlia e sorrir.

No dia 26 de setembro, com o intuito de adensar o entendimento sobre as representações da narrativa multimodal do Rafael em relação à inclusão, tive a oportunidade de realizar entrevista semiestruturada com o estudante. A seguir, apresento parte dessa entrevista.

Eu: Rafael... Por que é que você... fez esse desenho?

Rafael: Porque... Porque é eu de verdade. A pessoa da minha cabeça.

Eu: Ah tá!... Uma pessoa da sua cabeça? Como assim?

Rafael: Porque eu... Porque eu tinha no imaginário... Porque eu já fui alvo de *bullying*.

Eu: Entendi... Hoje em dia isso não acontece mais, né?

Rafael: Continua, mas tendo pouco.

Eu: Sim... mas como acontece hoje em dia?

Rafael: Eles ficam colocando apelido, não te botando... não te incluindo nas atividades.

Eu: E você gosta de fazer as atividades com os colegas?

Rafael: Eu gostaria, mas só que eles não deixam.

Eu: Mas você gostaria de fazer?

Rafael: Eu faço tudo sozinho... Eles ficavam me batendo no banheiro.

Eu: Mas isso não acontece mais, né?

Rafael: Só um pouquinho...

De acordo com o excerto anterior, Rafael revelou que já havia sido vítima de violência (“Porque eu já fui alvo de *bullying*) e que, infelizmente, essa situação ainda não havia cessado (Eu: “Hoje em dia isso não acontece mais, né?”; Rafael: “Continua, mas tendo pouco”). Essa violência, como explicou o estudante, ocorria mediante apelidos colocados pelos colegas e por ser excluído das atividades escolares (“Eles ficam colocando apelido, não te botando... não te incluindo nas atividades”).

Apesar de Rafael ter interesse em realizar as atividades com os/as colegas (“Eu gostaria, mas só que eles não deixam”), percebemos que ações capacitistas de seus pares em atribuir-lhe apelido e de não o incluírem nas atividades colaboram para a manutenção de uma ordem de discurso (FOUCAULT, 1996 [1971]) que reifica a exclusão de corpos atípicos. Assim sendo, de acordo com o relato do aluno Rafael, percebemos o quão violento é a pressão e o poder de coerção sobrepostos sobre pessoas autistas, como se não fossem autorizadas, por serem pessoas diversas e com deficiência, a participar do jogo interacional com seus pares.

Durante a realização dessa entrevista, procurei ainda entender algumas escolhas semióticas presentes na narrativa multimodal do estudante Rafael, em conformidade com o excerto a seguir.

Eu: Ummm.. É... Qual é a cor dos olhos do garoto que você pintou?

Rafael: É... verde.

Eu: Ah tá! E por que é que você pintou dessa cor?

Rafael: É que... Eu não sei... Eu queria... ter olhos assim.

Eu: E... é... Mas por que você queria ter olhos assim?

Rafael: É... Melhor assim... Mais fácil ser aceito.

Eu: Ummm. Tem uns desenhos de máscara de teatro na camisa (Aponte para o texto do estudante).

Rafael: Não... é *bullying*... Tem gente feliz e triste.

Alex: Ah tá!

Fiz a pergunta sobre a cor dos olhos do garoto da narrativa (“Qual é a cor dos olhos do garoto que você pintou?”) pelo fato de o estudante Rafael ser negro de pele clara e ter olhos pretos, o que supostamente estaria em descompasso com sua autorrepresentação em seu texto multimodal (pele rosada

e olhos verdes). No entanto, de acordo com a entrevista, Rafael me explicou que ele gostaria de tê-los verdes (“Eu queria... ter olhos assim.”), posto que essa é uma cor de olhos valorizada, haja vista a ordem de discurso (FOUCAULT, 1996 [1971]) que impõe a constituição fenotípica europeia superior à brasileira, o que possivelmente lhe permitiria ser incluído (“É... Melhor assim... Mais fácil ser aceito.”).

Em outras palavras, Rafael encontra-se diante de duas opressões: ser autista e ser negro. Diante da entrevista realizada, o estudante acabou sinalizando que o racismo também era uma forma de opressão e que, de acordo com seu desejo (“Eu queria... ter olhos assim.”), ter olhos verdes poderia reduzir marcas explícitas de sua subalternidade tanto pelo fato de ser negro quanto pelo fato de ser autista. Por conseguinte, a entrevista com o estudante sugere que o racismo impõe barreiras que, somadas ao capacitismo, colaboram para a manutenção de ordens de discurso (FOUCAULT, 1996 [1971]) que impactam na constituição de sua existência.

Por fim, sobre os desenhos na camiseta da narrativa multimodal de Rafael, que eu havia entendido como máscaras de teatro (“Tem uns desenhos de máscara de teatro na camisa”), o estudante alinhou-se comigo e me explicou que tratavam de pessoas felizes e tristes (“Não... é *bullying*... Tem gente feliz e triste”). Esse alinhamento interacional de partilha de conhecimento (YOUNG, 2008) fez com que meu entendimento sobre as escolhas do aluno Rafael fosse retextualizado (“Ah tá!”), levando-me a relacionar seus sentimentos às próprias experiências do aluno, nas quais representações de rostos felizes (“gente feliz”) seriam seus pares zombadores, ao passo que representações de rostos tristes (“gente triste”), o próprio Rafael, em uma situação de *bullying*.

Desse modo, pela entrevista realizada com o estudante Rafael, redimensionei minha interpretação em relação à produção de sua narrativa multimodal, haja vista que a explicação dele fez com que eu me alinhasse a outro entendimento concernente às suas escolhas linguístico-discursivas. Ou seja, a interpretação das escolhas semióticas de Rafael para a confecção de sua narrativa multimodal só foi possível porque o estudante se contrapôs ao meu entendimento, o que acabou desmistificando minha prévia concepção e contribuindo para a ideia de que sentidos são (co)construídos conjuntamente. Esse processo de resignificação de sentidos colaborou, ainda, para a ideia de que não nos cabe presumir ‘competência’ ou fazer interpretações sem antes

procurarmos entender o posicionamento do outro. Afinal, parafraseando o lema do ativismo de pessoas com deficiência ‘Nada sobre nós sem nós’, comungo da ideia de que qualquer interpretação sobre pessoas autistas deve partir do princípio de que não podemos supor ‘Nada sobre vocês sem vocês’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, discuti o impacto linguístico-discursivo de noções da competência linguística, comunicativa e interacional em relação ao autismo. Apesar de entender que a competência comunicativa visa a ampliar noções estruturais da competência linguística, sugerindo a necessidade do estudo da dimensão sociocultural, seus estudos ainda se ancoram em habilidades individuais (emissor) em transmitir mensagens a um receptor preexistente ao processo comunicacional. No âmbito dessas discussões, Kramersch (1986), seguida por Young (2008), propõem que a competência interacional amplia a noção de competência comunicativa, uma vez que construções discursivas são dinâmicas e estão em um *continuum* durante e depois da negociação (co)construída com nossos pares.

Embora compartilhar da ideia de que a competência interacional é fruto de um construto mental partilhado, enriquecido pelas experiências do mundo social contextual e historicamente situado, em consonância com Albuquerque (2015), problematizei a noção de ‘competência’ em relação ao autismo. Essa problematização foi sustentada a partir de dois encaminhamentos: i) barreiras interacionais do que é socialmente aceito e esperado pelos/as participantes da cena conjunta são impostas e controladas por ordens de discurso (FOUCAULT, 1996 [1971]) capacitistas; ii) o termo ‘competência’, tanto nos estudos comunicativos quanto nos interacionais, acaba presumindo o acionamento de uma instância comunicacional ou interacional que ainda está ancorada em práticas sociais que privilegiam o modo de ser, de representar e de (inter)agir por meio do estatuto da tipicidade humana.

Ao rejeitar princípios reguladores de competência imposta a pessoas autistas, base do capacitismo, amparado pela noção interacional de que é com o outro que sentidos são (co)construídos e compartilhados, analisei o processo de confecção de uma narrativa multimodal de um estudante autista no âmbito da educação inclusiva. De acordo com a análise do processo de produção dessa

narrativa, foi possível compreender que a atividade interacional não se refere a ações individuais ou a competências, mas sim à forma como sentidos são construídos de forma dinâmica e coletiva, além de envolver modalidades e recursos linguístico-semióticos que se instanciam no modo como sentidos são negociados.

Assim sendo, os resultados deste estudo sugeriram que narrativas multimodais no ensino de português brasileiro como língua materna com estudantes autistas são um caminho possível para direcionar a (co)construção de sentidos que transcendem recursos linguístico-semióticos voltados apenas para o ato comunicacional da expressão oral ou da produção escrita, uma vez que o gerenciamento de sentidos se encontra em instancias interacionais. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que, com o intuito de promovermos território para que sentidos sejam negociados, o/a professor/a deve estar atento/a, a fim de contribuir para a diminuição de barreiras que impedem ou dificultam que estudantes autistas sejam incluídos, assumindo, assim, uma postura anticapacitista.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. *Um estudo de polidez no contexto de L2: estratégias de modalização de atos impositivos por falantes de espanhol*. 2015. 372f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas*. Campinas: Pontes, 1993.
- BACHMAN, L. F. *Fundamental Considerations in Language Testing*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- BONOTTO, R. C. S. *Uso da comunicação alternativo no autismo: um estudo sobre a mediação com baixa e alta tecnologia*. 2016. 180f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

- BRASIL. Lei n. 11.133, de 14 de julho de 2005. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111133.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- CANALE, M. From communicative competence to communicative language pedagogy. In: RICHARDS, Jack; SCHIMIDT, Richard. Language and communication. London: Longman, p. 2-27, 1983.
- CANALE, M; SWAIN, M. Theoretical Bases of Communicative Approaches to Second Language Teaching and Testing. Applied Linguistics, v. 1, n. 1, p. 1-47, 1980.
- CELCE-MURCIA, M. Rethinking the Role of Communicative Competence in Language Teaching. In: SOLER, E. A.; AFONT JORDÀ, M. P. (Eds.). Intercultural Language Use and Language Learning, p. 41-57, 2007.
- CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. Coimbra: Armênio Amado, 1978 [1965].
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Tradução: S. R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003].
- FETTERMAN, D. *Ethnography: step by step*. London: Sage, 1998.
- FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Armed, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução: L. F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996 [1971].
- GUMPERZ, J. Communicative Competence. In: COUPLAND, N. & JAWORSKI, A. (Eds.). *Sociolinguistics: A Reader and Coursebook*. England: Palgrave, 1997 [1992].
- HEATH, S. B.; STREET, B. V. *On ethnography: approaches to language and literacy research*. New York: Teachers College Press, 2008.

- KRAMSCH, C. From Language Proficiency to Interactional Competence. *The Modern Language Journal*, v. 90, n. 2, p. 366-372, 1986.
- HYMES, D. H. On Communicative Competence. In: PRIDE, J. B. & HOLMES, J. (Eds.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.
- MELO-PFEIFER, S. Multilingual awareness and heritage language education: Children's multimodal representations of their multilingualism. *Language Awareness*, v. 24, n. 3, p. 197-215, 2015.
- ROSA, M. V. F. C; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VAN DIJK. *Discurso e contexo: Uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012 [2011].
- VAN EK, J. A. *Objectives for Foreign Language Learning*. Council of Europe: Scope, 1986.
- YOUNG, R. Interactional Competence. In: YOUNG, R. (Ed.). *Language and Interaction: an advanced resource book*. London and New York: Routledge, 2008.

CAPÍTULO 7

CAMUFLAR, AUTISTAR, TRADUZIR E OS DESAFIOS DE ENUNCIAR-SE AUTISTA

Luiz Henrique Magnani

O presente capítulo resulta do amadurecimento de reflexões sistematizadas em meu processo de pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (USP) durante o período de setembro de 2019 a agosto de 2020. Na ocasião, propus estudar a emergente produção autoral de pessoas autistas, em especial trabalhos dedicados a questões de autismo ou de linguagem. Mais que um objeto externo e uma situação alheia sobre a qual decidi estudar, essa proposta envolveu como um de seus componentes o próprio fato de eu ser autista, tendo sido diagnosticado apenas na vida adulta. A partir disso, enfatizo reflexões ligadas à expressividade autista e ao desafio de enunciarmos sobre nós mesmos em uma sociedade capacitista na qual ainda perdura no senso comum visões reducionistas e mesmo equivocadas sobre autismo e linguagem. Ressalto que tal desafio passa não apenas pela necessidade de se combater algumas visões que ainda circulam sobre a comunicação e a interação de autistas, mas também por questionar a quem é atribuída a legitimidade de se falar sobre autismo.

Conflitos de linguagem ligados à questão do autismo envolvem experiências pessoais diferentes em um nível que é assumido como base comum para a vida em sociedade, que é o da comunicação e o da interação social. Meu interesse se volta mais às atitudes de autistas em resposta a obstáculos percebidos e enfrentados do que a interdições em si. Essas preocupações materializaram-se em perguntas, assumidas como provocações iniciais para as reflexões aqui apresentadas: (a) Quais os contextos de produção concretos a partir dos quais emergem ou podem emergir pessoas autistas enunciando sobre si mesmas e sobre autismo? (b) Como estratégias enunciativas utilizadas consideram ou ignoram tais elementos do contexto de produção em questão?

A fim de tornar mais concreta por meio de exemplos e situações cotidianas essa discussão em torno da expressividade autista, priorizo três estratégias enunciativas experienciadas por pessoas de dentro do espectro

autista, as quais proponho alinhar, para os fins da presente reflexão, em três categorias: autistar, camuflar e traduzir. Tais manifestações se dão sistematicamente em resposta a certa ordem capacitista (MELLO, 2016) dos sensíveis, dos possíveis e dos dizíveis (RANCIÈRE, 1996) que, no contexto brasileiro, inclusive, se dão dentro de um contexto de colonialidade.

Produções autorais autistas recriam linguagens, atualizam termos, inventam possíveis, alargando, potencialmente, limites sociais das experiências de pessoas no espectro. E esse trabalho não se pretende diferente nesse sentido. Assim, as categorias aqui mobilizadas não são mais que construtos históricos pensados de modo a ajudar na compreensão de desafios do enunciar-se autista e estratégias responsivas encontradas. Não são categorias estanques e suas bordas não são nítidas, podendo encontrarem-se entrelaçadas em situações enunciativas concretas. Enquanto ‘objetos epistêmicos’ (KNORR CETINA 1999, 2001), são mutáveis e dinâmicas por característica, sempre passíveis de revisões, disputas, atualizações, plurivalências. Além disso, essa proposta não busca abarcar todas as possibilidades da expressividade autista, que certamente são muito mais amplas, complexas e variadas.

Também faço questão de adiantar que, dentre as três, apenas a ideia de um ‘traduzir-se’ pode ser vista como uma construção mais autoral de minha parte. A noção de um ‘camuflar-se’ (ou, por vezes, mascarar) é de uso corrente na comunidade autista local e também internacional. ‘Autistar’, por sua vez, é um termo que passa a circular no contexto brasileiro em especial em remissão à campanha de 2019 da Associação Brasileira para Ação por Direito das Pessoas Autistas (ABRAÇA), cujo tema foi ‘Autistar é resistir’.

Observar usos e práticas de linguagem que desafiam a retórica do *déficit* já é um exercício proposto anteriormente por Yergeau (2013) e por Rodas (2018), em olhares situados para outros contextos. Espero que o presente trabalho possa também ser uma contribuição para a desconstrução desse estereótipo de déficit que vem de um discurso biomédico e que ainda ronda a pessoa autista, seja oralizada ou não oralizada.

A PESSOA AUTISTA E O ‘MONOLINGUISMO DO OUTRO’

“Estranha demais para ser normal, normal demais para ser autista. Assim pensa a maioria das pessoas”. São essas as considerações da mestra em

direito, estudante de psicologia e professora Fernanda Coelho, autista diagnosticada apenas quando adulta, que compõem a contracapa do livro “Camaleônicos”, da jornalista e também autista diagnosticada em fase adulta Selma Sueli Silva (2019). Na visão de Coelho, ainda, essa ‘maioria de pessoas’ a que se refere incluiria “muitos profissionais da saúde, infelizmente” (SILVA, 2019, p. 174).

Quando – somada à sensação de se ser estranho, forasteiro, estrangeiro, alienígena, descolado de certo tecido mais amplo da linguagem – emerge a necessidade de se portar de um modo que seja reconhecido como ‘normal’, socialmente, como pode responder a pessoa autista? São variadas as formas de reação possíveis. Como problematizado em Magnani (2020), dentro desse momento histórico em que autistas têm falado sobre si, buscando não apenas disputar certas narrativas sobre o autismo, mas também seus próprios lugares dentro da rede de expertise ligada ao tema, é curioso pensar num duplo interdito que cria barreiras nas possibilidades de a pessoa autista ter espaço para publicamente se comunicar.

Ao existir uma expectativa, no senso comum, de como um autista deveria ser e, a partir disso, de como um autista ‘não é’, um desdobramento problemático emerge. Qualquer pessoa que rompa com o rígido e estreito imaginário ligado ao diagnóstico já deixa de ser percebida como autista. Em outros casos, a pessoa pode não ser vista como ‘tão autista’, como se pudesse colocar a diversidade que compõe o espectro em uma escala linear e subjugada a um algum marco assumido como ‘típico’ ou padrão. Nessa lógica, tal pessoa, ao não ser ‘tão autista’, acaba, por vezes aos olhos públicos e aos interlocutores potencialmente ligados ao tema, não sendo ‘autista o suficiente’ para ter a legitimidade de falar sobre autismo.

O pressuposto de um normal na comunicação e na linguagem gera, pois, um duplo interdito que assim pode ser resumido: ao aparentar ‘desvio’ em relação ao normal, o autista não é visto como sujeito de ‘palavra’ (RANCIERE, 1996); já ao aparentar alinhamento em relação a esse normal, não é identificado como tendo um lócus legítimo de enunciação. A esse respeito, proponho uma analogia a uma ideia de Derrida (2001), apresentada em *Monolingüismo do Outro* ou a *Prótese de Origem*. Entre outras coisas, o autor demonstra interesse em colocar politicamente em debate na obra o seu próprio uso da língua francesa a partir da contingência de sua identidade franco-magrebina. Sendo

falante do francês oriundo de uma colônia específica, passa a tecer considerações que podem ser lidas para além de um relato restrito às suas referências geográficas. Dentro dos limites do presente trabalho, aponto apenas para a similaridade entre a condição enunciativa de autistas e o aparente paradoxo que o autor apresenta no início de suas considerações e a partir do qual desenvolve seu argumento: “Sim, eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha” (DERRIDA, 2001, p. 13).

De modo análogo, autistas são coercitivamente levados a viver na linguagem do outro – uma linguagem convencional e local geralmente assumida por natural e universal. Isso ocorre seja por meio de ‘camuflagens sociais’, seja por meio de treinos comportamentais de origem behaviorista, seja pela expectativa gerada a partir de promessas profissionais irresponsáveis a pais vulneráveis de que ‘irão tirar o filho do espectro’, entre outras situações.

Ideias de que vivemos em ‘realidades sensorialmente alternativas’ (GRANDIN, PANEK, 2005) e da linguagem enquanto um conjunto de ‘dispositivos de governança não automatizados’, que fabricamos para viver em sociedade (DAMASIO, 2003)¹, abrem a possibilidade de pensarmos a sociabilidade e a interação entre diferentes em termos ainda poucos explorados. Variadas pessoas – com suas variadas diferenças, inclusive as ligadas ao sistema neural – convivem partilhando espaços, disputando narrativas e lidando cotidianamente, ao menos no caso particular de nossa história, com o poder coercitivo de normatizações e de normalizações. E, de outro lado, fazem isso a partir de suas realidades sensorialmente alternativas.

São realidades sensorialmente alternativas em convivência. Conviver, no caso, pode assumir um sentido de coexistir. E vale explicitar que não é porque é ‘convivência’ que já devemos pressupor uma situação harmoniosa. Autistas, por exemplo, na condição de pessoas subalternizadas, coexistem, mas em um ambiente criado para outrem, necessitando constantemente lidar com o monolingüismo do Outro enquanto prótese de origem para ser visto como sujeito de palavra e de vontades. E, atualmente, muitos têm buscado mudar as configurações atuais da ordem do sensível, de modo que essa partilha soe mais justa e equitativa com autistas e outras minorias em geral. Caminho no qual parecem emergir formas de expressividade e de atitudes responsivas

¹ Ou seja, que não estão vinculados às operações automatizadas de homeostase que regulam toda espécie de vida, mas que possuem uma lógica similar a desses processos homeostáticos.

relativamente estáveis (BAKHTIN, 2003), das quais procuro destacar algumas dentro do presente texto.

CAMUFLAR

Podemos iniciar pensando de modo um pouco mais detalhado nessa ideia de um camuflar-se, já mencionada em outros contextos. Para algumas pessoas autistas, o manejo público da linguagem convencional acaba sendo uma estratégia explicitamente buscada para a comunicabilidade com não-autistas e com o mundo de modo mais amplo. Muitos têm categorizado essa experiência como um certo ‘camuflar-se’ ou ‘mascarar-se’, algo que demanda uma ação e uma atenção específica, e que acaba por atravessar, ao longo da vida, a experiência do convívio e da interação social. Essa ação pode vir a ser rotineira, ainda que isso exija atenção, esforços e procedimentos diferentes do que é tacitamente esperado pela pessoa que a performa.

Trata-se, portanto, de um grupo de pessoas para as quais estar na linguagem exige sempre uma atividade a mais em relação a outras pessoas para quem as formas hegemônicas da linguagem são tidas por naturais. E o que resulta dessa ação não é necessariamente a forma de ser e estar no mundo que a pessoa autista escolheria se estivesse sem público ou se vivêssemos em uma sociedade menos capacitista. Por outro lado, esse performar não necessariamente é resultado de absorver ou ser absorvido pelas formas e pelos procedimentos hegemônicos de uso da linguagem. Cabe pensar que se trata de uma espécie de ‘terceiro espaço’ (RUTHERFORD; BHABHA, 1990) da linguagem, a partir de certa decantação, certa estabilização relativa de contínuas apropriações contingentes de usos de linguagem convencionais e hegemônicos. Usos que, por sua vez, acabam sendo comumente assumidos como o modo natural e, por vezes, único de estar na linguagem.

Esse caminho de pensar a relação entre autismo e linguagem merece um olhar mais pormenorizado. Pode ser estrategicamente relevante ao autista compreender que aquilo que lhe parece ilógico ou sem sentido, ainda assim, na coletividade, pode pesar socialmente contra ele. No caso de um exemplo como o de cumprir a etiqueta social de um ‘bom dia’, pode não ser natural ou óbvio saber que, dentro daquela rede, o cumprimento de tal rito aumenta a tendência de se despertar uma maior simpatia e maior chance de trânsito social. E, ao

contrário, pode haver o estreitamento de seu trânsito social quando não se cumpre essa etapa da sociabilidade. Talvez explicitar tais questões seja de interesse de uma pessoa que não as infere enquanto elas permanecem escamoteadas ou subentendidas.

É de se questionar, no entanto, quando um domínio e a apropriação mais ‘utilitarista’ de regras e ritos valorizados socialmente não pode significar também uma máscara social desenvolvida a fim de se viver melhor num mundo que é do outro. Ou seja, o quanto uma pretensa normatividade atravessa os possíveis, os dizíveis, os sensíveis de pessoas autistas que, ainda que consigam performar uma aparente adesão à forma dominante de linguagem, tem nisso uma tarefa a mais, uma sobrecarga que seria desnecessária em contextos mais amigáveis e em que a acessibilidade e o acolhimento a diferenças fossem postura dominante.

Mentir, comportar-se de jeitos específicos, saber olhar de certas maneiras, entrar corretamente em seu turno de fala, tudo isso tendo em vista certa sobrevivência e manutenção de visão externa que valide o autista: ainda que essas práticas, quando no alcance das possibilidades, possam resguardar um pouco mais alguns externamente, são estratégias que muitas vezes mostram ter um custo. Tal máscara criada para a inserção no convívio público parece se tratar de certa prótese que, por vezes, exige esforço para ser sustentada. Assim como a *Internet* – na visão de Singer (2016) – é um meio protético que facilitou a interação e a comunicação de autistas, faz sentido pensar que a própria criação de uma máscara ou camuflagem social também pode se enquadrar nessa categoria.

Como qualquer esforço, o mascaramento pode gerar cansaço ou desgaste. A linguagem centrada em normas específicas e que rejeita e invisibiliza certas manifestações alternativas é uma ‘prótese de origem’, para usarmos o termo de Derrida, destinada a tornar o autista proficiente nesse ‘monolinguismo do outro’, que a ele se configura como um desafio diário. Ou, ainda, um linguajar ‘ortopédico’ – inspirado na ideia de ‘pensamento ortopédico’ de Santos (2008) – no sentido de que tem por função prevenir e corrigir o que for considerado um desvio. Ainda que alguns autistas consigam operar nesse contexto, é corrente o entendimento de que se trata de um ‘mascarar-se’, de um ‘camuflar-se’.

Embora não seja algo comum à totalidade dos autistas, essa forma de enunciar-se em espaços públicos é algo consistentemente presente em narrativas de diversas pessoas do espectro. São variados os depoimentos e testemunhos de autistas tidos como ‘leves’ que reportam viver situações de desgaste ao ter que fingir comportamentos que não consideram lógicos ou naturais, mas que sabem que serão bem aceitos publicamente. Grupos em redes sociais, memes, depoimentos por escrito ou por canais de vídeo, autobiografias têm tratado dessa questão. Essa é a característica, por exemplo, que percorre os depoimentos das mais diversas pessoas autistas com quem conversou Silva (2019), também autista, para a produção do seu livro ‘Camaleônicos’, título que não por acaso faz remissão a essa questão. Em tom jocoso sobre o propósito da obra, em certa ironia diante de fórmulas encontradas em matérias sensacionalistas sobre seres ou povos ditos ‘distantes’, a autora aponta que pretende:

revelar a face oculta, camuflada, camaleônica desses seres estranhos – os vários autistas que rompem seus medos, silêncios e os muitos preconceitos, para se apresentarem aos ‘normais’. (SILVA, 2019, p. 14)

Já entre diversos depoimentos colhidos sobre autistas adultos pela também autista e jornalista Mendonça (2019) em *Neurodivergentes*, onde o tema é colocado em pauta, destaco o de Myriam, psicóloga, que se descobriu autista quando adulta. Para corresponder às expectativas de uma sociedade que lhe exigia protocolos diferentes em termos de interação e de comportamento, ela desenvolveu modos de se camuflar, o que acabava envolvendo situações prejudiciais – como o uso excessivo de bebidas alcoólicas para poder lidar com eventos sociais que seriam parte das exigências de sua atividade profissional. Em uma leitura sobre esse processo vivido, a psicóloga narra:

Transformei-me no meu avatar. Não fazia, nem buscava nada que me correspondesse de verdade. Eu tinha deixado de fazer tudo de que gostava – e as pessoas nem sabiam do que eu gostava, de fato. Parecia que ninguém sabia quem eu era, ou me conhecia. Quando mais me escondia, e me camuflava, mais me perdia. (MENDONÇA 2019, p. 60)

Não me parece difícil pensar o “camuflar-se”, tal como apresentado enquanto ato enunciativo de autistas, sendo um indício de complexa capacidade de lidar com linguagens e com a alteridade. No conflito comunicativo percebido, há a ação de se adaptar a expectativas do outro lado ao emular certos ritos socialmente valorizados, mesmo não vendo razão intrínseca para assumir certos comportamentos – o que gera muitas vezes um conflito com o que o próprio corpo está ‘falando’ para a pessoa. É de se lembrar, ainda, que essa habilidade específica de se camuflar não é algo que toda pessoa autista em toda situação consegue colocar em prática. Assim, embora significativa para problematizarmos certos estereótipos ligados ao autismo e, principalmente, certa retórica da falta, não podemos cair na armadilha de assumirmos esse comportamento como universal. Ele é contingente, embora recorrente, dadas as configurações sociais razoavelmente estabilizadas em que vivemos. Ademais, em outras situações ou para outras pessoas, pode ser que outros caminhos sejam opções melhores.

AUTISTAR

É certo que os sentidos em torno do termo ‘autistar’ podem trazer algo de plurivalente. Difundido em especial em redes sociais digitais a partir da campanha de 2019 da ABRÇA, o termo tem circulado e, a cada nova enunciação, tem se atualizado. Pelos modos como parece estar em uso em redes sociais digitais de que pessoas autistas participam, é comum o verbo estar relacionado, de algum modo, à expressão da identidade autista. Seja a exibição pública de um movimento considerado atípico – por exemplo, chacoalhar as mãos continuamente – seja a presença de uma pessoa autista em uma palestra, buscando observância ao lema ‘Nada sobre nós sem nós’, há muitas possibilidades de ações que poderiam estar sob o guarda-chuva do verbo em questão. São inúmeros os desdobramentos.

Se a identificação autista é fenotípica, relacionada a comportamento e linguagem, é de se esperar, assim, que essa ideia de um autistar passe por alguma forma de usar a linguagem, de algum modo de se comportar. A partir da curiosa condição em que autistas se encontram, a simples manifestação de autistas em contextos públicos ou práticas sociais cotidianas pode mostrar que as formas convencionais da linguagem – incluindo a linguagem verbal – estão

em tensionamento e, por vezes, em disputa. A campanha da Abraça (2019) mostra essa perspicácia na escolha do lema para seu manifesto ‘Autistar é resistir’. Tais manifesto e campanha serão os principais pontos de partida a partir dos quais buscarei tecer reflexões em relação a mais esse modo de se enunciar enquanto pessoa autista em um contexto de monolinguismo do outro.

Em si, o manifesto não chega a dar uma definição ou um conceito fechado para autistar. Porém, ações associadas ao lema da campanha dão indícios da afinidade entre ações específicas listadas e a ação maior de ‘autistar’ como um ato de resistência. A campanha luta por pessoas autistas terem sua voz reconhecida enquanto ‘sujeitos políticos plenos de direitos’, critica a ausência sistêmica percebida de pessoas autistas em eventos cujas falas são restritas a mães, pais e ditos especialistas da saúde e da educação. Pontua-se também a heterogeneidade do espectro, chamando atenção para a existência de autistas ‘mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQI+, com outras deficiências, que moram na periferia, em situação de rua, institucionalizadas, na zona rural ou em comunidades tradicionais, entre outros’ (ABRAÇA, 2019). Dentro de todo esse contexto, a campanha busca tratar de ‘um processo de ressignificação e construção da própria identidade autista, não mais como algo a ser corrigido ou curado, e sim como condição neurodiversa de sujeitos políticos que se levanta para denunciar o capacitismo, a psicofobia, e para reivindicar suas pautas e seu lugar no movimento de luta por direitos’ (ABRAÇA, 2019).

Grosso modo, em minhas palavras e sem qualquer pretensão de fechar outras possibilidades, entendo que um modo possível de abordar a ideia de um ‘autistar’ a partir de uma perspectiva da linguagem envolve a manifestação da ‘atipicidade’ comportamental e comunicativa, a qual caracteriza publicamente a pessoa autista enquanto tal. Ao passo que essa forma de agir pode ser inconsciente, no sentido de a pessoa não estar atenta às consequências disso e as leituras públicas que se pode fazer, dentro do ‘linguajar ortopédico’ reinante, a respeito desse autistar; essa também pode ser uma ação consciente de resistência e, portanto, política – como sucintamente apresenta a campanha da Abraça.

Percebo uma diferença em relação ao camuflar-se no sentido de que ‘autistar’ tem a ver precisamente com suspender a busca por uma adequação ao inferno linguístico e comportamental do mesmo, para fazer uma alusão à Han

(2017). Autistar, aliás, se entendido de modo mais amplo, prescinde da presença de um interlocutor não autista. Muito embora, autistar diante de interlocutores não autistas enquanto expressão ativa da identidade já se configure mais como o ato político já mencionado.

Autistar, portanto, é uma resposta a uma sociedade normativa linguística e comportamental, mostrando-se uma elaboração enunciativa complexa, a qual – assim como já foi dito em relação ao camuflar-se – exhibe um conjunto de potencialidades e de habilidades significativas. Há uma recusa à polícia existente em favor da ordem do sensível vigente, a qual subalterniza corpos e mentes autistas. Ouvir mais as demandas de seu próprio corpo do que convenções que por vezes nem são compreendidas não me parece, colocando desse modo, uma “ausência”, mas sim uma presença. É caminho para politizar a linguagem ortopédica e todo um policiamento que a sustenta.

Fernanda Santana, então presidenta da Abraça na ocasião da campanha, pontuou em pronunciamento proferido em Audiência Pública Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, como bem partilha Leitão (2021):

Nós dizemos “autistar” porque para nós a expressão do nosso autismo é uma ação ativa de resistência e resiliência. É um desafio viver num mundo que constantemente nos discrimina e é um ato de rebeldia quando nos levantamos e dizemos que é nosso direito sermos quem somos e que ninguém pode nos cobrar nada diferente disso, como um pré-requisito para nossa inclusão. (SANTANA 2019, p. 2 apud LEITÃO, 2021)

A despeito da relevância da discussão, que demanda investigações mais aprofundadas, tal oportunidade infelizmente foge aos limites possíveis do presente trabalho. Portanto, como desfecho, dedico-me apenas a ressaltar uma questão de linguagem. Autistar, do modo como está sendo concebido, é uma ação no campo da linguagem, um ato de linguagem, ou, se ainda quiséssemos aludir a Austin (1962), um ato de fala.

Se está posto que essa ação, dentro de como é concebida na militância e nas posturas engajadas, é um ato que percebe a norma resistente, há também sanções ligadas a quem está fora da norma. Ao priorizar o próprio corpo e a própria identidade, resiste ao negar atitudes de mascaramento em prol de uma maior passabilidade. Entendo que essa é uma atividade de linguagem complexa

e que exige certas atitudes e percepções sofisticadas, além de algo que não seria necessário – portanto não está necessariamente presente – nas pessoas que já comungam de modos dominantes de se apresentar no mundo e ao mundo. Longe de propor uma mera inversão, vale chamar atenção a como essa forma de perceber a questão é um contraponto a um discurso focado na ideia de déficit/ linguístico por parte de autistas. Necessário observar o refinamento e a complexidade das operações que são necessárias de serem feitas para alguém ‘autistar’ enquanto ato de resistência, algo rotineiro para alguns, mas ato que não existe necessariamente na vivência alguém aceito por suas formas de ser na linguagem.

TRADUZIR

Buscar interlocução a partir do entendimento de que a fala ou os modos próprios podem ser considerados diferentes ou até ininteligíveis é um exercício comum a diversas pessoas autistas. A esse tipo de ato, recorrente em narrativas que circulam na comunidade autista, estou propondo a denominação ‘traduzir-se’. Trata-se de certa experiência em comum de existir no mundo a partir de um local específico dentro da malha discursiva mais ampla, a condição autista. Proponho que a posição enunciativa de autistas em uma sociedade não autista é a de um ‘outsider’/‘forasteiro’. Para tratar do tema, articulo essa impressão especialmente com a noção de *‘outsider within’* proposta por Collins (2016).

Tal designação foi pensada pela autora (2016) para designar sociologicamente certo lócus de enunciação histórico de mulheres negras na sociedade estadunidense. Seriam mulheres que teriam visto em comum “as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes” (COLLINS, 2016, 99). E a despeito dessa presença e da possibilidade de ter acesso a certos entendimentos e estarem até certo ponto envolvidas com famílias brancas, essas mesmas mulheres permaneciam como *outsiders* e sabiam que jamais pertenceriam a tais famílias.

A autora assume o depoimento da mulher negra como indício de uma condição supraindividual, participante de voz coletiva discursivamente consistente tecida por diversas vozes. Trata-se, portanto, de dizeres importantes de serem levados em conta na academia. Ainda que de modo

distinto, parece-me possível propor que, muitas vezes, a pessoa autista se vê em situações análogas à reportada em relação às ‘forasteiras de dentro’ reportadas no texto de Collins: fisicamente e sensorialmente dentro de certos espaços, com oportunidade para ter certas impressões e fazer certas análises, mas impossibilitados de pertencer àquele grupo. Também é uma característica compartilhada com a descrição de Collins a habilidade do “estrangeiro” em ver padrões dificilmente percebidos por aqueles imersos nas situações (COLLINS 2016, 100), bem como a marginalidade como estímulo à criatividade (op cit 101).

A ideia de autista enquanto outsider também dialoga com Santos (2018) a respeito do que o autor alcunha como ‘tradução intercultural’, uma ‘ferramenta crucial para aprendizado recíproco entre os diferentes grupos socialmente oprimidos que, em diferentes regiões e tempos, resistem e lutam conta as diferentes formas de dominação das quais são vítimas (SANTOS 2018 209)”. A experiência dos autistas propicia uma vivência em uma condição de *outsider* no seu próprio meio, em um conjunto de experiências, linguagem, comunicação e sociabilidade que são assumidas como coletivas e, dentro dos coletivos, muitas vezes transparentes.

Enquanto ato de fala, antes mesmo do conteúdo dos próprios dizeres em tradução, esse gesto opera apresentando a um interlocutor público ao menos tais proposições: i) a de que conhece o suficiente de certa ordem do inteligível que compõe o senso comum e a ‘normalidade’, ordem tal que também compõe as expectativas socialmente partilhadas do que é uma linguagem coesa, clara e natural, muitas vezes até tomada por transparente; ii) a de que conhece outra ordem de inteligibilidade, a qual caracteriza tal pessoa dentro de uma parcela específica da comunidade, grupo por sua vez hegemonicamente definido em discursos públicos enquanto composto por suas faltas; e; iii) a possibilidade de transitar, em alguma medida, por essas duas linguagens, esses dois mundos. Cada autista que busca um traduzir-se mostra-se em alguma medida bilíngue a respeito de uma língua tomada por unívoca, monolítica, ‘normal’.

A esse respeito, proponho que nos detenhamos brevemente no texto “Não, eu não sou um cavalo: refutando a comparação entre autistas que teclama e Clever Hans”, de Ido Kedar, autista não-oralizado, que usa a escrita como forma alternativa de se comunicar. Sugiro a leitura prévia do texto na íntegra para então tecermos alguns destaques pontuais ligados à temática aqui

proposta. Kedar escreve seu texto com certas pitadas de ironia, mas sem perder a seriedade do argumento central. Esse traço mais irônico já pode ser percebido no próprio início, em que há a contraposição de uma foto de um cavalo com a imagem de si mesmo, uma pessoa, para deixar o interlocutor ‘perceber por si’ a diferença existente. Esse é o ponto de partida do qual Kedar prossegue para refutar a comparação entre autistas não oralizados que se comunicam de modo alternativo e animais adestrados sem a capacidade humana de pensar.

O texto de Kedar é um contraponto à visão deflagrada por ele em uma descrição de um curso do departamento de Análise Comportamental Aplicada (ABA) de uma universidade - na qual consta, por exemplo, uma comparação entre as potencialidades de humanos não oralizados e um caso de um cavalo adestrado que mimetiza comportamentalmente ações, mas que não reflete sobre os sentidos convencionais de tais ações no âmbito da linguagem. Dado momento de sua crítica à comparação desumanizante e que coloca sob suspeita a capacidade de pensamento de pessoas cuja manifestação de linguagem foge da forma hegemônica, o autor pondera:

Cavalos não possuem propensão inata a desenvolver linguagem, entender linguagem complexa ou comunicarem-se por linguagem. Eu amo os cavalos, mas eles são cavalos e não humanos. (...) mesmo os humanos que não têm a habilidade típica para a comunicação verbal por causa de uma deficiência, têm a capacidade de compreender linguagem (exceto em circunstâncias extremas). (KEDAR 2016)²

Tal como visto em casos anteriores, observa-se uso complexo e sofisticado de certos expedientes da linguagem, uma atitude responsiva (BAKHTIN 2003) à tarefa delicada de argumentar com quem não julga o interlocutor capaz de pensar ou dizer. Estratégias que com facilidade demonstram domínio de aspectos significativos e elaborados do gênero discursivo proposto e na esfera comunicativa concretamente escolhida (um *blog* com audiência ampla – incluindo autistas, pais, especialistas – e com interesse em questões sobre autismo). Sendo impossível retratar aqui a riqueza

² Toda tradução para o português aqui utilizada é de autoria de Alexia Klein, disponível em: <https://autismoemtraducao.com/2016/06/20/nao-cu-nao-sou-um-cavalo-refutando-a-comparacao-de-autistas-queteclam-a-clever-hans>

argumentativa e as questões significativas sobre autismo e linguagem que fazem suscitar o texto como um todo, atendo-me a alguns pontos.

A leitura na íntegra do argumento de Kedar torna mais perceptível o quão elaborada é a tarefa a que se propõe o autor, em especial por ser feita pressupondo certo ‘ambiente insalubre’, por assim dizer, como contexto de produção: um cenário em que é motivo de estranhamento e desconfiança a possibilidade de autistas dizerem sobre si e sobre o mundo. Entendo que esse ato de linguagem pode ser concebido dentro da chave do que tenho proposto ao longo do presente texto como ‘traduzir-se’, um modo de articular realidades alternativas e invisibilizadas diante de um ‘inferno do mesmo’ (HAN 2017), um pensamento abissal (SANTOS 2018) que invisibiliza o que está do outro lado.

Traduzir-se, assim, é uma busca contínua tanto por um diálogo como também por exigência ética de nossa convivência entre heterogêneos em uma sociedade historicamente homogeneizante. Uma busca por diálogos entre dissonâncias e dissensos, que parte, no caso de autistas, de outra forma de existir sensorialmente e linguisticamente no mundo. Ação que, assim, não pode ser uma ação descrita de modo universal, mas necessariamente contingente. E sendo uma ação contingente e da qual o interlocutor é visto como parte, a ação de traduzir-se pode, ocasionalmente, se manifestar enquanto autistar (explicitamente olhar para baixo ou fazer movimentos repetitivos em um espaço de poder como uma palestra) ou camuflar-se (assumir estrategicamente o linguajar hegemônico como performance no intuito de ser mais legitimado em uma perícia médica, por exemplo).

Também é possível de se imaginar uma situação em que certo comportamento ou atitude, ao ser imprevista, chame a atenção para as diferentes formas de poder se expressar no mundo. É o que parece ocorrer, em minha leitura, na forma de traduzir-se que foi priorizada por Mel Baggs em seu notório vídeo *In My Language*. Por outro lado, o camuflar-se também é uma estratégia que pode coexistir com esse processo de traduzir-se. Talvez a própria produção textual que estou apresentando aqui seja exemplo disso ao se valer mais de critérios de legitimidade típicos – ser uma produção acadêmica em um nível de pós-doutorado dentro de uma universidade brasileira com certo alcance e influência – do que de elementos que me particularizem como autista. As dificuldades ligadas à produção deste trabalho que podem ser relacionadas

a aspectos do autismo enquanto deficiência em uma sociedade capacitista praticamente não estão pontuadas aqui, embora não sejam poucas. O que haverá de comum em cada uma dessas ações é a busca sem garantias por um uso de linguagem no qual o espaço para o outro e para aquilo que não se pode conhecer esteja preservado.

ALGUNS DESDOBRAMENTOS E REFLEXÕES

Diante de tudo que foi exposto até aqui, é possível conceber a produção autoral de autistas que se torna pública como um contraponto necessário às narrativas dominantes, o qual pode se articular com outras lutas contra-hegemônicas. A intimidade com a linguagem em ambiente hostil de várias pessoas autistas em várias manifestações comentadas demonstra estratégias interacionais elaboradas e complexas, particulares a um grupo que enfrenta barreiras que não são apresentadas a todas as pessoas.

Em síntese, a palavra autista enquanto voz coletiva e mesmo multifacetada é tecida das mais diversas formas (escrita, oral, audiovisual; por meio de comunicação aumentativa ou alternativa; etc) e traz diferentes pessoas com diferentes características e trajetórias. Em comum, tais pessoas partilham de uma mesma situação de 'litígio' (RANCIÈRE 1996), na qual sua relação com a palavra e com a linguagem é vista como 'não palavra', 'não linguagem', 'não humanidade' ou, por vezes em uma questão de grau, 'menos' palavra, linguagem e humanidade. Em contraponto, autistas não apenas têm produzido palavra, como as têm trocado, vendido, consumido, replicado, reformulado, atualizado. A movimentação na comunidade é muito mais ampla que a soma de produções autorais em isolado poderia nos fazer conceber. Esses entendimentos parecem trazer elementos para pensarmos ambas as perguntas propostas no início do texto.

Importante notar que o contexto de produção dentro do qual a pessoa autista pode enunciar a si, quando existe, costuma exigir uma elaboração e um esforço significativos. Como visto, vivemos em um mundo em que autistas ainda precisam explicar, por exemplo, que pessoas não oralizadas dentro do espectro que aprendem a se comunicar por meio da escrita se distinguem de cavalos adestrados cujos movimentos são determinados pelo comando exterior de alguém. Assim, operar na língua do outro e tentar explicar diferenças sobre

si dentro dessa língua, sem que isso tenha como reação uma redução, uma deslegitimação, uma invisibilização é tarefa difícil e contínua e que tem sido levada por várias pessoas autistas – tanto em esferas sociais mais públicas, globais, quanto em escalas das práticas cotidianas. Essa triste situação pode nos trazer o aprendizado de que já é momento de colocar em xeque certos modos de pensar a linguagem.

Abrir-se para a linguagem enquanto acontecimento é atentar-se também para o fato de que pessoas autistas, no próprio ato de participarem do debate público sobre o espectro, se mostram longe da redução muitas vezes construída de certa história única (ADICHIE 2009) sobre autistas como seres incapazes na leitura do outro e no expressar a respeito de si. Penso que esforços dentro dos estudos da linguagem dispostos a olharem de modo mais detalhado para essa questão podem contribuir para mudar esse cenário. No presente capítulo, busquei mostrar apenas alguns exemplos entre muitos possíveis e imagináveis de como essa atividade poderia se dar, na esperança de contribuir para uma visão menos estereotipada em relação a possíveis articulações entre linguagem e autismo.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇA. *Autistar é resistir!* Identidade, cidadania e participação política, 2019. Disponível em: <https://abraca.net.br/campanha2019/>. Acesso em maio de 2021
- ADICHIE, Chimamanda. *The danger of a single story*. 2009. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/. Acesso em maio de 2021
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COLLINS, P. H. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado, V.31 N.1 Janeiro/Abril, 2016
- DAMASIO, A. *Looking for Spinoza*. London: William Heinemann, 2003
- DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro – ou a prótese de origem*. Porto: Campo das Letras, 2001.

- GRANDIN, T; PANEK, R. *O cérebro autista: pensando através do espectro*. Rio de Janeiro: Record, 2015
- KEDAR, I. No, I'm not a horse: a refutation of the Clever Hans Comparison to Autistic Typers. Disponível em . Acesso em agosto de 2020.
- KNORR CETINA, K. *Epistemic cultures*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999. KNORR CETINA, K. Objectual practice. In T. Schatzki, K. Knorr Cetina, & E. von Savigny (Eds), *The practice turn in contemporary theory*. (p. 175-188). London: Routledge. 2001
- HAN, B. *The Agony of Eros*. Cambridge: The MIT Press, 2017
- LEITÃO, A. Autismo e metáforas multimodais: um estudo discursivo crítico e sociointeracional. UnB (Tese de Doutorado). 2021. 312f.
- MAGNANI, L. H. Pode a pessoa autista se comunicar? *Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online* v. 9 n.21, 2020.
- MELLO, A. G. O que é capacitismo?, 2016. Disponível em: Acesso em agosto de 2020
- MENDONÇA, V. *Neurodivergentes – autismo na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996
- RODAS, J. M. *Autistic Disturbances: Theorizing Autism Poetics from the DSM to Robinson Crusoe*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2018
- RUTHERFORD, J. BHABHA, H. *The Third Space*. Interview with Homi Bhabha. In: *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, 207-221, 1990.
- SANTANA, F. [Pronunciamento proferido em Audiência Pública Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 18/06/2019

destinada ao debate do tema Autistar é resistir: identidade, cidadania e participação política para discutir o protagonismo das pessoas autistas em busca de seus direitos]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2019.

Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/56097>. Acesso em maio de 2021.

SANTOS, B. S. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 11-43

SANTOS, B. S. *The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South*. Duke University Press. 201

SILVA, S. S. *Camaleônicos: a vida de adultos autistas*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais, 2019

SINGER, J. *Neurodiversity: the birth of an ideia*. E-book. Australia: Judy Singer. 2016

YERGEAU, M. *Clinically Significant Disturbance: On Theorists Who Theorize Theory of Mind*. *Disability Studies* v.33 n.4, 2013.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alex Leitão é professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal desde 2005, nas áreas de português como língua materna e de espanhol como língua adicional. Irmão de autista não oralizado, é ativista pela educação inclusiva e membro da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas. Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, pesquisa metáforas multimodais em relação a estudos discursivos críticos e a práticas sociointeracionais sobre o autismo. Participa do grupo de pesquisa *Análise e Produção de Materiais Didáticos Multimodais para o Ensino de Línguas*, pela UnB, e do projeto de pesquisa *Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica*, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: alexb.leitao@gmail.com; Link para acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3634571406188897>.

Camila Valle Coelho é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, (PG-PDE/IP/UnB), orientadora: Gabriela Sousa de Melo Mietto. Psicóloga formada na Universidade de Brasília - UnB (2018), com diploma psicólogo, bacharel e licenciatura. Formação em Psicoterapia Psicanalítica, com Ênfase no Pensamento de Winnicott, no Espaço Winnicott Brasília (2021). Sócia-fundadora do Centro Transdisciplinar Acolitar, no qual atua como gestora e psicóloga clínica infantojuvenil. Membro do Grupo de Pesquisa INFANTIA (CNPq/UnB) e do Círculo Vigotskiano - Grupo de Estudos em Teoria Histórico-Cultural. E-mail: camilavallec@gmail.com ; Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2782089705768867>.

Luana Adriano Araújo é doutoranda em Direito no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Editora Adjunta da Revista Teoria Jurídica Contemporânea - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará, com distinção acadêmica "Magna Cum Laude". Membro da ABRAÇA (Associação Brasileira para Ação por Direitos

das Pessoas Autistas). Membro do CERCO (UFRJ) - Controle Estatal, Racismo e Colonialidade. E-mail para contato: luana.adriano88@gmail.com, luanaadriano@ufrj.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9238864738740157>.

Luana de Melo Ribas é mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília - PDE/IP/UnB (2021). Psicóloga clínica pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (2011), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo PDE/IP/UnB (2013) e Avaliação Psicológica pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação - IPoG (2016), com formação em Neuropsicologia pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HC/FMUSP (2018). Membro do Grupo de Pesquisa Pensamento e Cultura (DGP/CNPq/UnB), INFANTIA (DGP/CNPq/UnB) e do Círculo Vigotskiano - Grupo de Estudos em Teoria Histórico-Cultural. E-mail para contato: luanaribas.psicologia@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3499621537152805>.

Marina Bialer é psicanalista, psicóloga, com doutorado em psicologia e em psicanálise, e com pós-doutorado baseado no estudo das autobiografias escritas por autistas. E-mail para contato: mbialer@hotmail.com; Link de acesso ao currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/6003094117911907>.

Ricardo Oliveira é autista, ativista, produtor de conteúdo, bacharel em Comunicação Social pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC) e especialista em Mídias e Redes Sociais pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Produz conteúdo para o canal Autismo Pensante no YouTube e é membro da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA). E-mail para contato: ricardo_augustomega@hotmail.com; Link de acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5810913579613288>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gustavo Henrique Rückert é doutor em Estudos de Literatura pela UFRGS. Professor de Literaturas em Língua Portuguesa na UFVJM. Pesquisador do projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica”. Poeta, autor de *Poemas de plástico* (LiteraCidade, 2015) e *Serão as rosas vermelhas no escuro?* (Bestiário, no prelo). Autista diagnosticado na vida adulta. E-mail para contato: gh.ruckert@gmail.com; Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3426796078386126>

Luiz Henrique Magnani atua na área de Linguística Aplicada principalmente com as seguintes temáticas: linguagem e autismo; linguagens e tecnologias; letramentos. Atualmente é professor adjunto da UFVJM, além de integrante do projeto de pesquisa/Think Tank dos BRICS intitulado "Multilingualism, Linguistic Citizenship and Vulnerability: a comparative focus on South Africa and Brazil" entre pesquisadores do Brasil e da África do Sul. Coordena o projeto Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica. Membro da ABRAÇA - Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas. E-mail: henriquemagnani@gmail.com; Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4973390081291714>.

